

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: NATUREZA, RELAÇÕES
ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS

Abrindo Espaços:

Os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande

Mirian Silva de Jesus

NATAL – RN
2007

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Jesus, Mirian Silva de.

Abrindo espaços : os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande do Norte / Mirian Silva de Jesus. - Natal, RN, 2007.
120 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Possamai.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços. Linha de Pesquisa: Natureza, Relações Econômico-sociais e Produção dos Espaços.

1. História do Rio Grande do Norte – Dissertação. 2. Paulistas – Dissertação. 3. Bandeirantes – Vila de São Paulo de Piratininga – Dissertação. 4. Espaço – Dissertação. 5. Sertão – Capitânicas do Norte - Colonização – Dissertação. I. Possamai, Paulo César. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.2)

MIRIAN SILVA DE JESUS

ABRINDO ESPAÇOS:

Os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande

DISSERTAÇÃO apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Natureza, Relações econômico-sociais e Produção dos espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Paulo César Possamai.

NATAL – RN
2007

MIRIAN SILVA DE JESUS

ABRINDO ESPAÇOS:

Os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Professor Dr. Paulo César Possamai
Orientador - UFRN

Professora Dra. Fátima Martins Lopes
Avaliador interno – UFRN

Professora Dra. Kalina Vanderlei Silva
Avaliador externo – UPE

Professora Dra. Maria Emília Monteiro Porto
Suplente – UFRN

Natal, 03 de setembro de 2007.

Conhece o lugar, conhece o tempo.
Então, tua vitória será total.

(Sun Tzu)

Para Domingos, Graça e Pedro,
fundamento dos passos dados,
síntese de minha existência.

AGRADECIMENTO

Deslocada de minha terra natal para ingressar em um programa recém formado, me senti por muitas vezes uma bandeirante. Tanta coisa se passou, tantas pessoas se envolveram, e contribuíram de certa maneira para o encaminhamento desse trabalho que corro risco de não conseguir agradecer da maneira adequada a todos, pedindo desculpas antes mesmo de cometer os erros.

Início meus agradecimentos aos meus pais, Graça e Domingos, pela compreensão, pelo financiamento, pela confiança e pelo amor. Elementos que me deram força para continuar a empreitada mesmo distante de casa. E ao meu irmão, Pedro, por ter me mostrado que é mais parecido comigo do que eu imaginava, segurando as pontas na minha ausência.

Agradeço a minha eterna orientadora Kalina Vanderlei, pois sem o trabalho dela, o mestrado teria sido apenas sonho. Ao meu orientador, Paulo Possamai, pelo cuidado que sempre teve comigo, pelos puxões de orelha e pela competência em sua orientação. Aos meus amigos da Universidade de Pernambuco pela credibilidade e incentivo nas minhas escolhas acadêmicas: Adriana, Alberon, Ju Brainer, Juliana, Myziara, Clécia, Maciel, e todos os pesquisadores do Grupo de Estudos de História sócio-cultural da América Latina (GEHSCAL).

Agradeço também aos professores que me ajudaram com os ensinamentos nas disciplinas cursadas e em conversas pelos corredores do Centro de ciências humanas da UFRN: Durval Muniz, Maria Emília, Flávia de Sá Pedreira, Raimundo Arrais e Raimundo Nonato. Assim como as grandes contribuições da banca da qualificação composta pelas professoras Denise Monteiro e Fátima Martins Lopes. A primeira sempre atenta às questões metodológicas, e a segunda pelo direcionamento da ligação entre os capítulos, auxiliando para o encaminhamento do trabalho. Ajuda tão válida quanto às sugestões da amiga Soraya Geronazzo, sempre solidária com os amantes à “Guerra dos bárbaros”.

Meus agradecimentos a todos que freqüentavam o café da manhã na sala do PPGH, contribuindo para que o dia começasse com uma energia singular, amenizando o cansaço das leituras. Dentre essas pessoas, lembro com enorme saudade de Cétura, Bruna, Aurinete e Almir.

Aos meus amigos Daniel Breda e Helder Macedo pelas idéias compartilhadas, e por estarem comigo nos momentos mais difíceis no início do curso. Não posso esquecer dos meus amigos da residência de Pós-graduação da UFRN que contribuíram para que eu visse Natal como minha segunda casa: Auxiliadora, Alcinéia, Crígina, Jochen, Alcides, Jorge, Carlos, Eva, Jossilúcio, Flávia, Marcos e Teresa. Mas tudo isso só possível graças à assistência de assuntos estudantis que me contemplou com uma vaga na residência de pós-graduação. Agradeço a Graça, Rosângela e Margarida que me receberam bem desde a primeira vez que entrei naquela sala.

Preciso fazer aqui um agradecimento particular a uma pessoa que além de pertencer aos grupos de amigos citados, acabou se tornando a irmã que eu não tive. Testemunha das dificuldades passadas, Olívia esteve sempre ao meu lado me passando toda calma do mundo quando eu ameaçava jogar tudo para o ar. Assim como, a confiável amiga em comum Juciene, ao nos acalantar nas horas de choro.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte encontrei não só os documentos para minha pesquisa, como companheiras sempre prestativas: Antonieta, Wilma e Tânia. Guardo boas lembranças das minhas conversas com Antonieta, braço direito de Olavo de Medeiros Filho e de todos os pesquisadores e curiosos que precisam dela.

Por fim, agradeço especialmente a Leandro por ter suportado minha angústia dos últimos dez meses entre qualificação e defesa. Sempre com suas palavras de incentivo e apoio, sem as quais a escrita se tornaria mais pesada. Acreditando ainda que o nosso trabalho de historiador vale a pena.

RESUMO

Os “paulistas”, ou seja, os bandeirantes da vila de São Paulo de Piratininga, foram contratados pela Coroa Portuguesa como instrumento de repressão e controle social entre os séculos XVII e XVIII, envolvidos nos conflitos das Capitâneas do Norte do Estado do Brasil após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Esse momento corresponde ao início da conquista do sertão, e das conseqüentes resistências oferecidas pelos índios do interior do continente que barraram o projeto colonial português. O sertão colonial estava compreendido como toda área fora da jurisdição portuguesa, em condição contrária à zona açucareira. Em tais acontecimentos, foi empregada a mão-de-obra dos “paulistas” pelas atribuições às suas habilidades em percorrer os matos. Com isso, buscamos destacar a participação dos “paulistas” durante e após a chamada “Guerra dos bárbaros” na capitania do Rio Grande, bem como a produção desse espaço a partir do estabelecimento dos grupos mobilizados para o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: “Paulistas”. Espaço. Sertão.

ABSTRACT

The "paulistas", or be, the pioneers of the town of São Paulo of Piratininga, were hired by the Portuguese Crown as instrument of repression and social control between the centuries XVII and XVIII, were involved in conflicts of the Captainships of the North of the State of Brazil after expulsion of the West of Indian Company. That moment corresponds to the beginning of the conquest of the "sertão", and of the consequent resistances offered by the Indians of the interior of the continent that barred the Portuguese colonial project. The colonial "sertão" was understood as all area outside of the Portuguese jurisdiction, in contrary condition to the Sugary zone. In such events, the labor of the "paulistas" was employed by the rights to his abilities in traversing the weeds. With that, we are going to detach the participation of the "paulistas" during and after the called "Guerra dos Bárbaros" in the captainship of Rio Grande, as well as the output of that space from the establishment of the groups that were mobilized for the conflict.

KEYWORDS: "Paulistas". Space. "Sertão".

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Domingos Jorge Velho.....	35
Figura 02 – “ <i>Nova et Accurata Brasiliae Totuis Tabula</i> ”.....	57

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
INTRODUÇÃO	13
1. IMAGENS DAS BANDEIRAS: ENTRE O HERÓI E O HOMEM	22
1.1. Imagens moldadas: a necessidade do passado heróico.....	24
1.2. Imagens incrustadas: o revestimento das bandeiras.....	33
1.3. Imagens reformadas: a desmistificação dos ‘paulistas’.....	39
1.4. Entre mudanças e permanências.....	47
2. A ATUAÇÃO DOS HOMENS: OS “PAULISTAS” NA CONQUISTA DO SERTÃO	50
2.1. Além das fronteiras: o sertão das capitanias do norte.....	52
2.2. Guerras no sertão e a chegada dos “paulistas”.....	61
2.3. Discursos contemporâneos: visões sobre os “paulistas”.....	71
3. A CONQUISTA DOS HOMENS E DA TERRA: O TERÇO DOS “PAULISTAS” NA CAPITANIA DO RIO GRANDE	76
3.1. A composição do terço.....	78
3.2. Nos bastidores da guerra.....	88
3.3. Os homens e a terra.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	111

Introdução

A História Social tem sido, ao longo das últimas décadas, um campo de pesquisa muito valorizado, contemplando em seus estudos a estrutura social e suas transformações, que se ligam ao econômico, político e cultural.¹ Apesar dessa ponte com outras estruturas e uma aparente maleabilidade, a História Social, a partir da década de 80 do século XX, foi alvo de críticas de alguns intelectuais como mantenedora de um aspecto duro.²

Aos poucos, a História cultural alertava para o fato de que as representações nem sempre correspondem ao objeto o qual representa. A partir dessa questão levantada, a análise das fontes históricas passou a ser estudada visando novas abordagens, considerando-as como inesgotáveis. Assim, pessoas diferentes poderiam ver o mesmo objeto a partir de perspectivas diferentes. Além disso, outra contribuição da História sócio-cultural seria a idéia de apresentar o passado a partir do ponto de vista das pessoas comuns.³ Nesse sentido, a narrativa não estaria ligada apenas aos acontecimentos, mas sim à dedicação às pessoas e às maneiras como elas se relacionam.

Seguindo essa perspectiva teórica, escolhemos para o nosso estudo um grupo social específico⁴, os “paulistas”, utilizados pela Coroa portuguesa como instrumento de repressão e controle social durante os séculos XVII e XVIII. Temos como objetivo principal, compreender sua participação na conquista do sertão das capitanias do Norte do Estado do Brasil,⁵ durante e após a chamada “Guerra dos bárbaros”⁶, especificamente nos territórios da capitania do Rio Grande⁷. Além disso,

¹ HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver capítulo Da história social à História da sociedade.

² BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 101.

³ Sobre pessoas comuns, ver BURKE. Idem p. 100.

⁴ Segundo Eric Hobsbawn, grupo social seria o conjunto de condições sociais de existência compartilhada por um grupo de personagens, não estando ligado ao processo de produção, uma vez que o conceito empregado para isso seria o de classe, mas a um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais. Cf. HOBBSAWN. Op. Cit. p. 99.

⁵ Capitanias do Norte, Estados do Norte, ou Norte eram formas usadas para designar o que hoje seria o Nordeste (no sentido proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) no período colonial. O Nordeste como conhecemos só aparecerá nas primeiras décadas do século XX a partir de uma construção ideológica patrocinada pelas elites regionais. Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.

⁶ A “Guerra dos Bárbaros” foi um conjunto de batalhas ocorridas no sertão e que se dividiu em dois momentos: Guerras do Recôncavo (1651-1679) realizadas no Recôncavo Baiano, e Guerra do Açú (1687-1704), abrangendo os sertões de Rodelas, Piauí e Paraíba, e as ribeiras dos rios Açú e Jaguaribe, ou seja, dentro da jurisdição da capitania de Pernambuco e Capitanias Anexas. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec: Editora da Edusp, 2002. p. 13.

buscamos perceber a relação homem-espaço, desde a sua naturalidade até o seu estabelecimento em terras distintas das de origem, seja por concessão de terra, seja pela posse ilegal.

Nesse sentido, para trabalhar a conquista do sertão no século XVII, utilizamos idéia de fronteira e as diferentes impressões das vertentes teóricas acerca do conceito. Assim, só após uma breve discussão das noções de fronteiras, podemos pensar nas configurações do sertão colonial. Levaremos em consideração a fronteira enquanto palco de encontros culturais⁸, não limitando seu sentido ao conflito, à disputa territorial, para ser pensada, sobretudo, pelas transformações no espaço a partir da atuação de grupos distintos.

Antes disso, julgamos necessário apresentar nossos personagens, explicando o uso das aspas no termo “paulista”. Enquanto conceito histórico, o termo “paulista” foi usado até o século XVIII para designar o indivíduo oriundo da vila de São Paulo de Piratininga empenhado em percorrer sertões. O termo mudou consideravelmente de sentido, sendo empregado hoje para qualquer indivíduo nascido no estado de São Paulo. Na documentação consultada da Coleção Documentos Históricos e do Arquivo Histórico Ultramarino, aparece de forma constante a palavra “paulista” ou “sam paulista” para denominar o morador de São Paulo que estava acostumado a se embrenhar no mato.⁹ Destacamos o fragmento de uma carta do governo-geral, representado pela Junta Provisória composta pelo arcebispo frei Manuel da Ressurreição e Manuel Carneiro de Sá, à Câmara de São Paulo na segunda metade do século XVII:

Considerando eu que só o grande valor, e experiência dos Paulistas poderão alli conseguir o mesmo fim, que com tanta gloria alcançaram das nações que tyrannisavam a Bahia: e que só o zelo com que Vossas Mercês servem a Sua Magestade os poderá mover a esta guerra [...].¹⁰

⁷ Até 1737, a capitania do Rio Grande aparece sem a denominação “do Norte”, usava apenas após essa data para se diferenciar do Rio Grande do Sul.

⁸ BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 151-7.

⁹ Segundo Washington Luís, mesmo oficialmente continuando a existir a capitania de São Vicente na segunda metade do XVI, “Todos os seus habitantes já se chamavam paulistas e trilhavam terras desconhecidas, como os seus antepassados europeus navegaram mares tenebrosos”. LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 106.

¹⁰ CARTA que se escreveu aos officiaes da câmara de São Paulo persuadirem a vir os Paulistas á guerra dos Bárbaros da capitania do Rio Grande. Bahia, 10 de março de 1688. **DH**. 11:139-40.

Além do aparecimento do conceito em questão, o trecho acima também pode ser pensado como meio de exemplificação da tática persuasiva utilizada pelos governadores de Pernambuco e Bahia para a Câmara de São Paulo. As autoridades alegavam serem os “paulistas” os mais competentes para a jornada do sertão, a fim de que eles aceitassem ir para o local do conflito.

Ressaltamos ainda que o termo “paulista” está diretamente ligado ao movimento de entradas e bandeiras, conceitos bastante trabalhados ao longo do século XX, sendo assunto de predileção de muitos intelectuais nas primeiras décadas do século. Seleccionamos então essas palavras de Washington Luís acerca das bandeiras paulistas:

Se as bandeiras se organizaram em todas as Américas, e, de todas as partes tomaram todos os rumos, foi em S. Paulo do Brasil que elas primeiro se criaram, culminaram e se impuseram à História, legando-lhe o nome, que os dicionários recolheram, dando-lhe uma significação própria, mas diferente e que a nobiliarquia local venerou. Tendo sido, em todas as Américas, idênticos os métodos e análogos os processos de devassar, apossear a terra, foram em S. Paulo que se organizaram as maiores e as mais numerosas bandeiras, e, por isso, bandeira tornou-se nome local e bandeirante ficou sinônimo de homem paulista. Mas nelas tomaram parte homens das outras vilas da capitania, das outras capitanias e da metrópole.¹¹

Apesar de admitir outras possibilidades de bandeiras, ou melhor, originárias não só de São Paulo, o autor considera que as investidas para o interior nesse caso eram inevitáveis, e que se não fosse pela ação dos bandeirantes paulistas provavelmente o sertão continuaria desconhecido. A finalidade de seus escritos seria a evidência das bandeiras perante a história nacional, apontando os refletores para aqueles que teriam sido os heróis “pioneiros” da pátria.

Já nas concepções de historiadores contemporâneos, como Pedro Puntoni, os conceitos podem ser destrinchados a partir de sua formação e constituição. Para ele:

‘Entrada’ e ‘Jornada’, como parece evidente, são denominações de expedições ao interior do país, que podiam ser levadas a termo por um terço completo, ou por algumas companhias, ou bandeiras, destacadas para tal. Daí as denominações serem feitas por

¹¹ LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 187.

analogias. Não obstante, seria errado não perceber que a bandeira sertanista, na sua feição paulista, resultou de uma evolução específica da instituição miliciana portuguesa, que, generalizada na sociedade do Planalto, conformou 'um gênero de vida típico, próprio, específico da gente de São Paulo'.¹²

Nessa citação, percebemos o realce dado para as determinações de um e outro conceito, classificado de acordo com o tipo de iniciativa, de caráter civil ou militar. Salientando ainda a descendência portuguesa em sua formação miliciana. Mas o autor especifica que, no caso da vila de São Paulo, a instituição bandeirante encontrou característica própria, atribuída de maneira generalizada a sua população.

Consideramos “entrada” e “bandeira” como denominações de expedições para o interior em busca de índios e metais preciosos, os “paulistas” serão percebidos nesse trabalho vinculados a essas perspectivas, independente das variações dos conceitos adotadas pela historiografia. Sendo assim, partindo da idéia construída pela historiografia acerca dos “paulistas”, procuramos ligar as imagens elaboradas ao longo do século XX, destacando a construção do mito do bandeirante e a possível relação que este teria com os homens que lutaram na “Guerra dos bárbaros”.

O mito pode ser entendido como algo não verídico, produzido por todas as sociedades, independente de ser uma representação do inconsciente coletivo ou que desempenhe uma função prática.¹³ No caso dos bandeirantes, o mito funcionava como uma projeção de valores sobre o passado, que tem uma função social usada para justificar uma instituição do presente.¹⁴

Assim, tratando o bandeirante como mito, alguns historiadores da primeira metade do século XX, como Cassiano Ricardo, enfatizaram a realização da entrada para o sertão. Misterioso, o sertão por si só caracterizava-se como um mito. Uma vez rompida essa barreira, os homens se mitificavam também. Para o autor, “é o que

¹² PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec: Editora da Edusp, 2002. p. 197-8.

¹³ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 293-7.

¹⁴ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002. p.141-2.

acontece toda vez, que os fatos humanos não cabem no cotidiano das nossas ações, ou exorbitam da realidade que estamos acostumados a admitir ou admirar.”¹⁵

Outro ponto referente às bandeiras seria a estrutura militar. As tropas dos “paulistas” empregadas durante o processo de colonização do sertão se organizavam em Terços¹⁶, que seria a terça parte de um regimento. Tal divisão do regimento diz respeito a um agrupamento de cerca de mil homens, separados em dez companhias de cem homens cada, tendo à frente capitães de infantaria. De caráter temporário, os terços auxiliares e as ordenanças eram movidos nos períodos de guerra como recurso para socorrer as tropas regulares¹⁷, embora não recebessem soldo pelos seus serviços.¹⁸

Definidos pela historiografia como indivíduos singulares na América portuguesa pela miscigenação da qual eram frutos, sendo resultado da integração da cultura do europeu e do índio, os “paulistas” tornaram-se visados pelas autoridades coloniais por sua fama em combater índios. Ficando assim diferenciados pela região de onde provinham. A questão não girava apenas em torno do espaço e da condição social, mas do sentido atribuído a ambos como uma representação da particularidade paulista. Pois uma sociedade só pode ser entendida se pensada também a partir dos fenômenos mentais que constroem imagens sobre as estruturas materiais.¹⁹

Destarte, essa propaganda de mais “aptos” a percorrer sertões e aprisionar índios, colaborou para a contratação dos homens de São Paulo em meados do século XVII como mão-de-obra bélica preferencial a ser empregada na conquista do sertão das capitanias do Norte. Nessa perspectiva da construção da imagem que envolve o bandeirante, seja enquanto desbravador, seja enquanto

¹⁵ RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970. p. 394.

¹⁶ Entendemos por Terço, uma unidade militar resultante das organizações de infantaria da Península Ibérica, sucessora da hoste ou mesnada medieval. Corresponde a terça parte de uma legião ou regimento, denominada “tercios” na Espanha e “Terços” em Portugal. POSSAMAI, Paulo. **A Vida Quotidiana na Colônia de Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, p. 80. SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. p. 51.

¹⁷ Tropas regulares são aquelas compostas por guerreiros profissionais, que exercem o ofício de forma permanente. São cidadãos, vassalos e súditos do Estado que os contrata. Sobre a composição das tropas regulares na Capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII, ver SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. p. 23.

¹⁸ SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo**. Op. Cit. p. 52.

¹⁹ DUBY, Georges. “História social e ideologias das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.p. 131.

soldado a serviço da Coroa, buscamos observar as mudanças e as permanências apresentadas pela historiografia no que tange às referências atribuídas aos “paulistas”.

Fazendo uso de algumas produções historiográficas acerca do bandeirantismo, buscamos apresentar para o primeiro capítulo uma discussão historiográfica entre o que foi escrito no século XX. Observando ainda, diante da falta de trabalhos voltados para os bandeirantes no Nordeste brasileiro, a historiografia relacionada aos conflitos com negros e índios, especificamente na “Guerra dos bárbaros”, que mencionam a participação dos “paulistas”. Analisamos obras basilares para a construção do mito, somadas às que se dedicam à questão das condições geográficas de São Paulo no século XVI, o cotidiano da vila de São Paulo e as particularidades dos bandeirantes. Dentre outros, utilizamos as obras de Alcântara Machado, Vianna Moog, Sérgio Buarque de Holanda, Myriam Ellis, Afonso E. Taunay, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e Washington Luís.

Analisamos ainda os trabalhos sobre a “Guerra dos bárbaros”, visando perceber a participação dos “paulistas” nas capitanias do Norte. Para isso utilizamos as obras de Maria Idalina da Cruz Pires, Pedro Puntoni, Fátima Martins Lopes, Olavo de Medeiros Filho, Tânia Brandão e John Manuel Monteiro.

No segundo capítulo, abordaremos o contexto da guerra e a atuação dos “paulistas” na conquista do sertão realizada após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Momento significativo pela volta da administração portuguesa sobre a parte do território do açúcar representado por Pernambuco e as capitanias que estavam sob sua jurisdição.²⁰

Contudo, a imagem que se descortina do Segundo Período Português²¹, dá luz a uma crise do açúcar, a ameaça dos negros aquilombados em Palmares, e um contingente de brancos livres e *vadios* que não tinha onde se empregar, os

²⁰ A capitania de Pernambuco tinha sob sua jurisdição as chamadas capitanias anexas, que abrangiam: Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

²¹ Segundo período português - conceito empregado para designar as mudanças políticas ocorridas em Pernambuco após a expulsão da WIC e a volta da jurisdição portuguesa na segunda metade do século XVII, quando Pernambuco se torna capitania régia. Tem início em 1654, e se estende ao longo do século XVIII até os primeiros estertores da crise do sistema colonial entre o XVIII e o XIX. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.p. 16.

chamados pobres do açúcar.²² Esse contingente se tornaria um incômodo para as autoridades locais se continuassem instalados nos núcleos urbanos.

Dessa maneira, a conquista do sertão seria útil por servir como escape para os grupos indesejados.²³ Mobilizando-os, a Coroa livrava-se dos homens que não se enquadravam no processo produtivo do açúcar e assegurava a ocupação de um novo espaço. Sem contar que tal empreendimento não traria altos custos para Portugal, uma vez que os colonos garantiriam suas terras, concedidas legalmente, pela apropriação caso fossem dadas como desocupadas.

A empreitada para o sertão esbarrava assim nas resistências dos quilombos e das tribos do interior, dando início aos grandes conflitos nos quais estiveram presentes os “paulistas”. O panorama geral da “Guerra dos bárbaros” será nosso foco para a análise dos homens de São Paulo enquanto mão-de-obra bélica empregada no desdobramento da guerra na capitania do Rio Grande.

O terceiro capítulo visa entender as questões internas ocorridas durante o conflito, tentando unir as impressões da historiografia e dos discursos para perceber os homens em si, atentando para as características do Terço dos Paulistas a partir de sua institucionalização, e as mudanças sofridas na composição da tropa. Além disso, buscamos também observar suas ascensões e suas relações com o espaço, seja o espaço de origem, seja o novo espaço no qual se estabeleceu.

O conceito de espaço empregado ao longo do trabalho foi adotado de acordo com as definições de Michel de Certeau²⁴, enquanto lugar praticado, o qual adquire sentido a partir da interação e movimentação dos corpos, para discorrer sobre a ocupação do sertão. O estabelecimento nos territórios conquistados representava um espaço social, ou socialmente produzido, produto da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga,²⁵ como foi o caso da colonização do sertão das capitanias do Norte.

Para o desenvolvimento desse estudo, trabalhamos com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, os livros de sesmarias do Rio Grande do Norte e

²² SILVA, Kalina Vanderlei. “**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**” – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, 2003. (Tese de Doutorado)

²³ Idem.

²⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 18.

Pernambuco, o Livro de Assentamento de praça, e as correspondências administrativas presentes na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, daremos ênfase à estrutura política no apanhado das correspondências administrativas entre as instâncias da América portuguesa nas contratações dos “paulistas”, e à cultural no tocante as representações acerca dos “paulistas” na historiografia, bem como nos discursos das autoridades coloniais. Nossa intenção é esclarecer os pontos que ligam os “paulistas” envolvidos nas guerras do sertão como intrépidos bandeirantes.

O caminho que escolhemos enveredará por teias de interesses particulares entre as facções atuantes durante o período de conquista nos séculos XVII e XVIII, ora fazendo uma leitura do discurso, ora discorrendo sobre a trama desenrolada. Esperamos que ambos sejam caminhos produtivos para o entendimento daqueles que lerem esse trabalho.

Capítulo I

Imagens das Bandeiras: Entre o Herói e o Homem

O fenômeno do bandeirantismo, abordado inúmeras vezes pela historiografia brasileira sob diferentes óticas, passou por transformações no decorrer do século XX, ou mesmo divergências de opiniões nas produções historiográficas contemporâneas. Propomos aqui analisar as imagens que mudaram e as que permanecem vigentes acerca desses personagens tão aclamados pela História do Brasil. Posteriormente, confrontaremos as propostas desmistificadoras da ação dos bandeirantes presentes nas produções historiográficas que desconsideram a imagem do desbravador, do caçador de índios e do descobridor de ouro.

Nesse sentido, reunimos obras relacionadas à temática das bandeiras produzidas ao longo do século XX. Para isso, dividimos o capítulo em “dois blocos” historiográficos de posições distintas: os que afirmam os bandeirantes como heróis²⁶, e os que caracterizam como homens.²⁷

No início do século XX, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo junto ao governo do estado, se esforçou para mostrar uma raça própria, de característica singular, particularizada pelo meio que a isolava. A historiografia dessa época, decorrente da necessidade de justificar e exaltar os feitos heróicos, visava pensar acima de tudo esses indivíduos enquanto elementos únicos, diferenciados por sua natureza, buscando sobretudo ligar o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo através da glorificação dos bandeirantes, apresentados como aventureiros audaciosos.

Os argumentos apresentados na construção do mito dos bandeirantes tinham como traço marcante o engrandecimento de São Paulo através de um passado épico, destacando o cruzamento entre o branco e o indígena que resultou em uma nova “raça” mestiça, adaptada ao ambiente. Diferentemente da vida das zonas açucareiras e sua economia estabelecida, a falta de uma economia de

²⁶ Para construção dos bandeirantes como heróis, utilizamos os trabalhos de: RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** (1940); VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** (1920); TAUNAY, Affonso de E. **A Guerra dos Bárbaros**. (1936).

²⁷ Sobre a atuação das bandeiras como despoadora, destacamos as obras de: ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História colonial** (1907); MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante** (1929); MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros** (1955); LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. (2003); MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. (2000); PIRES, Maria Idalina da Cruz. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. (2002); PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. (2002).

exportação contribuía para a procura de uma forma alternativa de sobrevivência. Nessa busca, o espaço aberto, inexplorado, acabava sendo visto como um impulsionador de seus moradores para os sertões, resultando, da sua penetração, a definição dos contornos e configurações do país.

Para essa historiografia, a capitania de São Vicente se constituiu de maneira ímpar dentro da colônia, marginalizada no projeto de colonização movido pela Coroa portuguesa em seus domínios coloniais na América. Uma das razões para isso se deve à falta de um produto aceito pelo mercado externo, dedicando sua produção apenas para agricultura de subsistência. Como decorrência, seus moradores acabaram se tornando indivíduos reconhecidos pela habilidade em percorrer sertões e em cativar os nativos.²⁸

Além dessa imagem, ainda podemos ver as bandeiras em outras elaborações historiográficas, seja reafirmando a figura divulgada no início do século XX, seja interessada em não mitificar, mas em apresentar as atrocidades cometidas contra os índios durante as fases de expansão, nas quais os bandeirantes estiveram envolvidos. Dessa forma, tentaremos montar as imagens dos “paulistas” a partir de três ângulos: a construção, a conservação, e a desmistificação.

Deixaremos então, o primeiro capítulo em essência um trabalho historiográfico sobre as imagens dos “paulistas”, ou bandeirantes, produzidas ao longo do século XX, visando detalhar o que se tem trabalhado sobre tal objeto, e como as perspectivas se modificaram, do herói ao homem.

1.1. IMAGENS MOLDADAS: A NECESSIDADE DO PASSADO HERÓICO

Em fins do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894), se iniciou uma disputa historiográfica com os demais institutos do país, especialmente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os intelectuais paulistas buscaram marcar os tempos coloniais, com o intuito de aliar a

²⁸ Como podemos perceber em: RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970; MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

ascensão político-econômica de São Paulo às qualidades dos desbravadores do sertão.²⁹

Nessa época, os institutos históricos estaduais se tornaram símbolos da concorrência por evidências de singularidades dos estados³⁰. Em Pernambuco, as elites em decadência buscavam se legitimar enfatizando o passado prestigioso referente ao ciclo do açúcar, da mesma forma que São Paulo tentava se destacar diante da história nacional através da figura do bandeirante.

Conforme Ferreira³¹ no período de 1870 a 1940 configura-se uma cisão épica sobre São Paulo, expressa em um amplo conjunto de textos que circularam na região, assinados por duas ou três gerações de homens de letras. Ainda nesta perspectiva, Ferreira destaca que:

Elegendo a cidade de São Paulo como *lugar* por excelência da modernidade brasileira, tais escritores reelaboraram o discurso épico-regional e o revestiram com imagens futuristas, numa projeção otimista e frequentemente acrítica, presa ao ideário burguês.³²

Nas primeiras décadas do século XX os estudos acerca do bandeirantismo tiveram um aumento considerável, pois havia um grande empenho das famílias abastadas de São Paulo em se filiar aos bandeirantes dos primeiros séculos da colonização. A supremacia de São Paulo seria justificada também pela cafeicultura, pelas indústrias, pela formação da metrópole, sendo o bandeirantismo o primeiro ponto enaltecido da história paulista.

A idéia de se emaranhar nas teias genealógicas dos desbravadores dos sertões longínquos, homens considerados de força superior, recuando ao período colonial, demonstra o anseio dessas elites em destacar o passado de São Paulo, e em se firmar como fruto dessa glória.

²⁹ SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **"Os guardiões da nossa História Oficial"**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP - Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, 1989. (Série História das Ciências Sociais).

³⁰ No tocante aos institutos históricos estaduais, e as rivalidades entre eles na busca incessante da legitimidade das singularidades locais, ver FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção história (1870-1940)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 109-10.

³¹ FERREIRA, Antônio Celso. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Escrita, Linguagem, objetos**: Leituras de História Cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.81-114.

³² Idem. p. 86.

Para Ilana Blaj, que discute as produções realizadas sobre o planalto de Piratininga e seus habitantes, houve várias elaborações de acordo com o momento histórico, visando construir e enfatizar certos traços que acabaram se solidificando na historiografia. O trabalho da autora teve como interesse justamente mostrar o entrecruzamento da história com a historiografia, rastreando o processo de construção destes traços para entender as imagens produzidas e cristalizadas.³³

Segundo esta autora, no período anterior a década de 1950, São Paulo era comparada às capitanias do norte para destacar a sua independência, altivez, rebeldia e auto-suficiência, enquanto que, nas décadas de 1950 e 1970, a produção historiográfica buscava ressaltar a pobreza e as dificuldades do meio, mas também o papel dos paulistas na expansão das fronteiras. A autora, Ilana Blaj, concluiu que as discussões de ambos os períodos tratam de São Paulo sob um mesmo viés, sempre em comparação aos “centros dinâmicos” nordestinos ou mineiros, pouco se preocupando com a estrutura sócio-econômica paulista.

Os estudos analisados sobre São Paulo colonial geralmente se voltavam para a montagem do cenário, discorrendo sobre as condições geográficas da área em questão. Sendo assim, o espaço da vila de São Paulo aparece como responsável pela particularidade dos seus moradores e determinante para a singularidade das bandeiras paulistas. Os fatores geográficos, econômicos e psicológicos foram apontados na perspectiva da construção de um indivíduo único.³⁴

O território vicentino, constituído por uma estreita faixa litorânea e terrenos baixos de mangues e pântanos, era considerado inaproveitável para a agricultura; dificultava a presença humana, empurrando os colonos para as terras além da Serra do Mar. Esse motivo da migração da costa para o planalto foi apontado na historiografia como uma forma de valorizar o extremo empenho dos colonos da capitania de São Vicente ao escalar a serra.

A configuração do espaço da vila de São Paulo contribuía dessa maneira não só para destacar o estabelecimento, mas também para justificar o

³³ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil, e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

desenvolvimento demográfico, usado pela historiografia como explicação da vitalidade e eficiência dos homens habituados às incursões ao sertão.³⁵

Conforme Cassiano Ricardo, a vila de São Paulo seria o “foco de propulsão” com a idéia da riqueza fácil provinda dos mitos que a comportavam, enquanto o sertão era o “foco de atração”, da riqueza escondida, do misterioso, do real que não se explica e do mágico que envolvia as expectativas dos “paulistas”.³⁶ Deste modo, a penetração nos sertões em busca de índios, a expansão pastoril, assim como a conquista das minas era apresentada como formas de deslocamento e dispersão da população.

As considerações de Cassiano Ricardo sugerem ainda as relações entre os bandeirantes e os mitos que envolvem o sertão, o espaço do desconhecido. O “foco de atração” trabalhado pelo autor é apontado como razão das formas expansionistas do movimento das bandeiras. Afirmando:

Ambição e imaginação, cheias de força, sensorial e ligadas, por assim dizer, à concepção ‘espacial’ da vida, estão sempre prontas a deflagrar em formas expansionistas de movimento. Os mitos levam o bandeirante sertão adentro.³⁷

Mas, se por um lado os mitos estimulam a ida para o sertão, os homens que nele penetram se tornam também mitos. Acerca disto, acrescenta Cassiano Ricardo que a entrada para o sertão seria “[...] o mito resultante do econômico mancomunado com o mágico.”³⁸ Assim, mesmo considerando o fascínio causado pelo sertão, o autor destaca também a carência econômica da vila de São Paulo como fato impulsionador das entradas para o interior.

A formação do espaço paulista, enquanto relação de uma sociedade específica com o lugar, representa um processo de colonização particularizado, onde os moradores vão buscar uma forma de sobrevivência diversa, fora do seio da

³⁵ Um exemplo disso, ver em ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t. I: A época colonial, v. 1. p. 274.

³⁶ RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970. v.2. p. 380.

³⁷ Idem. p. 399.

³⁸ Idem. p. 401.

sociedade. Essa espacialização³⁹ transformaria assim o paulista em um ser singular diante do quadro da América Portuguesa.

Assim, no grupo que visava defender a ação das bandeiras estava Affonso de E. Taunay. Tendo em vista nosso recorte espacial se destinar à capitania do Rio Grande, optamos por selecionar uma de suas obras mais específicas: *A Guerra dos Bárbaros* (1936),⁴⁰ por ter sido a pioneira na historiografia dedicada ao conflito.

A obra referida trata de uma compilação de documentos relativos às etapas de um dos maiores embates entre colonos e índios ocorridos durante o período colonial. O autor se mostra a favor da ação bandeirante, considerando a conquista como objetivo principal da guerra, indiferente a violência cometida contra os índios. Segundo ele, seria inadmissível renegar os grandes feitos em função da crueldade, uma vez que portugueses e espanhóis também já haviam praticado contra outros povos nos anos iniciais do “descobrimento da América”.

Nesse seu estudo, Taunay afirma que as primeiras hostilidades entre colonos e indígenas no evento evocado por “Guerra dos bárbaros” teriam acontecido no Rio Grande. Considera ainda que, na segunda metade do século XVII, a situação da capitania já era grave, contando com uma tropa desguarnecida, sem elementos bélicos de valia, e acrescenta que “[..] o principal baluarte local o forte de Três Reis Magos estava semi-desmantelado.”⁴¹

As informações contidas nesse trabalho, onde foram empregados muitos documentos publicados na Revista do Instituto Histórico do Ceará pelo Barão Studart, nos possibilitou entender o destaque dado pelo autor às bandeiras paulistas. Narrando uma guerra prolongada de destruição de massa da população indígena, Taunay permanece enfatizando a nobreza dos atos dos bandeirantes para o funcionamento da sociedade colonial.

No entanto, não podemos desmerecer a produção de Taunay pelo fôlego com que tratou a História das bandeiras, contribuindo para grande parte dos estudos

³⁹ Entendo aqui espacializar como uma particularização do espaço, “pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas em cada lugar”. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 16-7.

⁴⁰ TAUNAY, Affonso de E. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 1995.

⁴¹ Idem. p. 30.

sobre o tema até os dias atuais. Como já foi dito por Víctor Leonardi, “[...] sem ele os remotos sertões do país – e suas ‘fronteiras’ nos séculos XVII e XVIII – seriam ainda mais inacessíveis para o pesquisador contemporâneo interessado na história do interior do Brasil.”⁴²

Além de escritos de Afonso Taunay, outro autor empenhado na construção do mito do bandeirante foi Oliveira Vianna. Um elemento bastante relevante ressaltado pelo autor se refere ao caráter guerreiro dos sertanistas de São Paulo, elementos singulares, apresentados como incomparáveis na arte bélica. Em suas palavras:

Os primitivos vaqueiros do norte, os antigos colonizadores dos sertões setentrionais, para baterem os índios, ou exterminarem os quilombos, são forçados a invocar o auxílio dos caudilhos do sul. Para desafogar os vastos campos do São Francisco, do Itapicuru, do Rio Salgado ou do Parnaíba, eles, pastores intrépidos, não conseguem engendrar nada que possa ser comparado em poder destrutivo, em força guerreira, em aptidão fulminatória ao poderoso clã mameluco, organizado pelo gênio militar dos sertanistas meridionais.⁴³

De acordo com Oliveira Vianna, não haveria no período colonial nada parecido com o poder de arregimentação guerreira como o que os moradores de São Paulo apresentavam. A superioridade defendida fazia parte da preocupação com a mestiçagem referida na identidade paulista, resultado do cruzamento do português, colono destemido e aventureiro, com o indígena, guerreiro nato. O mestiço era assim definido como algo puramente nacional, elemento novo, que por ser novo não conseguia se enquadrar na estrutura social da colônia. Mas as intenções do autor se concentravam em mostrar o cruzamento das duas etnias de maneira positiva, pensando para São Paulo o passado indígena, no intuito de elevar a figura épica do bandeirante, apresentando a importância da região para a nação.

Essa discussão sobre a mestiçagem paulista também serviu de base para Cassiano Ricardo nos estudos sobre a influência da bandeira para a formação social do país. Para ele, a sociedade do planalto teria desenvolvido além de uma maneira

⁴² LEONARDI, Víctor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 editores, 1995. p. 25.

⁴³ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987. Niterói: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1987. p. 171. v.1.

particular de sobrevivência, uma forma de se relacionar também específica. A coexistência entre brancos e índios em um espaço isolado da região colonial, favoreceu não só a mestiçagem, como também para formação de uma sociedade democrática, de relações comunitárias. Deixemos a palavra ao autor:

A bandeira é, pois, a glorificação da mestiçagem. Só duplicado em mestiço é que o branco conquistou e colonizou o Brasil, promovendo – e não vai nisto nenhum exagero – uma das maiores revoluções da humanidade.⁴⁴

Livres dos grilhões da política portuguesa, os bandeirantes seriam, segundo autor, os mestiços que deram certo, ou os híbridos vigorosos, capazes de ter a audácia de encarar uma colonização própria. Qualquer ligação errônea com as atividades do bandeirismo poderia manchar o brio da História de São Paulo.⁴⁵

Já a autora Myriam Ellis – *Bandeiras na expansão geográfica do Brasil* (1968), buscou enaltecer a figura dos “paulistas” com seu espírito conquistador, de aventureiro e destemido. Embora partilhasse de muitas idéias já mencionadas, seu estudo adquiriu muita relevância pela ênfase no rompimento do Tratado de Tordesilhas realizado pelas bandeiras. Sintetiza os feitos das bandeiras paulistas nessas linhas:

Na caça ao índio e na pesquisa de pedras e metais, descomprimaram o Brasil de Tordesilhas, desbravaram e conquistaram a terra, expulsaram a frente pioneira jesuítica de catequese e colonização, alimentaram com o braço índio a agricultura do sul ao norte, estabeleceram rotas, descobriram ouro, abriram caminhos para o povoamento de Minas Gerais, de Mato Grosso e Goiás, como para a ocupação efetiva do Paraná ao Rio Grande do sul.⁴⁶

Esse apontamento apresentava os bandeirantes como verdadeiros heróis. Para a autora, eles podem não ter descoberto o Brasil, mas estiveram presentes em quase todas as etapas de expansão, de norte a sul do país. Com característica de roteiro, esse estudo lista fases da história do Brasil nas quais estiveram envolvidas

⁴⁴ RICARDO. Op. Cit. p. 356

⁴⁵ Idem. p. 447.

⁴⁶ ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t. I: A época colonial, v. 1. p. 296.

as bandeiras. O texto de Myriam Ellis, num todo, apresenta uma perspectiva altamente positiva do tema, sendo um exemplo da construção dos bandeirantes como grandes homens.

Ainda na análise dos clássicos, nos deteremos no livro *Caminhos e Fronteiras* (1957), obra basilar de Sérgio Buarque de Holanda, para o tema das bandeiras e a discussão de mestiçagem cultural. A idéia central do livro é a da diluição e recuperação do legado europeu. Nesse relato sobre a integração cultural, nem a diluição se fez de forma completa, nem a recuperação significou um reencontro com o mesmo, e sim, o elemento novo, o americano⁴⁷.

Os hábitos e os costumes não se transplantavam simplesmente, e sim se adaptavam, se moldavam, se compunham com o semelhante, sujeitos a uma ação transformadora. Em palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “[...] com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.”⁴⁸

A transformação decorrente desse processo caracterizou o espaço da fronteira, esse espaço plural, ambivalente, que congrega duas situações, trazendo como resultado algo novo, ímpar, mesclado. Assim foi pensado São Paulo colonial por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*. O autor defende o paulista como ser único, mas único principalmente pela sua formação, enaltecendo a cultura mameluca pelos seus méritos em desbravar o meio, se configurando diferentemente da sociedade açucareira. Para ele, essa realidade resultou da interação entre meio, cultura e sociedade.

Mais do que se deter na justificação da localização da vila de São Paulo e no seu isolamento, a preocupação desse caso é o deslocamento, o percurso, o movimento, bem como as mutações acarretadas ao longo do caminho. Os espaços percorridos aparecem como testemunhas dos combates travados, como símbolos da permanência e da mudança.

O processo de adaptação imprime marcas no corpo desses homens. Suas armas, seu modo de vestir, de caminhar, de comer, de falar, já não eram os mesmos saídos da Europa, e tampouco iguais aos dos nativos. Calçados não

⁴⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p. 16.

usavam, esparramando, como os índios, toda a planta dos pés pelo chão ao andar, virando os artelhos um pouco para dentro, para facilitar o caminhar e diminuir o cansaço.⁴⁹ Sua armadura é o gibão de armas de algodão, adaptação da velha jaqueta medieval às condições do meio americano, adequada para a proteção contra a penetração das setas inimigas.⁵⁰

Nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, a bandeira paulista assume além do caráter expansionista, a idéia de uma mestiçagem cultural e não somente biológica. Os moradores de São Paulo enquanto frutos da união dos colonos com as índias resultaram da adaptação cultural do colonizador ao colonizado. Os “paulistas” seriam assim o produto da intersecção entre o europeu e o índio.⁵¹

Não obstante, uma interessante ressalva de Holanda está no fato da independência das bandeiras diante da política colonial portuguesa. Escrevendo:

A obra grandiosa das bandeiras paulistas não pode ser bem compreendida em toda sua extensão, se não a destacarmos um pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em si mesmo a sua explicação, embora ainda não ouse desfazer-se de seus vínculos com a metrópole européia, e que, desafiando todas as leis e todos os perigos, vai dar ao Brasil a sua actual silhueta geográfica.⁵²

Segundo sua perspectiva, a realidade do planalto transformava o elemento paulista em ser único, modificado, resultado da integração de duas culturas distintas. Por essa razão, rotulado como um grupo social à parte, não só pela região que provinha, mas pela sua formação em si, tornando-o diferenciado por seus hábitos e pela fama em combater os índios.

Apresentando uma visão menos mítica do que as narrativas vistas até aqui, Alcântara Machado em *Vida e Morte do Bandeirante* (1929) utilizou a publicação dos inventários processados de 1578 a 1700, realizada por Washington Luís na década de 1920, com o intuito de reconstruir o cenário do povoado paulista. Sua interpretação não se limita a considerar os inventários apenas enquanto um

⁴⁹ MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: A vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da Vida privada no Brasil**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 46.

⁵⁰ MACHADO. Op. Cit. p. 240-1.

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936. p. 72.

registro de feição econômica, mas entendê-los acima de tudo como uma demonstração da organização da família, a relação homem-espaço, as particularidades da vila de São Paulo, bem como a religiosidade do bandeirante.

Contudo, sua abordagem fluída do dia-a-dia desses homens acabava contribuindo para uma outra imagem do bandeirante, como grosseiro, analfabeto e pobre que vivia quase na indigência. Rude e selvagem, duro para consigo mesmo e com os semelhantes, em luta permanente contra dificuldades de toda espécie, o paulista foi buscar no sertão melhores condições de vida.

O sertão para Alcântara Machado nasce devido às limitações do meio, ancorado na expectativa de espaço da promessa, cheio de tesouros a serem descobertos, alvo dos maiores anseios dos moradores da vila de São Paulo. No entanto, não só a ambição mobilizava esses homens, como também a imaginação sobre o sertão como um lugar recoberto de mistérios, de imprevistos. Para o autor, era essa provocação que assanhava o “[...] espírito imaginoso e a índole aventureira dos conquistadores e dos naturais da terra, com todas as volúpias másculas do risco e da luta.”⁵³

Tais produções unem-se pelo fato de apresentarem o passado paulista como resultante de um lugar de colonização própria, perspectiva que vem sendo revisitada e encarada por outros prismas e em outras circunstâncias. Assim, elevada num determinado contexto histórico e mesmo delimitada segundo parâmetros diferentes, a imagem do bandeirante construída pela historiografia ainda continua sendo objeto de estudo para aqueles que buscam entender a atuação das bandeiras paulistas nas guerras de conquista.

1.2. IMAGENS INCRUSTADAS: O REVESTIMENTO DAS BANDEIRAS

O uso de ilustrações no texto enriquece sobremaneira a apreensão da discussão. No entanto, a escolha da imagem se torna uma tarefa difícil quando se tem uma variedade de impressões sobre o mesmo objeto, retratados em épocas e por olhares diferentes. Ainda assim, consideramos o valor das fontes iconográficas

⁵³ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 232.

que, como tais, devem ser interpretadas, e reconstruídas a cada olhar, a cada época. Segundo Eduardo França Paiva:

A imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas.⁵⁴

Em suas considerações, Eduardo França nos convida a pensar que as imagens fornecem representações do vivenciado, “representações que se produzem nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço.”⁵⁵ Dessa forma, entendemos que a imagem das bandeiras se construiu enquanto um símbolo da nacionalidade, da expansão territorial, da integração entre as culturas, do combate às resistências oferecidas ao avanço das forças coloniais, do desbravamento dos sertões mais longínquos, e da descoberta do ouro.⁵⁶ Definida como a imagem do homem forte e destemido, consolidada pela importância atribuída à expansão territorial, e gerada pela historiografia desde o início do século passado.

Tentaremos aqui vincular a imagem descrita pelo pintor santista Benedito Calixto (1853-1927) sobre o bandeirante Domingos Jorge Velho, ao contexto de sua produção, no que tange à ideação das bandeiras paulistas. A eleição de tal obra pode ser justificada pela reunião de elementos que buscamos tratar ao longo de nosso trabalho, entre eles o personagem e a data em que a tela foi pintada, já que as produções iconográficas são frutos de seleções de seus produtores e do meio no qual eles vivem. No início do século XX, momento da construção da história nacional, essas criações eram patrocinadas pelo governo do Estado e os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo como imagens reais, isto é, verdades históricas.

Dentre os artistas plásticos do IHGSP, Benedito Calixto, sócio-ingressante, recebeu bastante destaque pelas suas obras. Sua arte foi instrumento dos ideais paulistas do início do XX, pois muitos de seus quadros foram

⁵⁴ PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 19.

⁵⁵ PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. p. 14

⁵⁶ Sobre as imagens das bandeiras me refiro às obras aqui trabalhadas, citadas em nota anterior.

encomendados, e produzidos de maneira rápida, dedicando sua atenção para temas históricos ligados a São Paulo.⁵⁷

Atentamos assim para o quadro de Domingos Jorge Velho, pintado por Benedito Calixto de acordo com suas pesquisas, que retratou a imagem do bandeirante, e de um ajudante seu. Essa tela de 1903 (medindo 140x100 cm), encomendada pelo governo do Estado, pretendia enriquecer o Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga:

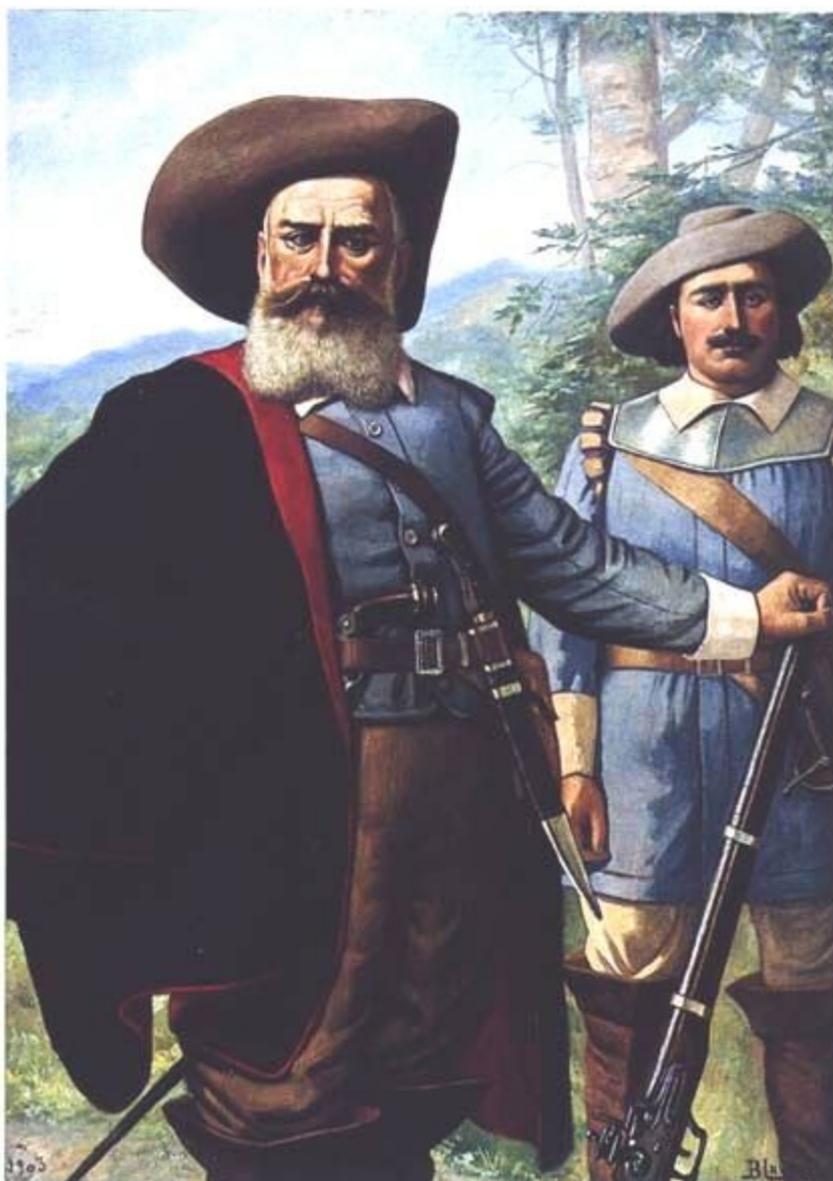


FIGURA 01

CALIXTO, Benedito. Domingos Jorge Velho. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtnm.htm>

⁵⁷ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1871-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p.112-3.

Alguns elementos presentes no quadro nos chamam atenção, como a cor da pele e a vestimenta: homem branco de olhos claros, trajando um uniforme militar impecável. Ao que parece, a intenção do artista era mostrar um comandante de uma tropa, forte e impetuoso, como deveria ser o retrato do “herói dos Palmares”.

Na busca de um passado heróico, o IHGSP no início do século XX tentou justificar o crescimento e desenvolvimento do estado pelas realizações do período colonial. Entradas e bandeiras passaram a ser enaltecidas nesse momento, exaltadas pelo trabalho dos homens da vila de São Paulo de Piratininga. O governo do estado de São Paulo havia encomendado a Benedito Calixto, na última década do século XIX, duas telas para o Museu do Ipiranga. Uma de Vicente Taques Góis e Aranha, capitão-mor em Itu de 1779 a 1825, e outra do vencedor de Palmares, Domingos Jorge Velho.

Na edição de 1º de março de 1903, foram publicadas no jornal “O Diário de Santos” assinado pelo Dr. Antônio de Toledo Piza, diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo, duas cartas endereçadas ao pintor Benedito Calixto, a respeito da caracterização do mestre-de-campo. A primeira carta foi redigida por Theodoro Sampaio, que nessa época era sócio do IHGSP, e membro da 6ª comissão de geografia da revista do instituto⁵⁸, e faz suas considerações acerca do esboço a ele enviado da obra:

Estou de acordo com o esboço do quadro projetado, e com o modo de representar a figura do famoso paulista. Um quadro histórico referente a uma data tão remota, da qual poucas informações precisas e minuciosas temos sobre o trajar dos homens, tem de ser, por via de regra, uma coisa convencional e aproximada, reproduzindo um pouco do que se sabe ao certo e um pouco dos costumes da época que mais se lhe aproxime. [...]. Caracterizando o vulto de Domingos Jorge Velho como trajava qualquer sertanejo mais abastado ou “a bandeirante”, não se conseguirá do quadro a demonstração ou a idéia que se tem em vista alcançar. É mister, portanto, sacrificar um tanto a realidade à ficção, no intuito de se conseguir maior força de expressão.⁵⁹

⁵⁸ SCHWARCZ, Lília. K. Moritz. **"Os guardiões da nossa História Oficial"**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP - Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, 1989. (Série História das Ciências Sociais).

⁵⁹ CARTA de Theodoro Sampaio a Benedito Calixto. São Paulo, 27/11/1892. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtnm.htm>> Acesso em: 12 de Julho de 2006.

Tomando por base esse trecho, fica claro o esforço em se enaltecer a figura do herói no quadro. O autor da carta acreditava não ser condizente apresentar um ícone das forças bandeirantes como um simples sertanista, retirando o brilho desejado de um vulto célebre, e afirma que o grande conquistador de Palmares não poderia ser retratado de outra maneira.

A segunda carta apresentada, dando parecer sobre a imagem destinada ao Museu do Ipiranga, foi escrita pelo historiador e político Washington Luís, pertencente à família de Domingos Jorge, por casamento. Seus comentários foram maiores que o de Theodoro Sampaio, inclusive no que se refere à formação do corpo militar, observando ainda que os “paulistas” eram organizados em “terços” e, enquanto tal, não se constituía como tropas regulares, que eram pagas e fardadas. Nas palavras do autor:

Por temperamento, pelos hábitos e educação, pelas próprias condições dessa guerra singular, Domingos Jorge não poderia estar vestido de sedas e veludos; não se distinguiria pelo fausto do vestuário, mas pela bravura, energia, tenacidade, resistência ao sofrimento, desprezo ao perigo. Ele deveria estar, sem dúvida, com o vestuário clássico do sertanista, do bandeirante, que, em resumo, é o tipo glorioso de São Paulo.⁶⁰

Nessa passagem podemos ver que há uma aceitação de que os bandeirantes nos primeiros séculos da colonização vestiam-se como sertanistas, sobretudo partilhando de modos muito próximos dos índios, o que deveria ser motivo de orgulho. Para ele, os maiores méritos não estariam descritos em roupas, mas na bravura do indivíduo.

Um outro dado presente na carta de Washington Luís diz respeito à descrição do corpo de Domingos Jorge Velho e seu ajudante, que segundo ele foi definido por Joaquim de Paula Sousa no romance histórico “Os Palmares”:

Domingos Jorge, nessa época, era um homem de 70 anos de idade, mais ou menos, pois em 14 de novembro de 1643 já tinha batizado seu filho Salvador. Era alto, robusto, de uma aparência imponente, tinha os cabelos ruivos, cortados rente, os olhos azuis, o rosto comprido, alvo, corado na pequena parte que não era coberta pelo

⁶⁰ CARTA de Washington Luís a Benedito Calixto. São Paulo, 03/1903. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtnm.htm>> Acesso em: 12 de Julho de 2006.

espesso bigode e comprida barba ruiva que lhe descia ao peito. O seu imediato em comando, o sargento-mor Antonio Fernandes de Abreu, era meio de altura, pescoço curto e grosso, ombros largos, corpo reforçado; a cabeça era bem feita, a testa um tanto saliente, os olhos pequenos e vivos, os bigodes aparados. No cuidado com que se vestia e tratava e nas suas mesmas ações, via-se que caprichava em mostrar um soldado escravo da disciplina.⁶¹

Trata-se de uma descrição bastante precisa das características idealizadas de Domingos Jorge Velho e que, em parte, se assemelha ao esboço de Benedito Calixto, destacando a idade, a altura e a aparência. Contudo, o que mais chama atenção, sem dúvida, seria a última oração, ressaltando o modelo de oficial, “escravo da disciplina”. Essa afirmação contribui substancialmente para a idéia do compromisso das bandeiras com o serviço militar, que implica ordem, regras, e hierarquias.

Percebemos então, no quadro de Benedito Calixto, a intenção em criar uma imagem positiva dos desbravadores como ícones da identidade nacional, corroborando com os ideais do estado e do instituto em enaltecer os tempos pretéritos da cidade de São Paulo, a fim de elevar o sentido dessas instituições dentro da perspectiva nacional. Uma imagem construída e defendida até os dias atuais pela historiografia oficial. Como nos explica Lilia Schwarcz:

Garantia de um perfil ao mesmo tempo original e destoante, “o bandeirantismo”, enquanto representação, fazia jus a uma imagem consensual e então muito vinculada, que aliava o estado paulista em sua ascensão às principais qualidades desses românticos e destemidos desbravadores do sertão.⁶²

Sendo assim, as imagens do início do século XX foram usadas como meios de comprovação da ideiação do bandeirante a partir de uma visão romântica. A idéia de que essa montagem do bandeirante seria intencional, aparece ainda explícita no trabalho de Vianna Moog ao fazer o paralelo entre a cultura dos pioneiros dos Estados Unidos e a dos bandeirantes. E diz o seguinte:

⁶¹ CARTA de Washington Luís a Benedito Calixto. São Paulo, 03/1903. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtnm.htm>> Acesso em: 12 de Julho de 2006.

⁶² SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **"Os guardiões da nossa História Oficial"**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP - Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, 1989. (Série História das Ciências Sociais), p. 55.

Quando não são as ideias e concepções diretamente herdadas da bandeira, são os estilos de vida decorrentes das monoculturas semi-orgânicas que, como sucessoras das bandeiras, vêm fazendo às vezes de sucedâneo das antigas minas de ouro. E quando não é nem uma nem outra, é o simples apego sentimental, transmitido de geração em geração, à imagem idealizada do bandeirante.⁶³

Ressaltamos a última parte do trecho, “apego sentimental à imagem idealizada do bandeirante”, ou seja, o bandeirante construído. O mesmo homem das descobertas, dos dilatamentos e das aberturas de novos espaços, aparece aqui mencionado como uma formação de ideia, uma imaginação e, porque não dizer, uma invenção.

1.3. IMAGENS REFORMADAS: A DESMISTIFICAÇÃO DOS “PAULISTAS”

A caracterização das bandeiras foi mostrada, até agora, a partir das concepções elaboradas pela historiografia como resultado dos esforços dos políticos e do instituto em mostrar São Paulo de um ponto de vista superior. No entanto, alguns autores do século XX apresentavam opinião contrária à mitificação do bandeirante, apontando as agressões cometidas por eles em suas incursões pelo interior.

Sobre a ação das bandeiras, Capistrano de Abreu em seu livro *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930) trouxe uma visão menos mítica dos homens de São Paulo, denunciando a violência contra os indígenas, sem a intenção de omiti-la através das realizações dadas pela expansão. Nesse sentido, diz o autor:

Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens [...].⁶⁴

De acordo com a obra do autor, percebemos o papel do “paulista” primeiramente enquanto um instrumento de desocupação de um espaço. Suas

⁶³ MOOG, Vianna. Op. Cit. p.192.

⁶⁴ ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960. p.76.

expedições serviram para abrir caminho, contribuindo dessa forma para o dilatamento das fronteiras coloniais, através do extermínio e da escravização dos índios. Contudo, essa opinião que destacava a crueldade dos bandeirantes não teve tantos adeptos no início do século XX, uma vez que a difusão de tal pensamento atrapalharia os ideais da produção intelectual da época.

Dessa forma, pertencente à historiografia de fins do século XIX e início do XX, Capistrano de Abreu inovou pela perspectiva com que encarou o tema das bandeiras e a introdução do sertão como temática na historiografia, já que os estudos anteriores aos seus restringiam a História do Brasil à colonização do litoral. O prefácio de uma de suas obras, feito por José Honório Rodrigues⁶⁵, discorrendo sobre vida e obra de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira comparava-o a Frederick Turner, no que tange à temática do sertão e o dilatar das fronteiras.

Interessante perceber que durante esse prefácio, José Honório Rodrigues menciona o estudo da ocidentalização⁶⁶ do Brasil, referindo-se a idéia da expansão do Ocidente como transposição de cultura para um novo espaço. Em verdade, esse é o significado da colonização. O termo “colonizar” abarca o sentido de ocupação de um espaço, porém, além do caráter de ocupação e cultivo de novos territórios, a palavra assume conotação de domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é passada para o novo território.⁶⁷

Assim, antes da colonização, o continente americano se encontrava ocupado por habitantes que possuíam cultura e estruturas sociais próprias, em condições diversas ao espaço colonizado, o que em alguns casos consideravam o território como vazio, dando margem a diferentes formas de contato e ao nascimento de novas sociedades. Nesse lugar de contato, geralmente se desenvolveu uma cultura mestiça, própria das áreas de fronteira. Capistrano de Abreu já defendia a mestiçagem cultural, fazendo menção aos caminhos percorridos como instrumento de mudança. Em outras palavras, atravessando o sertão, o colono se chocava,

⁶⁵ Prefácio de José Honório Rodrigues. ABREU, João Capistrano. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1. Brasília: INL, 1977.

⁶⁶ O conceito de Ocidentalização vem sendo trabalhado nos últimos anos por Serge Gruzinski, em uma perspectiva mais focada. Para ele, a Ocidentalização seria uma empreitada multiforme que levou a Europa ocidental, a fazer a conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. Cf. GRUZISNKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁷ SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 67-70.

surpreendido pelo novo; depois de penetrá-lo, espaço e homem se modificavam, desembocando no que seria a realidade americana.

Numa perspectiva de história comparativa, atentamos ainda para o trabalho de Vianna Moog - *Bandeirantes e pioneiros* (1955)⁶⁸, ao apresentar a ação predatória e destruidora característica das bandeiras do século XVII, em contraste com o papel dos pioneiros dos Estados Unidos, movidos pela estabilidade. O mesmo autor aponta a idealização da obra dos bandeirantes como decorrência de uma imagem cultivada como símbolo pelos brasileiros:

Pois bem: apesar de tudo, a julgar pela atoarda da literatura nacional em torno dos bandeirantes, dir-se-ia que o São Paulo moderno, o São Paulo das indústrias, o São Paulo do café, o São Paulo que constrói e monta o mais soberbo parque industrial da América do Sul é obra exclusiva do bandeirante e do espírito de bandeira. Porque nisto de emprestar ao bandeirante atributos que ele nunca teve, o paulista de quatrocentos anos é um perfeito ianque. Se, para valorizar o símbolo que lhe é caro, for preciso atribuir ao bandeirante atributos orgânicos, ele o atribuirá; se para magnificá-lo for preciso torcer a história, ele o torcerá.⁶⁹

Essas afirmações nos levam a pensar na promoção dada às realizações dos homens do planalto de Piratininga. Assim, seguindo essa idéia de imagem construída das bandeiras, buscamos observar as produções mais recentes acerca da atuação dos “paulistas” nos conflitos ocorridos nas capitanias do Norte do Estado do Brasil, em meados do século XVII.

Os estudos consultados indicam a participação das tropas de “paulistas” nas principais guerras de resistência de negros e índios, mas não uma obra voltada exclusivamente para a atuação dos mesmos. Os trabalhos giram em torno do Quilombo dos Palmares e da “Guerra dos bárbaros”, principais eventos nos quais os moradores de São Paulo estiveram envolvidos no que hoje seria a região Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, acreditamos que sendo esses conflitos aceitos pela historiografia como razão para a contratação dos “paulistas” nas guerras do Norte,

⁶⁸ A primeira edição em português foi em 1955, apesar da obra ter sido iniciada em 1934. MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros**: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

⁶⁹ MOOG, Vianna. Op. Cit. p. 190-1

tais trabalhos adquirem uma importância singular para a compreensão do que foi a atuação desses homens nos conflitos da capitania do Rio Grande.

Como marco nos estudos da conquista do sertão e resistência das tribos indígenas do interior, o trabalho de Maria Idalina da Cruz Pires nos foi fundamental para o entendimento da *Guerra dos Bárbaros*.⁷⁰ Na terceira parte de seu livro, ela destaca principalmente os momentos finais do conflito, mostrando o contorno que a guerra adquiriu após o abafamento da resistência, inclinando-se para formação de facções internas. Mostrando ainda, como os “paulistas” envolveram-se nas disputas por terra e poder nessa fase do conflito. Não sendo, portanto, mais úteis ao projeto de colonização, tornaram-se indesejados pelos colonos, missionários e autoridades locais.

Essa análise que a autora faz sobre a relação dos “paulistas” com os demais grupos sociais envolvidos na conquista seria o primeiro ponto a ser destacado em nosso estudo: requisitados pelas autoridades coloniais no período da guerra, e depois encarados como rivais na posse da terra. Dessa forma, distante da idéia da democracia social, o bandeirante envolvido em um conflito se torna parte deste, muitas vezes enfrentando seus próprios aliados.

Sobre a mesma temática da “Guerra dos bárbaros”, o historiador Pedro Puntoni desenvolveu seu trabalho ampliando o estudo para o que ele considera como dois momentos distintos da guerra: Guerras do Recôncavo (1651-1679) realizadas no Recôncavo Baiano, e Guerra do Açú (1687-1705) na ribeira do rio desse mesmo nome no sertão do Rio Grande e Ceará.⁷¹

Na análise do tema em questão, Puntoni aponta a experiência em percorrer os matos e o conhecimento às táticas de guerra dos índios como motivos para a contratação dos homens de São Paulo, já que os mesmos utilizavam a “guerra brásilica”, ou guerra “ao modo” do Brasil. Afirmando que, os “paulistas” foram empregados no policiamento da capitania do Rio Grande e das adjacentes para conter os levantes indígenas que iam de encontro ao projeto colonizador.⁷²

⁷⁰ PIRES, Maria Idalina da Cruz. “**Guerra dos Bárbaros**”: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2002.

⁷¹ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Op. Cit. 200.

⁷² PUNTONI. Op. Cit. p. 242.

Mas, o fato do autor concordar com a habilidade característica dos bandeirantes não insinua uma superioridade bélica. Apenas destaca o tipo de guerra empregado pelos “paulistas”, considerado ideal para combater as resistências indígenas. Além disso, a consideração dada ao caso das guerras nas capitânicas do Norte foi referida devido à institucionalização do terço, que passava a ser assentado e pago, assim como as tropas regulares, diferentemente do que se praticava anteriormente. Pernambuco até então contava com os terços da guarnição da vila do Recife, da cidade de Olinda, de Itamaracá e com o recém-criado terço dos Palmares. Segundo Pedro Puntoni:

[...] o terço dos Palmares e o da Guerra dos Bárbaros eram representativos do processo de formalização da ‘guerra brasílica’ que se enquadrava em sua especificidade no sistema militar do Império português e ganhava uma identidade particular, com uma legislação própria. Essas guerras previam contratos para a remuneração dos serviços que ultrapassavam o simples pagamento dos soldos, com a utilização de crueldade máxima para com os inimigos.⁷³

De acordo com essa afirmação, a característica excepcional da formalização da “guerra brasílica” contou ainda com o direito sobre os índios rebelados, ultrapassando a simples efetuação do soldo. Mesmo sendo apontada após a expulsão dos holandeses como uma técnica arcaica, baseada na emboscada, a “guerra brasílica” exercida pelos “paulistas” adquiriu uma condição singular dentro da América portuguesa.

Também de grande importância dentro da produção historiográfica dedicada aos estudos indígenas estão os trabalhos de John Manuel Monteiro⁷⁴, ao enfatizar o papel da mão-de-obra dos nativos para a agricultura no planalto paulista. Segundo o autor, os “paulistas” seriam tanto fornecedores como consumidores da mão-de-obra indígena. Essa posição se diferencia das idéias até então aceitas do “circuito comercial intercapitânicas”, que seria o tráfico de escravos índios para a região Nordeste.

Suas propostas tornaram-se inovadoras por pensar o lugar dos indígenas na sociedade paulista, incorporados à economia do planalto, em vez de

⁷³ PUNTONI. Op. Cit. p. 202.

⁷⁴ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p. 7-8.

abastecerem um suposto mercado de escravos índios no litoral. Tal alternativa representava um meio mais econômico de contrair mão-de-obra, alimentando uma crescente força de trabalho indígena no planalto, e possibilitando a produção e o transporte dos excedentes agrícolas.

Mesmo ocupando um lugar de destaque na historiografia brasileira, segundo ele, a sociedade paulista colonial ainda permanece pouco conhecida, diante das variadas perspectivas econômicas encontradas pelos moradores de São Paulo. Mas apesar de não ter sido de exportação, a economia do planalto era de grande importância para o suprimento das capitanias vizinhas.

Para John Manuel Monteiro, os vínculos dos “paulistas” poderiam se afastar ou se unir à Coroa, de acordo com os benefícios acarretados com as investidas. Neste sentido, as incursões dos bandeirantes, sob a ótica do autor, não se constituíram enquanto um empreendimento geopolítico de expansão territorial, mas como ação despovoadora dos nativos, assim como afirmava Capistrano de Abreu. Ainda para Monteiro, os “paulistas” eram contratados temporariamente para guerrear contra os índios, dizendo o seguinte:

Acenando com sedutoras promessas de títulos honoríficos, terras e até dinheiro, os paulistas eram mobilizados para servir, por determinados períodos, de mercenários. Conhecidos por suas atividades guerreiras nos sertões, os paulistas já haviam recebido convite para participar do conflito luso-holandês no final da década de 1640.⁷⁵

Mais uma vez, percebemos a apresentação dos “paulistas” a partir de suas “atividades guerreiras nos sertões”, vinculada aos interesses particulares que moviam o grupo, entre eles o direito de escravizar os índios. Assim, a expansão territorial atribuída aos bandeirantes só pode ser pensada para o caso das capitanias do Norte enquanto mão-de-obra bélica contratada durante os conflitos de resistência.

Contudo, a opinião de John Manuel Monteiro sobre o despovoamento provocado pelas bandeiras paulistas nas regiões dos conflitos, ao abrir espaço para a colonização da América portuguesa, é bastante próxima da de Capistrano de

⁷⁵ MONTEIRO, John Manuel. Op. Cit. 92.

Abreu. E também no que se refere à permanência dos “paulistas” nos territórios conquistados, dizendo:

Sem poder trazer cativos para suas propriedades no Sul, a maioria dos soldados acabou por se estabelecer nas terras recém-conquistadas dos vales do São Francisco ou do Açu, ou até na remota hinterlândia do Piauí. Estes assentaram-se em extensas sesmarias que se tornaram a principal recompensa para os mercenários. Paulistas, veteranos e renegados das campanhas, espalham-se pelo interior das várias capitânicas, fundando vilas e dedicando-se sobretudo à expansão da pecuária.⁷⁶

A ação bandeirante funcionava como processo de desocupação de território através do arrasamento de tribos indígenas, subsidiando dessa forma a expansão das fronteiras. Destarte, os bandeirantes não tinham um comprometimento com a colonização apenas pela ocupação, e sim possibilitando a abertura de espaços para uma nova ocupação. Para Robert Moraes, “a colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas.”⁷⁷ E é dessa apropriação das populações que os bandeirantes mantinham-se, sendo elas sua principal força de trabalho.

Nas produções recentes avaliadas até agora, no que diz respeito à contratação dos “paulistas” para os conflitos indígenas das capitânicas do Norte, percebe-se uma continuidade na historiografia ao apresentá-los como indivíduos com larga experiência em percorrer sertões e aprisionar índios. Como exemplo, temos o trabalho de Fátima Martins Lopes quando menciona a contratação dos homens de São Paulo para a “Guerra dos bárbaros” nos sertões da Bahia:

A solução ‘paulista’ para este problema baseou-se no fato de que eles tinham já grande experiência no trato da guerra e apresamento contra índios insubmissos na região do sul colonial e, principalmente, porque tinham grande interesse nesta “guerra justa”, visto que lhes era garantido o envio das presas para a venda nas cidades.⁷⁸

⁷⁶ MONTEIRO, John Manuel. Op. Cit. 96.

⁷⁷ MORAES, Antonio Carlos Robert. Op. Cit. p. 91.

⁷⁸ LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 143.

Assim como na Bahia, a repressão à resistência indígena na capitania do Rio Grande ficou novamente a cargo da mão-de-obra paulista. No entanto, as continuidades não se limitam à aptidão dos “paulistas”, sendo também destacada a singularidade da vila de São Paulo, em virtude de sua inclinação para o continente. Como também nos sugere Emmanuel Araújo ao afirmar que os “paulistas” “traçaram seu próprio caminho sem estorvo da fiscalização dos delegados Del-rei.”⁷⁹

No que tange a colonização do Piauí, Tânia Brandão considera que, em virtude da agressividade dos indígenas e os custos dispensados com os conflitos, a Coroa utiliza-se da ação dos sertanistas de contrato.⁸⁰ Mas, apenas o conhecimento da área e a expulsão dos indígenas não eram suficientes para atender seus objetivos, o que requeria a fixação dos colonos.

A colonização efetiva do Piauí só teve início na segunda metade do século XVII, a partir das concessões das primeiras sesmarias, uma vez que o território não apresentava nenhum atrativo para a cultura de produtos exportáveis. Dessa forma, a região acabava se configurando enquanto espaço de passagem. E afirma que mesmo o bandeirante Domingos Jorge Velho, que se instalou por um período mais longo na região, não teve a intenção de se estabelecer. Sua estadia na região teve caráter temporário. Ainda segundo Tânia Brandão, os “paulistas” no Piauí não tiveram por finalidade implantar estrutura sócio-econômica no local, afirmando:

A função dos arraiais era tão somente fornecer alimentos às tropas e guarida aos combatentes nos intervalos de luta. Além disso, a vida quase nômade dos bandeirantes ‘topando bandeira ao gentio bravo onde o pediam’ não permitiu que esses núcleos habitacionais se desenvolvessem se perpetuando.⁸¹

Mais uma vez vemos a função despovoadora do trabalho dos “paulistas” destacada. No entanto, a experiência do Piauí serve para demonstrar a participação desses homens na conquista do sertão sobre outra ótica. Os bandeirantes que atuaram no Piauí, agindo de maneira particular sob a contratação da Coroa

⁷⁹ ARAÚJO, Emmanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. In: PRIORE, Mary Del (org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 55.

⁸⁰ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

⁸¹ BRANDÃO. Op. Cit. p. 48.

portuguesa, não tiveram a intenção de se fixar. Mas mesmo se não houvessem ocupado, enquanto colonizadores os “paulistas” ganharam concessões de terra na região, o que também significa colonizar.

Em outras palavras, o papel dos “paulistas” servia antes de tudo para empurrar o indígena, avançando com a “região colonial”, tendo intenção em se fixar nos territórios ocupados como colonos nas áreas conquistadas. Outro ponto enfatizado pela autora diz respeito ao respaldo que os mesmos tinham perante a Coroa, lembrando os esforços metropolitanos na contratação dos serviços dos “paulistas” ao persuadi-los.

Buscando fazer um contraponto crítico à mitologia do bandeirantismo, recuperando os elementos históricos ocultados e esquecidos pela versão dita oficial, Carlos Davidoff em seu livro *Bandeirantismo: Verso e Reverso* afirma que ainda existe um mito vivo, uma espécie de perpetuação do bandeirismo.⁸² Se predispondo a fazer uma reavaliação historiográfica alega o seguinte:

O bandeirante foi fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos materiais e de vida econômica restrita, e suas ações se orientaram ou no sentido de tirar o máximo proveito das brechas que a economia colonial eventualmente oferecia para a efetivação de lucros rápidos e passageiros em conjunturas favoráveis – como no caso da caça ao índio – ou no sentido de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura voltada para o mercado externo, como ocorreu com a busca dos metais e das pedras preciosas.⁸³

Essa perspectiva enfatizada por Carlos Davidoff, nos mostra uma constante com relação às particularidades de São Paulo, revisadas por muitos estudiosos, observadas por outros ângulos, encaradas sob óticas diversas, mas defendidas, sobretudo pela caracterização que acabou assumindo com o passar do tempo.

1.4. ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

⁸² DAVIDOFF, Carlos Henrique. *Bandeirantismo: Verso e Reverso*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p. 9

⁸³ Idem. p. 26.

A fim de perceber a participação dos “paulistas” na conquista do sertão do Norte do Brasil, e o sentido do deslocamento dos mesmos para tal evento, decidimos buscar nos trabalhos já realizados acerca do tema as opiniões levantadas sobre as imagens dos homens e do espaço da capitania de São Vicente. Fizemos assim um apanhado nas produções historiográficas tentando estabelecer uma relação com a caracterização dos homens empregados na “Guerra dos bárbaros”.

Percebemos que o espaço e os homens da São Paulo colonial acabaram se fundindo. A insuficiência do meio de onde eram provindos impunha marcas nos indivíduos que buscaram formas alternativas de sobrevivência. Caracterizados por uma outra vivência dentro do contexto da América portuguesa, os “paulistas” rumaram para os sertões, enveredando pelos mais diversos caminhos proporcionados pelas vias fluviais.

Etapas de um processo contínuo, o espaço modificava os homens, caracterizando-os como um grupo social à parte quando em contato com a região colonial. E esses mesmos homens transformavam os espaços percorridos pelos conflitos travados com os índios e negros, ou com as próprias autoridades coloniais.

Inserida nessa idéia de um grupo individualizado, de características singulares dentro da lógica sócio-econômica da colônia, a historiografia paulista ao longo do século XX ergueu seus esforços no sentido de manter os moradores da vila de São Paulo em uma condição diferente. Fosse com a intenção de enaltecê-los pelas vitórias conseguidas ao desbravar a natureza, ou para se apresentar como superior perante a região Nordeste.

A associação feita, nessa época, entre o bandeirantismo e a conquista de novos territórios, remete os bandeirantes a condição de heróis da constituição nacional. A expansão territorial movida por eles adquiria assim o sentido de uma ocupação ordenada, disciplinada, visando assegurar os domínios portugueses.

Posteriormente à descoberta das minas, o trabalho das bandeiras pode ter sido controlado, com interesses ligados diretamente à Coroa. Contudo, não se pode dizer que as incursões para o sertão, movidas por uma necessidade econômica, buscavam propositalmente alargar os domínios lusitanos. Entendemos então, que o mito não foi uma elaboração casual, mas estava ligado, sobretudo, a

um ideal das elites locais como estratégia de destaque perante a nação, desempenhando uma função social.

Entretanto, apesar das produções recentes darem uma outra abordagem ao tema das bandeiras, principalmente a partir da década de 1990, as imagens passadas da experiência e singularidade das bandeiras ainda permanecem. Construções entranhadas, que mesmo tendo sofrido um despedaçamento, corroído pelas transformações do conhecimento histórico, continuam mantidas, principalmente no que se refere ao motivo do deslocamento dos homens de São Paulo para as capitanias do Norte.

Moldadas, incrustadas e reformadas, as imagens que discorrem sobre os bandeirantes coexistem, e são essas três idéias juntas que sustentam o esqueleto desses personagens, dando sentido aos corpos através do diálogo proferido por elas. Dessa forma, após percebermos os “paulistas” em sua formação, marcada pelas características do espaço em que habitavam e pelo cruzamento com os indígenas, é que podemos partir em nossa empreitada para o momento da conquista e as conturbações da guerra contra os índios na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII.

Capítulo II

A atuação dos Homens: Os “paulistas” na conquista do sertão

E o primeiro a vingança dos patrícios, a segunda o particular serviço que farão a Sua Alteza e benefício a este povo, e o 3º a conveniência própria de ficarem por escravos seus todos os prisioneiros.⁸⁴

Os benefícios oferecidos pelos governadores aos “paulistas” durante a “Guerra dos bárbaros” na Bahia estão presentes nos discursos das autoridades coloniais ao longo de todo o conflito, inclusive nos acontecimentos na capitania do Rio Grande, como forma de persuadir os homens de São Paulo para o combate. Ao aceitar a contratação, as tropas envolvidas estariam ajudando não só aos colonos e a Coroa, mas também a eles próprios, com a obtenção do direito de escravizar todos os índios que aprisionassem.

As condições estabelecidas durante a contratação dos “paulistas” para a guerra nos serviram para pensar nas relações destes com os colonos e a Coroa, apresentando-se como indivíduos atuantes no processo de dilatamento das fronteiras. Objetivamos dessa forma, enfatizar o contexto histórico da segunda metade do século XVII, deixando de lado a perspectiva historiográfica do mito para compreender os homens no momento das guerras do Norte. Sendo necessário por isso, uma explanação do contexto histórico para o entendimento da atuação desses homens na capitania do Rio Grande. Destacando ainda a ação bandeirante como formadora de territórios a partir do desmembramento de um espaço já construído.

A conquista do sertão impulsionou a reação das tribos indígenas do interior das capitanias do Norte contra o avanço das fronteiras, na qual foram contratados os “paulistas”. Trabalharemos o conceito de sertão em sua perspectiva espacial, social e imaginária no período colonial, atentando para as construções dele enquanto espaço que o diferenciava do litoral, no contexto da guerra de conquista.

Assim, as mudanças administrativas da capitania de Pernambuco após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e a volta da jurisdição portuguesa contribuíram para a conquista do sertão. Tal movimento de expansão visava um alargamento dos domínios dos colonos abastados e de seu controle

⁸⁴ CARTA que se escreveu ao Capitão Hieronymo Bueno ao Capitão Fernão de Camargo, Joseph de Camargo, ao Capitão Balthazar da Veiga Antonio de Sequeira, Francisco Bueno ausente a Bartholomeu Bueno e ao Padre Matheus Nunes de Sequeira para irem à conquista dos Ayayos. Bahia, 20 de fevereiro de 1677. **DH**. 11: 75-6.

sobre a população ainda não integrada ao espaço colonial. E nesse projeto expansionista encontramos os “paulistas”, contratados para conter as resistências oferecidas pelos grupos do sertão, seja os negros dos Palmares, seja as tribos indígenas na “Guerra dos bárbaros”.

Dessa forma, o processo de dilatação da fronteira será entendido como algo que ultrapassa os limites da territorialidade, percebida também como uma divisória cultural, marco entre grupos distintos pertencentes a espaços distintos: litoral versus interior; civilização versus selvageria.

2.1. ALÉM DAS FRONTEIRAS: O SERTÃO DAS CAPITANIAS DO NORTE

Para refletir sobre o interior das capitanias do norte do Estado do Brasil e as idéias em torno do sertão, buscamos inspiração nas noções de fronteiras que perpassam a história da América. Utilizamos assim a “Tese de Fronteira” de Frederick J. Turner elaborada para os Estados Unidos da América, e as percepções de Sérgio Buarque de Holanda ao pensar a vila de São Paulo de Piratininga na capitania de São Vicente.

Elaborada para explicar o contexto do avanço para o oeste dos Estados Unidos, no século XIX, a tese de fronteira de Frederick J. Turner inovou os estudos da época, pela perspectiva cultural apontada para o caso americano. Até então, a História colonial se encontrava restrita a colonização do litoral, por ser o primeiro espaço ocupado, considerado de maior relevância para a historiografia.

Segundo Turner, fronteira seria a linha que separa as terras ocupadas das terras livres, significando o ponto de encontro entre a civilização e a selvageria, o que a tornava elemento dinâmico por natureza e símbolo da renovação através dos contatos entre culturas distintas.⁸⁵ A fronteira estaria assim compreendida em três momentos: o contato inicial, onde o meio é mais forte que o homem, ou seja, a adaptação do adventício ao meio; seguida do retorno ao legado europeu, anexando elementos de sua cultura a realidade nativa; e por fim, o produto americano, obra do

⁸⁵ TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American history**. New York: Dover Publications, 1996.

rearranjo da tradição europeia sobre um fundamento de completa adequação aos padrões indígenas.⁸⁶

Dessa maneira, o desenvolvimento americano exibiria não meramente um avanço territorial, mas um retorno para primitivas condições através do contato cultural realizado na fronteira. Ainda de acordo com as afirmações de Turner, as forças dominantes características da América do Norte foram fornecidas pela fronteira, pelo perene renascimento, pela expansão na direção do oeste com novas oportunidades, pelo contato contínuo com a simplicidade da sociedade primitiva. E assim, “[...] o verdadeiro ponto de vista na história dessa nação não está na costa Atlântica, e sim no grande oeste”.⁸⁷

A descrição de fronteira foi pensada dessa forma como o elemento de mais rápida e efetiva americanização. Por todo o continente os contatos entre europeus e grupos nativos aconteceram, ocorrendo de maneira mais intensa em determinadas áreas do que em outras, o que acentuava as variações das influências culturais. O próprio sentido de colonização diz respeito não apenas a ocupação de um espaço, como também significa domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é passada para o novo território.⁸⁸ E nessa integração cultural, nem a diluição do legado europeu se fará de maneira completa, nem a recuperação significará um reencontro com o mesmo, resultando em um elemento novo: o americano.

Na concepção de Michel de Certeau, a fronteira servia como delimitação e mobilidade, local de intersecção, ou seja, “um entre dois”, ao mesmo tempo em que separa espaços distintos, ela os liga, comunicando-os, e assumindo com isso papel mediador.⁸⁹ Além disso, adquire sentido de lugar de encontro ou zona de contato.

O interior do continente americano, em geral, se encontrava ocupado por habitantes que possuíam cultura e estruturas sociais próprias, dando margem a diferentes formas de contato e ao nascimento de novas sociedades. As culturas decorrentes do encontro se formavam de maneira própria, constituindo-se como

⁸⁶ WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste** - A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2000.

⁸⁷ TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American history**. New York: Dover Publications, 1996.

⁸⁸ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 67-70.

⁸⁹ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. As artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

mestiças. Os hábitos e os costumes dos colonos não se transplantam simplesmente de um lugar a outro, eles se adaptam, se moldam, sujeitos a uma ação transformadora. A transformação, a mutação decorrente desse processo caracteriza o espaço de fronteira, esse espaço plural, híbrido, ambivalente, que ao congregar duas situações, traz como resultado algo novo, ímpar e mesclado.

Na Europa, com a formação dos Estados nacionais, o termo fronteira estava ligado à idéia de nação, uma vez que a consolidação nacional se deu com a fixação de limites, de linhas divisórias. Mas, se para a realidade europeia a fronteira tinha uma forte conotação política, no sentido de demarcação territorial, na América ela foi antes de tudo cultural, significando oportunidades oferecidas pelas terras livres, num processo de renovação através da migração a novas terras. O território além espaço colonial, visto como desocupado, atraía os colonos, surgindo como espaço em ascensão.

Partilhando da idéia de fronteira enquanto processo de assimilação para novas terras, Víctor Belaúnde discute a aplicabilidade da idéia de fronteira definida por Turner, pensando que essa relação não diz respeito apenas ao território. Por isso, ele considera que a América hispânica não teve o mesmo acesso a terra e o desenvolvimento econômico que os Estados Unidos. Segundo Belaúnde, o fator da fronteira é pensado principalmente pelo lento processo de assimilação de novas terras pela ação civilizadora, que se consolidou devido à relação do velho núcleo de povoamento e ao aproveitamento da produção agrícola e do trabalho humano⁹⁰. Pensamento similar ao de Angel Rama:

Nas antípodas do critério de uma *frontier* progressiva, que regeria a colonização dos Estados Unidos e a primeira época da conquista do Brasil pelos portugueses, a conquista espanhola foi uma frenética cavalgada por um continente imenso, atravessando rios, selvas, montanhas, de uma extensão próxima de dez mil quilômetros, deixando à sua passagem uma fileira de cidades, praticamente incomunicáveis e isoladas no imenso vazio americano, só percorridas por aterrorizadas populações indígenas.⁹¹

⁹⁰ BELAÚNDE, Víctor Andrés. The frontier in Hispanic America. **The Rice Institute Pamphlet**, v. 10, n. 4, p. 202-213. oct. 1923.

⁹¹ RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 34.

Esses subsídios não se concretizaram na América hispânica, tendo em vista a dimensão das possessões espanholas, e as impossibilidades apresentadas pelo meio para a penetração humana.⁹² Mas, segundo as afirmações de Angel Rama, o “imenso vazio americano” representava um lugar apenas percorridos pelas tribos indígenas fugidas do litoral colonizado a priori.

Na historiografia brasileira, a noção de fronteira está ligada inicialmente à ação dos bandeirantes de São Paulo, responsáveis pela expansão territorial para o oeste, como foi defendido por Sérgio Buarque de Holanda. Para ele, as entradas pelo interior colidiram com a resistência dos grupos habitantes dos territórios “descobertos”. Essa experiência ocorreu de maneira corriqueira na América Portuguesa, diante dos avanços do espaço colonial.

De acordo com a análise realizada por Robert Wegner da obra de Sérgio Buarque de Holanda, o autor considerou que a extrema adaptação do europeu aos costumes nativos seria o núcleo da tese de fronteira.⁹³ No discurso de Sérgio Buarque de Holanda, essa adaptação que caracteriza a sociedade de fronteira, na América portuguesa, parece ter sido possível graças à maleabilidade, ou plasticidade, dos portugueses ao se integrarem a outras culturas. Seu maior grau de plasticidade em relação ao anglo-saxão conduziu a uma fronteira mais fluída do que o caso norte-americano. O que não nega a lógica da fronteira da América do Norte, apenas denota a intensidade da forma como se deu no caso brasileiro⁹⁴.

O interesse em mostrar a fronteira provém da imprecisão dos limites no período colonial, situação que gerava uma mobilidade física e mental, produto dos inúmeros avanços e recuos das frentes pioneiras com a paisagem natural. Os estudos de John Hemming nos propõem a pensar os homens que desbravavam a fronteira nas possessões luso-americanas, os quais, em geral, eram mamelucos de sangue mestiço de europeu e índio, e andavam sempre acompanhados destes, adotando seus métodos de marcha e sobrevivência.⁹⁵ Dessa forma, o “paulista”, filho do colonizador com as índias, é o elemento mestiço por excelência, o signo do homem da fronteira, habituado a dormir em redes, a beber e mascar fumo, a usar os

⁹² BELAÚNDE, Victor Andrés. Op. Cit. p. 203.

⁹³ WEGNER. Op. Cit. p. 102.

⁹⁴ Idem. p 128.

⁹⁵ HEMMING, John. “Os índios e a fronteira no Brasil colonial”. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP/Brasília: FUNAG, 1999.

instrumentos de caça e pesca, leves embarcações, o modo de cultivar a terra e os sistemas de defesa típicos dos índios.⁹⁶

José de Souza Martins nos convida a refletir que o termo fronteira não se resume a fronteira geográfica, se configurando de maneiras diferentes: “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem, e sobretudo, *fronteira do humano*”.⁹⁷ O choque entre culturas a torna lugar de conflito, como podemos notar em suas palavras:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.⁹⁸

Esse trecho nos permite fazer uma rápida reflexão das muitas fronteiras vividas nas Américas no decorrer dos primeiros séculos de colonização na relação entre os espaços dessemelhantes. O vazio foi pensado dessa forma por não estar inserido na lógica colonial, o que o transforma em não-humano, ou, como diz Martins, “a fronteira aparece freqüentemente como limite do humano”.⁹⁹

Os portugueses empregavam sertão, grafado “certão, certõis”, para se referir às áreas situadas dentro de Portugal, afastadas de Lisboa, no século XIV¹⁰⁰. Com a expansão ultramarina e a transmissão do pensamento ocidental para as colônias, a palavra servirá para designar os espaços vazios, longe do litoral. Durante o período holandês, a caracterização do mapa do Brasil do século XVII nos mostra uma linha divisória entre o espaço ocupado, dividido em capitânias, e o território

⁹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁹⁷ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 13.

⁹⁸ MARTINS. Op. Cit. P.151.

⁹⁹ Idem. p.162.

¹⁰⁰ AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.

vazio, retratado apenas por algumas tribos esparsas, como podemos perceber na figura 02:



FIGURA 02

Nova et Accurata Brasiliae Totius Tabula (1641)

Nessa imagem podemos observar a separação do sertão para como as regiões ocupadas, pertencentes ao espaço colonial. Área aberta, sem divisões, demarcações, e marcada pelo vazio, o sertão foi representado pelo artista como um oco no continente.

Em fins do século XIX, os estudos de Capistrano de Abreu¹⁰¹ e suas contribuições para historiografia brasileira sobre a construção histórica da idéia de

¹⁰¹ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História colonial 1500-1800** – Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

sertão despertaram o interesse pelo tema, e pela origem etimológica da palavra sertão como proveniente de *desertão*, de deserto. Entretanto, esses espaços definidos como “desocupados” eram, na verdade, habitados por várias tribos indígenas. Nesse caso, não se trata do deserto físico, e sim da ausência de vassalos do rei, dos corpos fora do domínio real, que estavam por isso fora da condição de existência, configurando o sertão como um espaço vazio. De acordo com Cristina Pompa ao traçar um parâmetro desses opostos:

A região colonial é o ‘cheio’ do espaço preenchido pela colonização, mundo da ordem estabelecida pelas duas instâncias de poder: a Igreja e o Estado. O sertão, em oposição, é o território do vazio, domínio do desconhecido e, por isso mesmo, reino da barbárie e da selvageria. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão.¹⁰²

Destarte, do território arrasado das tribos indígenas, brota um espaço civilizado. A noção de espaço entendida enquanto um lugar praticado¹⁰³, o qual adquire sentido a partir da interação e movimentação dos corpos é por nós destacada para o entendimento do sertão das capitanias do Norte ao tornar-se espaço após a conquista. Embora aceitemos o espaço marcado pelas percepções, como diria Chiara Evangelista:

Dito em outras palavras, o espaço é o conjunto de ações, de projetos e de sonhos [individuais, coletivos, sociais] que se desenvolvem em cima e a propósito de uma área, mais ou menos ampla e mais ou menos habitada, porém organizada em função de objetivos étnicos, sociais, culturais, políticos, e econômicos, religiosos.¹⁰⁴

A ocupação do território pelos vários grupos sociais envolvidos, desde colonos, sesmeiros, missionários e “paulistas”, a tropas de negros e índios, acabava tendo o intuito de estabelecer as bases do povoamento colonial, ou seja, “varrer” os índios e assegurar o domínio sobre novas terras. Além disso, a expansão da região

¹⁰² POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 227.

¹⁰³ Para definição de Espaço, utilizamos as contribuições de CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. As artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁰⁴ VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho – espaço, território e fronteira.” In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Um historiador nas fronteiras**: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG/Humanitas, 2005.

colonial carrega as intenções das instituições que a movem, levando sua representação para um outro lugar

As imagens que foram atribuídas ao sertão, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, seguiam os moldes da cultura do colonizador, que o imaginava espaço contrário, seu reflexo invertido. A idéia de sertão para a colônia se constituiu assim, a partir da visão que o colonizador tinha do outro, o que o tornava espaço da alteridade. O sertão nascia, portanto, das visões do litoral.

Essas imagens do sertão usadas pela zona açucareira foram muitas vezes apropriadas por elementos não pertencentes a ela. Como no caso do “paulista” Domingos Jorge Velho, filho dos sertões verdes de São Paulo, que, por razões particulares, apresentava os interiores das capitanias do norte como “[...] mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo.”¹⁰⁵ Seria essa uma forma de persuadir as autoridades locais com relação às dificuldades enfrentadas em seu empreendimento, dando ênfase a sua ação nesse sertão inóspito e sem lei.

Em *A Cidade das Letras*, Angel Rama coloca o núcleo urbano como fundamento da civilização, e espaço que tem como função impulsionar a conquista dos vazios¹⁰⁶. O que corrobora para a idéia de que cabe a zona civilizada, no caso o litoral, colonizar, como um “direito natural”. Pois, a ocupação de um espaço significa implantação das instituições, Igreja e Estado, representadas pelos missionários e pelas autoridades locais. O colono português, civilizado por natureza, segue a noção de uma hierarquia dos espaços concebida desde os primeiros contatos, colocando a Europa no primeiro plano hierárquico.

Ainda segundo Turner, a fronteira americana se constituiu em áreas de colonização tardia, partindo dos núcleos antigos de povoamento para a conquista. É o que acontece nos sertões da América portuguesa, cujos núcleos antigos, no caso do sertão das capitanias do Norte, correspondem à área açucareira. O sertão enquanto fronteira assume-se como espaço para onde escoam os colonos

¹⁰⁵ CARTA autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras dos Palmares** (subsídios para sua história). 1º v. Domingos Jorge Velho e a ‘Tróia Negra’. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 204-207.

¹⁰⁶ RAMA. Op. Cit. p. 29-34.

excedentes do litoral, apresentando-se como '*válvula de segurança*' da zona açucareira, atraindo os grupos não essenciais à produção mercantil da colônia¹⁰⁷.

A Coroa portuguesa atribuía ao sertão o caráter de espaço de aproveitamento humano, empregando as sobras populacionais na conquista¹⁰⁸. Na delimitação da fronteira do açúcar, os grupos indesejados poderiam ser encaminhados para essa nova área de exploração.

Apresentado como um lugar desocupado, o sentido da palavra sertão aos poucos estaria ligado à idéia de região inóspita e sem lei, condição adversa do litoral, dito civilizado. Dentro dessa perspectiva, não havia um sertão, mas sim vários, de norte a sul da América Portuguesa.

Percebemos então idéias antagônicas para o mesmo conceito, se apresentando tanto como espaço de fuga, para onde poderiam ir índios e negros desbaratados, quanto como região do desconhecido. Se por vezes ele atraía, por vezes ele afastava. Imagens opostas que se fundem para descrever um mesmo espaço, vazio que recusa e seduz. Simultâneo de lugar de liberdade e selvageria. Construído a partir dos elementos culturais da zona açucareira, cunhado pelas suas impressões que o constituía como seu contrário.

Os espaços que compõem o cenário colonial são em si mesmo heterogêneos, saldo da cultura ibérica quando em contato com os índios da costa. Mas a fronteira do sertão, ou demarcação de onde começaria esse sertão surge da emergência da separação da área dita civilizada como uma maneira de se construir um espaço fechado não sujeito a mudanças, de se defender do outro e de preservar sua posição superior.

Envolta de diversos significados, empenhando vários grupos sociais, a conquista do sertão das capitânicas do norte era importante não apenas para a Coroa como expansão territorial e evasão populacional, mas também para os colonos interessados na obtenção de novas terras e títulos, e a Igreja que visava novas

¹⁰⁷ A tese de fronteira como "válvula de segurança" é apresentada por Frederic Turner para o caso da conquista do oeste dos Estados Unidos, e analisada por: WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste - A Fronteira** na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p.99.

¹⁰⁸ A idéia da "válvula de segurança" descrita por Turner, pode ser aplicada aos estudos da conquista do sertão colonial por Kalina Vanderlei Silva em sua tese "**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**", para a alocação dos pobres e "vadios" do açúcar, caracterizando como "válvula de escape".

fronteiras para catequese¹⁰⁹. O problema da expansão foi ter que se defrontar com a resistência oferecida pelos negros palmarinos e as tribos do interior.

Dessa forma, o desenvolvimento americano foi explicado pela existência de terras livres, contínuas recessões e avanços na direção oeste. O avanço da fronteira se deparou com as resistências e empecilhos internos ao projeto, se firmando a cada etapa vencida, a cada fazenda estabelecida. Nesse sentido, o sertão do que hoje seria o Nordeste brasileiro, também se inseria como mais um avanço da expansão do espaço colonial na América Portuguesa.

2.2. GUERRAS NO SERTÃO E A CHEGADA DOS “PAULISTAS”

A retomada do território do açúcar na segunda metade do século XVII soava para Portugal como uma fase próspera, quando, pela primeira vez teria controle direto sobre Pernambuco, uma das principais capitanias responsáveis pela produção açucareira. Contudo, a fase que se inicia com o “segundo período português”¹¹⁰ foi marcada pela crise da economia açucareira, a ameaça dos negros aquilombados em Palmares, e um contingente de brancos livres e *vadios* que não tinha onde se empregar, os chamados pobres do açúcar.¹¹¹

A utilização do conceito de “segundo período português” nesse trabalho diz respeito à necessidade de se definir o corte temporal que impulsionou a conquista do sertão. Evento considerado a razão da ida dos “paulistas” para o território sob controle direto do governo de Pernambuco, que abrangia a margem norte do rio São Francisco até o Ceará. Além disso, escolhemos esse momento a fim de visualizar os problemas de jurisdição entre o governo geral e o de Pernambuco durante e após os conflitos da “Guerra dos bárbaros” no tocante à permanência do terço dos paulistas na capitania do Rio Grande.

¹⁰⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. “**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**” – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, 2003. (Tese de Doutorado).

¹¹⁰ Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001

¹¹¹ SILVA, Kalina Vanderlei. “**Nas solidões vastas e assustadoras**” – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, 2003 (Tese de Doutorado)

A região colonial portuguesa em suas dimensões econômicas, sociais e culturais estava restrita aos núcleos urbanos no litoral representados como um espaço de grande rentabilidade diante do mercado consumidor, enquanto centro dinâmico movido pela cultura da cana-de-açúcar. As necessidades dos colonos da zona açucareira eram supridas por atividades complementares, entre elas, a pecuária bovina.

Com a entrada do açúcar antilhano no mercado mundial, produzido pelos holandeses após sua saída das terras luso-americanas, houve uma quebra no monopólio do açúcar das capitanias do Norte, que acarretou baixa nos preços. Mesmo não sendo de qualidade tão boa, existiria a partir de então uma concorrência a qual os colonos deveriam se preocupar.

Ao se deparar com as dificuldades iniciais representadas pelo seu retorno, a Coroa portuguesa viu seus sonhos de riqueza através da retomada da produção açucareira desvanecer-se diante de seus olhos. A imagem esfumada começava a se tornar nítida e precisa: era o Pernambuco dos escombros. Destroçada, a capitania necessitava de reparos que implicavam grandes despesas para uma metrópole recém separada da União Ibérica e da guerra de expulsão dos holandeses¹¹².

A situação econômica de Pernambuco não era das melhores diante do resultado da guerra. Contudo, os problemas de cunho social precisavam de uma atenção especial, uma vez que havia um contingente populacional que não tinha onde se empregar. Além das constantes ameaças do Quilombo dos Palmares, incômodo eterno para as autoridades da América portuguesa.

As transformações políticas que caracterizaram o período não se limitavam ao atrelamento da capitania à Coroa, mas a forma como se deu esse processo. A capitania já havia sido particular, pertencente a um donatário, acabara de sair do domínio holandês, e agora voltava ao controle português, passando a ser administrada por um governador indicado por Lisboa. Tais etapas vivenciadas pela capitania de Pernambuco desenvolveram nos senhores de engenho certa autonomia

¹¹² SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo**. p. 145-6.

perante a Bahia, se sobressaindo das demais capitânicas, e gerando conflitos com o governo geral.¹¹³

Nessa fase, o povoado do Recife começava a se destacar pelo seu crescimento populacional e econômico, maior que o da vila de Olinda. As disputas políticas ocorridas entre Recife e Olinda tiveram início com o segundo período da administração portuguesa, devido ao crescimento do primeiro que se sobressaiu diante da estagnação de Olinda.¹¹⁴

Assim, com o crescimento nas vilas açucareiras, os colonos abastados visando aumentar suas propriedades, iniciaram a expansão para o interior através de outra alternativa econômica: a pecuária. A criação bovina parecia interessante por não precisar de mão-de-obra especializada e pelo baixo custo da implantação. Dessa forma, as frentes pastoris saíram das cidades de Salvador e Olinda, pertencentes às capitânicas da Bahia e Pernambuco, respectivamente. Os territórios compreendidos da margem norte do rio São Francisco até o Ceará foram sendo adentrados pelas tropas saídas de Olinda, como Capistrano de Abreu se refere como “sertão de fora”, e a instalação de fazendas oriundas de Salvador como “sertão de dentro”.¹¹⁵

Segundo Fátima Lopes, a expansão da pecuária, a partir das capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, se chocava com a oriunda do Maranhão e Piauí em direção ao Ceará, cercando os índios do sertão por todos os lados de frentes pastoris.¹¹⁶

As vias de penetração dos colonizadores portugueses para o interior seguiam o curso dos rios, área favorável pelas terras férteis para a roça, e o estabelecimento das fazendas. Em função dessa dependência em relação à água, as primeiras fazendas se fixaram nas proximidades das ribeiras dos rios. Um exemplo disso seria o fato das sesmarias sertanejas serem demarcadas a partir do leito de um rio ou riacho.

¹¹³ SILVA, Kalina Vanderlei. “**Nas solidões vastas e assustadoras**”. p. 42.

¹¹⁴ Para uma melhor compreensão dos cenários urbanos de Recife e Olinda, ver Kalina Vanderlei “**Nas solidões vastas e assustadoras**”, p. 40.

¹¹⁵ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial 1500-1800** – Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

¹¹⁶ LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 134.

A Coroa portuguesa interessada em economizar nos gastos, após ter reconquistado a zona do açúcar, facilitou a entrada dos colonos para o sertão concedendo terras aos que as ocupassem. Sua tática assegurava novas terras, dispensando gastos maiores para isso:

E se em outro tempo mandou Sua Alteza varias provisões, que impedia a esses moradores irem ao Sertão: agora pela resolução que foi servido tomar o podem elles fazer sem escrúpulo que declarou por captivos todos os que se tomassem em guerra que os Bárbaros provocassem, e a que nos fazem tem ainda maiores conseqüências que o damno que já se está experimentado.¹¹⁷

Nesse contexto, a idéia da colonização do sertão surgiu da busca tanto de expandir a economia quanto desafogar os centros urbanos de elementos indesejados, no caso os *vadios* e pobres do açúcar¹¹⁸. Assim, diante das resistências oferecidas pelos índios às entradas pecuaristas, as autoridades coloniais viram a possibilidade de expedir os grupos indesejados dos núcleos urbanos, recrutando-os para guerra.

O sertão assumia então caráter de terra abundante, de espaço aproveitável para onde poderia ser empurrado esse contingente populacional. Mobilizando-os, a Coroa livrava-se do excedente populacional encostado nas vilas urbanas, e assegurava a ocupação de um novo espaço.

A capitania do Rio Grande, que também sofrera as conseqüências da guerra com os holandeses, precisou restabelecer a ordem política, ativando forças para ajudar a restaurar a economia da terra. Em 1659, após a expulsão dos holandeses e o restabelecimento do Senado da Câmara em Natal, foram publicados avisos nas capitanias vizinhas para que os colonos viessem ocupar suas terras no prazo de seis meses, caso contrário, elas seriam consideradas devolutas. Essa medida, tomada pelo capitão-mor Antonio Vaz Gondim (1654-1663), tinha como finalidade atrair novamente moradores para o Rio Grande. Como resultado conseguiu trazer 150 moradores e três companhias de infantaria para a recolonização da área. Até antes dessa decisão, as terras do litoral do Rio Grande

¹¹⁷ CARTA que se escreveu à Câmara de São Paulo: sobre darem todo o favor pólvora e munição ás pessoas que hão de ir ao Rio de São Francisco á conquista dos Ayayos. Bahia, 20 de fevereiro de 1677. DH. 11: 73-5.

¹¹⁸ SILVA, Kalina Vanderlei. “**Nas solidões vastas e assustadoras**”.

se encontravam praticamente desocupadas por colonos, e por índios aliados dos holandeses que acabaram fugindo por medo do contra-ataque português.¹¹⁹

A colonização do interior da capitania do Rio Grande só ocorreu de forma mais intensa no final de 1670 e início de 1680, não ocorrendo de maneira pacífica. Pois, esse período coincide com o começo da Guerra do Açu, quando os grupos indígenas organizaram a resistência com o intuito de defender suas terras. Tal evento se constituiu em vários conflitos desencadeados entre colonos e índios do interior, como reação ao movimento expansionista dos portugueses. Essa guerra provocou o devassamento da região, e se concluiu com o aniquilamento das tribos indígenas e aldeamento das remanescentes.

A região da ribeira do Açu era habitada por muitas tribos indígenas, denominadas tapuia. A distinção entre tupi e tapuia, grosso modo, apresentou-se como os habitantes do litoral e sertão, respectivamente. Para Cristina Pompa, a noção de tapuia estava unida à de sertão, o espaço em oposição à região colonial.

¹²⁰. Algo parecido com as afirmações de Pedro Puntoni:

Nos primeiros séculos da colonização o nome *tapuia* designava apenas um universo de diversidade que se definia, fosse por contraste com a própria identidade que os grupos tupis apresentavam (ao menos no nível da relativa homogeneidade lingüística), fosse na prescrição de uma divisão geográfica estanque entre duas humanidades, a costa e o sertão.¹²¹

E foram esses grupos do sertão que reagiram à expansão econômica mobilizada pela pecuária, realizando sucessivos ataques aos novos moradores. O contato dos colonos com as tribos continentais, resultado do fluxo contínuo para o interior, desencadeou uma série de eventos denominados como “Guerra dos bárbaros”, termo pejorativo para designar os povos que não se enquadravam na “civilização”.

Os maiores embates enfrentados pelas frentes saídas de Pernambuco e Paraíba foram às margens de rios na capitania do Rio Grande, principalmente nas

¹¹⁹ LOPES, Fátima Martins. Op. Cit. p. 125-6.

¹²⁰ POMPA, Cristina. Op. Cit. 229.

¹²¹ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. 68.

ribeiras dos rios Piranhas-Assú e Apodi-Mossoró.¹²² O conflito se alastrou ainda pelas ribeiras dos rios Açu, Jaguaribe, Piancó, Seridó e São Francisco. Daí, a capitania do Rio Grande ter sido palco das maiores batalhas ocorridas durante o conflito, iniciado em 1683, mas que obteve maior relevância no ano de 1687. Em 1687, os indígenas chegaram a dominar praticamente toda a região oeste da capitania e os vales dos rios Apodi e Açu.

A razão alegada por alguns historiadores como estopim da guerra diz respeito ao aprisionamento de dois filhos de um chefe Janduí por João Fernandes Vieira, governador da Paraíba. O envio de outros tapuias para Lisboa teria causado o alvoroço dos índios.¹²³

Nesse período o governador-geral era Mathias da Cunha (1687-1688), a quem o Senado da Câmara de Natal se dirigia pedindo-lhe socorro diante das atrocidades dos tapuias. Mathias da Cunha ordenava que o governador de Pernambuco acudisse ao Rio Grande com toda força e brevidade possível, tendo em vista a proximidade entre as capitanias.

As primeiras expedições enviadas para os conflitos do Rio Grande partiram da zona açucareira de Pernambuco. Foram enviadas as tropas burocráticas¹²⁴ de Manuel de Abreu Soares e Antônio Albuquerque Câmara, e as institucionais¹²⁵, representadas pelos henriques e camarões. A princípio foram empregadas as tropas de Albuquerque da Câmara, e o terço dos Henriques com Jorge Luís Soares à frente.

Mas as tropas empregadas na guerra não apresentavam resultados favoráveis, muitas vezes desistindo pela falta de reforços e recursos no momento do embate. Diante do quadro dos insucessos das tropas, e gravidade dos ataques indígenas aos moradores, o governador-geral do Brasil, conhecedor da fama dos “paulistas”, escreveu para a Câmara de São Paulo a fim de conseguir o auxílio de suas armas na guerra do gentio brabo:

¹²² MONTEIRO, Denise Mattos. “Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre – RN)”. **História Econômica & História de Empresas**, IV.2 (2001), 7-33.

¹²³ TAUNAY. Op. Cit. p. 20; PUNTONI. Op. Cit. p. 124-5.

¹²⁴ Tropas burocráticas são aquelas forças militares permanentes, profissionais e pagas montadas e mantidas pelo Estado centralizado. Cf.: SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. p. 28.

¹²⁵ Tropas institucionais são aquelas enquadradas sob leis e regulamentos do Estado, reconhecidas, ainda que não patrocinadas. É o caso das Tropas auxiliares que são formadas por colonos e não profissionais. Cf.: SILVA, Kalina Vanderlei. Idem. p. 79.

Acha-se a Capitania do Rio Grande tão opprimida dos Bárbaros, (que nella mataram o anno passado mais de cem pessoas entre brancos, e escravos, destruindo mais de 30.000 cabeças de gado; e neste, 30 homens além de muitos feridos, ao Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara na entrada que lhe fez com trezentos, pelejando todo um dia, com mais de três mil arcos; por cujo temor estão os mor(a)dores quase abalados a despejarem a Capitania), que convem ao serviço de Sua Magestade se lhe acuda por todos os meios possíveis.¹²⁶

A entrada de reforços no conflito nesse momento era de extrema urgência, principalmente pelo número de homens perdidos nas tropas enviadas. A solução encontrada para o problema residia no fato do paulista Domingos Jorge Velho estar nos sertões das capitanias do norte, preparando-se para combater no Quilombo dos Palmares. Tendo que adiar sua ida ao quilombo:

Sei que está Vossa Mercê com a sua gente de caminha para os Palmares; e porque ora me chegou um aviso do Capitão-mor, e Câmara da Capitania do Rio Grande, e juntamente carta do Governador de Pernambuco em que me dá conta do mau successo que teve o Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara na entrada que fez aos barbaros [...]. Espero que não só terão todas as glorias de degollarem os bárbaros, mas a utilidade dos que prisionarem, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem captivos todos os Barbaros que nella se prisionassem na forma do Regimento de Sua Magestade de 611.¹²⁷

Novamente vemos os três elementos presentes na contratação: salvar os colonos, servir a coroa e o escravizar os índios. Essa carta enviada pelo governador-geral a Domingos Jorge Velho representa a aceitação do discurso da superioridade bélica dos “paulistas”, demonstrando o desapontamento com as tropas burocráticas como uma forma de persuasão para que o mestre-de-campo aceitasse o serviço. A utilização das tropas paulistas objetivava formar um cerco contra os indígenas a partir das vias de entradas para o sertão. Partindo do litoral de Pernambuco, Albuquerque Câmara e de Manuel de Abreu Soares, e do Sul, marchavam os “paulistas” saídos de Palmares.¹²⁸

¹²⁶ CARTA que se escreveu aos officiaes da Câmara de São Paulo persuadirem a vir os Paulistas á guerra dos Bárbaros da Capitania do Rio Grande. Bahia, 10 de março de 1688. **DH.** 11: 139-40.

¹²⁷ CARTA para o capitão-mor Domingos Jorge Velho sobre partir com a gente que ti(ve)r sobre os Bárbaros do Rio Grande. **DH.** 10: 262-3.

¹²⁸ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 135.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo mestre-de-campo paulista diz respeito a construção de uma casa-forte no rio Piranhas, na confluência do rio Espinharas, com a ajuda dos homens de Albuquerque da Câmara. Os primeiros quatro dias de combate, em 1688, se caracterizaram como uma vitória representativa sobre os indígenas do sertão. Por essa razão, a notícia da entrada dos “paulistas” na guerra ter sido recebida com muita satisfação pelo governador-geral Mathias da Cunha, em 1688, principalmente após os quatro dias de peleja de Domingos Jorge Velho, quando obtivera as primeiras vitórias.¹²⁹ A guerra adquiria uma nova tonalidade com participação dos bandeirantes do planalto de Piratininga.

A investida dos “paulistas” só teve uma pausa pela falta de munição, fazendo com que a tropa fosse se reabastecer na casa-forte das Piranhas.¹³⁰ No mês de outubro do mesmo ano, Domingos Jorge Velho chegava a Serra da Rajada, palco de um dos mais violentos momentos da guerra, combatendo por dois dias. O saldo desse breve ataque foi de mais de 1500 tapuias mortos e 300 aprisionados, contra apenas 30 mortos do terço dos Paulistas.¹³¹ A menção a esses números serve para exemplificar o nível da mortandade indígena nos vários conflitos da guerra, resultando no que a historiografia acabou registrando como um extermínio quase total dos índios no que viria a ser o Rio Grande do Norte.

A partir de 1690, as investidas dos terços mobilizados começam a dar resultados, quando os índios da nação Janduí aceitam o “Tratado de Paz”, no qual implicava a alianças das tribos aldeadas para combater contra os “bárbaros”.¹³²

Diante das vitórias alcançadas pelos “paulistas”, o governador-geral decide retirar as tropas de Manuel de Abreu Soares e Antonio de Albuquerque da Câmara, deixando ativo apenas o terço dos Paulistas.¹³³ Além de requisitar a presença de outra tropa dos homens de São Paulo que se encontrava instalada no rio São Francisco chefiada pelo paulista Matias Cardoso de Almeida, podendo

¹²⁹ MEDEIRO FILHO, Olavo de. **Notas para a História do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001. p. 125.

¹³⁰ Sobre a entrada do Terço de Domingos Jorge Velho na “Guerra dos Bárbaros”, e o combate na Serra da Rajada, ver: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Notas para a História do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001. p. 123-5.

¹³¹ Idem. p. 126.

¹³² LOPES, Fátima Martins. Op. Cit. p. 35.

¹³³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Notas para a História do Rio Grande do Norte**. p. 127.

marchar pelo sertão com trezentos soldados brancos e índios armados abastecidos com armas e munições.¹³⁴

Mathias Cardoso demonstrava bastante experiência no sertão, pois já tinha sido voluntário nas expedições de Fernão Dias Paes, e nomeado, em 1681, tenente-general de Sabarabuçu.¹³⁵ Justificativa considerada para a sua contratação com as proeminências de mestre-de-campo, e vencimento de soldo.

Os reforços para composição da tropa de Mathias Cardoso foram enviados de São Paulo, chegando à Bahia em 1689. Dentre eles, estava Manuel Álvares de Morais Navarro, sargento-mor, com vinte e três soldados, índios e brancos, encaminhados de imediato para o São Francisco a fim de se unir forças.¹³⁶ A decisão do governador visava reunir os terços de Domingos Jorge Velho e André Pinto, somado ao do paulista Mathias Cardoso de Almeida:

E com a mesma independência delle marchem do Rio de São Francisco pelo Sertão o Governador das Armas Mathias Cardoso paulista com trezentos soldados brancos, e Indios, a quem daqui mando armas, e munições, e o mais necessário e cem mil reis de ajuda de custo; e os dous Capitães-mores Domingos Jorge Velho, e André Pinto, a quem mando suspender a entrada que estavam para fazer aos Palmares, [...]: communicando-se todos por avisos Antonio de Albuquerque, para se terem entendido entre si, e o tempo, e logares donde farão a guerra, e os Bárbaros desunirem o poder com que se achem invadidos por tão diferentes partes: e se lograr em todos o castigo que merecem e o bom successo que espero ás armas de Sua Magestade, e ao socego daquella Capitania.¹³⁷

Assim, o terço de Mathias Cardoso organizado em São Paulo, marchou para o sertão, se instalando no Jaguaribe, e posteriormente indo para o Açú, onde estabeleceu seu arraial. A intenção do uso de mais uma tropa de paulistas parece está ligada à confiança que os governadores, até então, tinham com relação às suas habilidades, e mesmo com a morte do governador-geral Mathias da Cunha, seu sucessor o Arcebispo da Bahia frei Manuel da Ressurreição, continuou utilizando as mesmas táticas de guerra, recorrendo outras vezes à Câmara de São Paulo para que fossem mais homens para os sertões do Rio Grande.

¹³⁴ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 136.

¹³⁵ Idem. p. 148.

¹³⁶ Idem. p. 150

¹³⁷ CARTA que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Sottomaior sobre a guerra do gentio bárbaro do Rio Grande. Bahia, 14 de março de 1688. **DH.** 10: 263-7.

Essa estratégia daria certo até aumentarem as despesas, e a demora na chegada de reforços comesçassem a criar problemas adicionais ao andamento da guerra. A falta de munição, mantimentos, armas, soldos e farinhas, acabaram gerando muitas deserções, principalmente das tropas regulares¹³⁸. Os abandonos sofridos pela tropa faziam com que ela se encontrasse na mais avançada penúria, e os pedidos feitos aos governadores das capitanias vizinhas não surtiram efeito. Por exemplo, em resposta aos pedidos de socorro enviados, o capitão-mor da Paraíba afirmava que a farinha na sua capitania, “[...] não faltava de toda, mas esta se não dava sem dinheiro”,¹³⁹ recusando-se também a auxiliá-los.

Mathias Cardoso se mostrava inconformado com a falta de recursos, e sem apoio para continuar atuando no sertão, e ainda tinha o agravante do atraso no pagamento dos soldos contestados por causa das patentes passadas ao terço. Questões estas, que contribuíam para as desistências, inclusive do próprio mestre-de-campo, como o autor Pedro Puntoni nos diz:

Contudo, ainda em combate, Mathias Cardoso fez uma nova entrada aos índios do Ceará no 1º de novembro de 1693. Nessa refrega, além de lhe matarem um filho, foi gravemente ferido. Nessas condições, nada mais aconselhava sua permanência nos sertões. [...] Rumou para o São Francisco, onde estabeleceu rendosas fazendas de gados vacum e cavalares, com as quais legou abundantes patrimônio a seus herdeiros.¹⁴⁰

Com o afastamento da guerra do mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida assume o comando o sargento-mor de seu terço, o paulista Manuel Álvares de Moraes Navarro. A resistência indígena já se encontrava bastante enfraquecida, e Moraes Navarro se oferece ao governador-geral D. João de Lencastro para formar um novo terço.¹⁴¹

A entrada do novo mestre-de-campo marcou uma nova fase na guerra, agora não mais caracterizada apenas pelos ataques aos indígenas, mas pela rivalidade entre as próprias facções internas, e também pela institucionalização do

¹³⁸ PIRES, Maria Idalina da Cruz. Op. Cit. p. 72.

¹³⁹ TAUNAY, Affonso de E. “**A Guerra dos Bárbaros**”. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 1995. p. 228.

¹⁴⁰ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. 162-3.

¹⁴¹ PIRES, Maria Idalina da Cruz. Op. Cit. p. 79.

terço. Dessa forma, a contratação dos “paulistas” acabou se tornando um assunto polêmico, em fins do conflito.

Portanto, as mudanças substanciais das forças coloniais internas exercidas durante o conflito contra os índios do sertão, revelam que as solicitações usadas na contratação aos poucos foram sendo substituídas por acusações contra a os “paulistas”. O lado positivo e vangloriado dos bandeirantes paulistas dava passagem às atrocidades atribuídas aos mesmos. Em verdade, esse contraste entre as imagens dos “paulistas” torna ainda mais evidente a distância do mito para o homem.

2.3. DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS: VISÕES SOBRE OS “PAULISTAS”

E havendo durado quarenta annos a que outros Bárbaros fizeram á Bahia, só os Paulistas tiveram a gloria de os vencer, e livral-a de seus insultos: tenho por sem duvida que só para elles está reservado o triumpho dos do Rio Grande.¹⁴²

Em 1688, a seguinte carta escrita pelo governador-geral frei Manuel da Ressurreição aos “paulistas” nos permite refletir um pouco sobre a crença que as autoridades coloniais tinham com relação à habilidade e a experiência dos mesmos, assegurando que somente a eles estaria reservada a vitória das guerras do Norte do Brasil.

As correspondências administrativas que compõem a coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional possuem uma enorme carga de elementos persuasivos empregados pelos governadores e capitães-mores das capitanias envolvidas nos conflitos a fim de deslocar os “paulistas” para os locais mais necessitados, como nos mostra o trecho inicial escolhido. Essa propaganda parecia ter sido difundida pelos próprios moradores de São Paulo e aceita por toda América portuguesa quando as tropas regulares não davam cabo das resistências oferecidas.

¹⁴² CARTA para os officiaes da Câmara da Villa de São Paulo sobre virem os Paulistas á guerra dos Bárbaros do Rio Grande. Bahia, 30/11/1688. **DH.** 11:142-5.

Utilizaremos os discursos proferidos durante e após o momento da “Guerra dos bárbaros” a respeito dos “paulistas”, como forma de elucidar o que foi a presença desses homens nas capitanias do Norte. Percebendo então as visões que as autoridades tinham sobre eles, ora tidos como elemento auxiliar na conquista dos negros e índios, ora como um empecilho à retomada da colonização. Durante a fase de maior necessidade da ação dos bandeirantes nos conflitos, as autoridades esforçavam-se em persuadi-los para que fossem ao local do embate. Não mais necessitando dos seus serviços, sua presença deixava de ser importante, voltando a serem vistos como selvagens pelos habitantes da zona açucareira.

Enquanto empresa particular, o contrato dos “paulistas” se dava pela concessão de direitos à mão-de-obra escravizada dos índios aprisionados, e a posse sobre as terras que ocupassem. Ligando assim seus interesses aos empreendimentos metropolitanos, como descreve o mestre-de-campo Domingos Jorge Velho em carta ao rei quanto à composição de suas tropas:

Prim^{ra} m.^{te} nossas tropas com q- ãmos á conquista do gentio brabo desse vastíssimo sertão, não he de gente matriculada nos livros de V.Mag.^{de} nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são huas agregaçoens q- fazemos alguns de nos, emtrando cada hu com os servos de armas q- tem e juntos ãmos ao sertão deste continente não a cativar (como alguns hypocondriacos pretendem fazer crer a V.Mag.de) senão adquerir o Tapûia gentio barbo e comedor da carne humana p.^a o Reduzir ao conhecim^{to} da urbana humanidade, e humana sociedade [...].¹⁴³

A forma como os “paulistas” organizavam suas tropas tinha por finalidade a caça e o apresamento de homens, e não a defesa de territórios e o comprometimento com a Coroa como as tropas regulares. Contudo, nessa carta o discurso do mestre-de-campo é usado sobretudo para afirmar sua aliança com os objetivos da Coroa. Dessa maneira, acabava garantindo a posse dos escravos e da terra, prometidas antes da guerra.

A necessidade dos “paulistas” em se defender das acusações como forma de assegurar os devidos benefícios adquiridos com seu trabalho, pode ser notada a

¹⁴³ CARTA autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga, Capanha dos Palmares de 15 de Julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras dos Palmares** (subsídios para sua história). 1º v. Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 204-207.

nas falas das autoridades coloniais. Assim, nos acontecimentos do Quilombo dos Palmares, quando em carta ao Rei, o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro demonstrava claramente que não era de bom grado ter a presença dos “paulistas” nas terras conquistadas dos negros palmarinos, alegando que:

Não julgo será útil ao Real servido de V.Mag.^e que aquella gente [os “paulistas”] fique fazendo sua morada nos Palmares porque exprimentarão as Capitánias vezinhas maior Danno em seus Gados e Fazendas que aquelle que lhe fazião os mesmoz Negros levantados; e assim me parese que V.Mag.^e lhe não deve dar Terras naquelles destritoz e que em honrrar ao Mestre de Campo com hum Abito de Christo e algua tença lhe premea o que obrou naquella guerra em aqual se não deve atender ao comtrato que o dito Mestre de Campo fes com o governador João da Cunha Souto-Maior e que V.Mag.^e foy srvido comfirmar [...].¹⁴⁴

A preocupação de Caetano de Melo e Castro era impedir que as terras de Palmares, defendidas como as melhores da capitania de Pernambuco, fossem entregue aos moradores da Vila de São Paulo. E essa visão era partilhada não só entre os governadores ou capitães-mores que sentiam seu domínio ameaçado, mas por toda zona açucareira. Ou seja, para a elite do litoral o melhor era ter os “paulistas” o mais longe possível, após eles terem realizado a conquista. O mais cômodo seria encontrar uma outra forma de negociação que não fosse baseada na doação das terras dos Palmares.

Segundo a opinião do governador de Pernambuco, cabia às tropas urbanas, além da mão-de-obra bélica para a conquista, a tentativa de transplantar a civilização colonial para os “sertões desconhecidos”, aos “paulistas” restava apenas a condição de militares e desbravadores, já que eram tão selvagens quantos os quilombolas. Para ele os “paulistas” não eram os elementos indicados para “civilizar” nenhuma região.

Essa má impressão com relação aos bandeirantes de São Paulo encontrou outros adeptos fervorosos que buscavam, sobretudo, ressaltar a aparência dos sertanistas que viviam como verdadeiros “bugres”, homens do mato que desconheciam os bons costumes. A referência mais comentada dos últimos

¹⁴⁴ CARTA de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694 em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES. Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p.197-199.

tempos se deve ao Bispo de Pernambuco Francisco de Lima quando deu sua sugestão quanto à impressão que teve ao se deparar com o mestre-de-campo Domingos Jorge Velho:

Esse homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua [isto é, interprete], porque nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete índias concubinas e daqui se pode inferir como procede no mais; tendo sido a sua vida, [...] até o presente, andar metido pelos matos à caça de índios, e de índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os granjeios dos seus interesses.¹⁴⁵

Segundo a fala do Bispo de Pernambuco, o perfil do mestre-de-campo não se assemelhava às descrições de um militar requisitado. Nem poderia ser diferente, já que a Vila de São Paulo era considerada pelos colonos da zona açucareira como uma região ainda não inteiramente colonizada, se constituindo também como sertão.

Já no caso da “Guerra dos bárbaros”, no ápice dos conflitos na capitania do Rio Grande, percebemos na carta do governador-geral Dom João de Lencastro aos oficiais de São Paulo a intenção de convencê-los para que seus moradores fossem dar um fim ao conflito. Pois, eles seriam os mais indicados para realização de tal trabalho, e escreve:

E desejando eu acudir, com o remédio mais efficaz, á ruína dos moradores da dita Capitania, e com o castigo mais prompto á insolência daquelles Barbaros, escrevi também a Sua Magestade, sobre este particular apontando-lhe que o meio mais infallivel, para esta Conquista, era mandar Sua Magestade formar a essa Villa, um terço de Paulistas, e que seus officiaes, pareceram úteis, para esses moradores.¹⁴⁶

Dessa maneira, os documentos do período em estudo, mais precisamente no que diz respeito à presença dos “paulistas” nas capitanias do Norte, apresentam

¹⁴⁵ CONSULTA da Juncta das Missões de 29 de outubro de 1697 sobre as cartas do Bispo e Gov.^{or} de Pernambuco em q.^o representão a falta de igrejas e párocos nos Presídios dos palmares, e Certão de Rodellas delictos q.^o se commettem neste certão; e dissolução com q.^o vie o m.^o de campo do presídio das alagoas. In: ENNES. Op. Cit. p. 352-6.

¹⁴⁶ CARTA para a Câmara da Villa de São Paulo sobre o terço que vae levantar o Mestre de campo Manuel Alvres de Moraes Navarro. Bahia, 19/10/197. DH.11: 254-7.

concepções diferentes sobre o assunto: eram selvagens, mas eram os mais capacitados; eram ignorantes, mas eram hábeis nos ataques nos matos. E na medida do possível, um adjetivo parecia compensar o outro. Devido a essa atribuição feita aos homens de São Paulo, tanto no Quilombo dos Palmares quanto na “Guerra dos bárbaros”, eles aparecem como responsáveis pelo fim dos conflitos. Mais uma vez se construiu um mito acerca dos “paulistas”, agora mostrado pelos discursos contemporâneos às guerras do Norte, como os homens que derrotaram os Palmares e a região do Açu.

No entanto, vemos a ação dos “paulistas” enquanto uma mão-de-obra bélica aproveitada contra as resistências dos grupos que se opunham ao projeto colonial da construção do sertão como espaço. E após a apresentação dos espaços da vila de São Paulo, do sertão das capitanias do Norte e da capitania do Rio Grande, chegamos agora ao ponto principal: o espaço do homem.

Percorrendo pelas discussões historiográficas e pelas fontes manuscritas, esbarramos em figuras diversas que num todo compõe nosso trabalho. Figura de herói, de grandes desbravadores, de funcionários da Coroa, de aproveitadores. No terceiro e último momento discutiremos os “paulistas” como homens que lutaram, que passaram por dificuldades, que enfrentaram as discórdias, que se estabeleceram. Fazendo um elo, a partir do contexto da guerra, entre as imagens dos homens de São Paulo.

Capítulo III

*A conquista dos homens e da terra:
O Terço dos “paulistas” na capitania
do Rio Grande*

O mito do bandeirante apresentado durante as primeiras décadas do século XX, servia, como já foi dito anteriormente, para enaltecer o passado de São Paulo na disputa por uma singularidade na formação nacional. Embora, tenhamos discutido um pouco sobre as razões que levaram à construção do mito, nossas inquietações nos levam a pensar nos “paulistas” enquanto homens que lutaram nas capitanias do Norte na segunda metade do século XVII. Atraídos pela possibilidade de escravizarem os índios e obterem terra no sertão das capitanias do Norte, os “paulistas” eram, antes de tudo, instrumentos da política de extermínio indígena conduzida pelas autoridades coloniais.

No processo de conquista do sertão, as forças mais indicadas para combater a resistência indígena seria a utilização da guerra “ao modo” do Brasil, muitas vezes praticada pelas tropas irregulares, ou ainda pelas ordenanças, que não eram regulamentadas perante a lei. No decorrer dos conflitos com os indígenas, os governadores fizeram um esforço para validar tais tropas no âmbito da administração metropolitana. A institucionalização do Terço dos Paulistas¹⁴⁷ seria então uma consequência do empenho contínuo das autoridades na ordem militar, condição natural para o recrutamento.

As duas primeiras tropas dos “paulistas” enviadas para “Guerra dos bárbaros” apresentaram uma mesma configuração. Aos mestres-de-campo Domingos Jorge Velho e Mathias Cardoso de Almeida foram passadas cartas patentes durante o conflito, que seriam o oferecimento de postos de oficiais das tropas regulares¹⁴⁸. Isso significa, que muitas vezes não eram reconhecidas as patentes e não eram pagos os soldos.

Cabe então, discorrer sobre a formação do Terço dos Paulistas liderado por Manuel Álvares de Moraes Navarro, visando explanar sobre a participação dos “paulistas” na “Guerra dos bárbaros”, as dificuldades enfrentadas e as disputas internas que envolveram o grupo. Além disso, a relação dos homens com a terra, a composição do terço e as modificações que sofreu no início do século XVIII também dizem respeito aos nossos objetivos nesse capítulo.

¹⁴⁷ Aqui já não serão mais utilizadas as aspas no termo paulista, uma vez que o próprio Terço dos Paulistas determina uma fase, se tratando de um conceito.

¹⁴⁸ “Segundo o ‘regimento das fronteiras’ de 1645, só podia ser concedido se comprovado o serviço como soldado por seis anos, no caso do mestre-de-campo, e quatro anos, no caso de sargento e alferes. No entanto, o pagamento desse soldo não foi reconhecido imediatamente pela Coroa e causou postergações embaraçosas.” Cf.: PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p.193.

3.1. A COMPOSIÇÃO DO TERÇO

Entender a atuação do Terço dos paulistas na campanha contra os “bárbaros” do Rio Grande no início do XVIII, quando a guerra passa adquirir um novo contorno, vincula-se à compreensão da própria composição da tropa e das formações do terço. Destacaremos nesse tópico a composição interna, as particularidades notadas entre as companhias, e a ascensão militar na relação posto-companhia.

Com o passar dos anos, da última década do século XVII e o início do seguinte, a primeira formação do Terço aos poucos foi sendo substituída por morte ou promoção. A durabilidade da guerra acabava prolongando a atuação desses homens, resultando na arregimentação de outros para as companhias que mais necessitassem.

O Terço dos paulistas gradativamente foi sofrendo alterações devido aos acontecimentos do início do século XVIII. Nesse sentido, a formação inicial de 1698, liberada por Dom João de Lencastro apresentava-se composta por dez companhias lideradas pelos capitães: José de Moraes Navarro, Bento Nunes de Siqueira, Antonio Gago de Oliveira, José Porrata de Moraes Castro, Salvador de Amorim e Oliveira, Manuel da Mata Coutinho, Antonio Raposo Barreto, Francisco Lemos Matoso, Manuel de Siqueira Rondon, e o próprio Manuel Álvares de Moraes Navarro, mestre-de-campo e capitão de infantaria.¹⁴⁹

Já em 1701, as dez companhias estavam reduzidas a sete: a do mestre-de-campo, as dos capitães Bento Nunes de Siqueira, Francisco Lemos Matoso, Antônio Gago de Oliveira, Salvador de Amorim e Oliveira, que se encontravam no arraial do Açú, e as de José Porrata de Moraes Castro e Luís Lobo de Albertim, que residiam em Olinda. O intuito do rei seria assim manter um contingente menor para qualquer eventualidade, pois diminuindo o terço facilitaria a profissionalização do mesmo, ficando em 1712 reduzido apenas a duas companhias.¹⁵⁰

Na escala hierárquica de uma companhia, o posto militar mais almejado, e de maior relevância seria o de capitão de infantaria. Ao analisar as cartas patentes

¹⁴⁹ CARTAS patentes do Terço dos Paulistas - Documentos Históricos, e Documentos avulsos do IHGRN.

¹⁵⁰ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 281.

do terço em questão, percebemos que enquanto categoria máxima, a nomeação revelava toda a trajetória militar do indivíduo como justificativa para que este pudesse assumir o cargo, destacando a coragem e disciplina do mesmo: “Convem prover os postos de cappitains de infantaria do d.^{to} terço em sogeito de grande vallyor pratica na desiplina mellitar esperiencia nos sertois e guerra do gentio, [...]”¹⁵¹

Esses seriam os requisitos exigidos para um capitão de infantaria, ou pelo menos a exigência presente nas cartas patentes como argumento para nomeação. A vacância de um posto dentro de uma companhia poderia prejudicar seu desempenho, sendo necessário ocupá-lo o mais rápido possível. Essas lacunas geradas por desistência, promoção ou falecimento, significavam a entrada de um novo homem no terço, que poderia pertencer ao mesmo terço ou ser arregimentado de outro terço de infantaria.

No intuito de pensar na trajetória militar de um indivíduo pertencente ao Terço dos Paulistas, escolhemos como exemplo um dos capitães de infantaria da primeira formação do terço, quando saído de São Paulo em 1695. Seu nome, Antônio Gago de Oliveira. Apesar de ser da formação inicial do terço de Manuel Álvares de Moraes Navarro originado em São Paulo, Antonio Gago não era paulista, e sim nascido em Ilha Grande, Rio de Janeiro.

Sua carta patente consta nos livros da Fazenda real registrada no dia sete do mês de outubro de 1697, na cidade de Salvador, presente na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Nas palavras do governador-geral:

Porquanto Sua Majestade que Deus guarde foi servido mandar por carta sua escrita em 10 de março de 695 se formasse um Terço de infantaria paga de Paullistas de que é Mestre de Campo por Patente Real Manuel Alves de Moraes Navarro para a conquista que o dito Senhor ordena se faça aos bárbaros da Capitania do Rio Grande e a todos os mais que houver nos sertões do Rio de S. Francisco até o Ceará Grande e convem prover os postos de Capitães de infantaria do Terço em sujeitos de grande valor, prática de disciplina militar e experiência dos sertões e guerra do gentio tendo eu consideração ao bem que estas qualidades concorrem na pessoa de Antônio Gago de Oliveira e às honradas informações que me fez a Câmara da Vila de São Paulo de seu procedimento esperando que daqui em diante continuará com a mesma satisfação havendo-se nas obrigações do

¹⁵¹ REGISTO de hua patente de capp.^m de infantaria paga passada na pessoa de Salvador de Amorim e Oliveira pello governador g.^l deste Estado do Brasil. Bahia, 8 de outubro de 1698. **DH.** 58:188-190.

dito posto muito conforme a confiança que faço do seu merecimento.¹⁵²

Assim como Antônio Gago de Oliveira, os demais capitães de infantaria nomeados por Dom João de Lencastro receberam os mesmos direitos de posse correspondente ao posto mais elevado da companhia. Contudo, se tratando de sucessão de cargos, e mudanças na composição do terço, destacamos a ascensão de Francisco Tavares ao cargo antes ocupado por Antônio Gago:

Faço saber aos que esta carta patente virem que por coanto está vago o posto de capitão de infantaria do 3º pago da fronteira do Asú de que he Mestre de campo M^{el} Alvres de Moraes Navarro, por falecimento de Antonio Gago de Oliveira que o servido e convir provelo em pessoa da satisfação servisos e mantimentos tendo eu respeito a que estes requizitos concorem na de Fran^{co} Tavares Guerero por aver servido e Sua Magg.^e q Deus g^{de} por espaço de coal e dezoito annos em praça de soldado pago do 3º da guarnição desta praça do Recife e no 3º da fronteira do Asú, em praça de Sargente supra e de numero de M^e alferes, ajudante supra, e de numero que se tual e tava exercitando com boa satisfação, como me constou pella fée de officios e numbramentos que me apresentou; e por esperar delle q daqui em diante se avera da mesma maneira em muito como deve a confiança q faço de Sua Pessoa, [...].¹⁵³

Esse exemplo não remete apenas à ocupação de um posto vago em tropa, e sim pode ser relevado por outros fatores. Primeiro, a descrição de uma trajetória militar considerada digna de suceder o cargo máximo de uma companhia. Segundo, a entrada para o Terço dos Paulistas de um militar vindo de outra tropa, atuante há dezoito anos como soldado na guarnição da Praça do Recife, de onde provinha sua formação militar.

Vimos aqui a nomeação no ato da contratação do terço devido a procedência, e com o falecimento do capitão de infantaria Antônio Gago de Oliveira, a sucessão baseada nos méritos adquiridos pela formação militar de Francisco Tavares Guerreiro. São duas situações: a primeira contratação se deu a partir das

¹⁵² REGISTO da patente por que foi provido Antônio Gago de Oliveira no posto de Capitão de infantaria paga do terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro. Bahia, 07/10/1697. **DH.** 58:178-90.

¹⁵³ REGISTO de hua Carta patente de capitão de infantaria paga pasada na pessoa de Franc^o Tavares Guerreiro pello senhor Governador de Pernambuco; cuja comp^a he do 3º Paullista. Natal, 12/07/1713. IHGRN. Livro do Terço dos Paulistas.

referências passadas pela câmara da Vila de São Paulo; a segunda, pelo tempo de serviço militar.

Em 1713, data da nomeação de Francisco Tavares Guerreiro a capitão de infantaria, as autoridades locais já não achavam necessário conduzir um indivíduo de São Paulo. A intenção era apenas de manter uma tropa emergencial, que poderia muito bem ser abastecida por homens das capitanias mais próximas.

Atentamos ainda para as variáveis que apontavam a companhia do mestre-de-campo como a mais importante dentro do terço. Em muitos documentos analisados, a mudança do posto poderia ser no sentido inverso da hierarquia de uma tropa pelo fato, por exemplo, de estarem sendo removidos para a companhia de Morais Navarro.

Neste sentido, destacaremos outro caso de mudança de posto. Em 25 de janeiro de 1715, Roque da Costa Gomes passou de sargento-supra para o cargo de sargento de número, da companhia do mestre-de-campo para a de Domingos de Morais. Tal mudança teria ocorrido, por promoção de Diogo Lobo de Oliveira que ocupara antes o cargo de sargento de número. Roque da Costa Gomes, em 10 de julho do mesmo ano, mudaria novamente de cargo. Este passava a função de alferes na companhia Francisco Ribeiro Garcia.¹⁵⁴

Observando as relações entre as sucessões de postos, a natureza de uma contratação nos tempos de guerra, e a flexibilidade para o ingresso de um indivíduo de fora do terço, pensamos nas diferenças para com a situação das tropas anteriores de “paulistas”. Nessa segunda fase, ao invés de um “sertanismo de contrato”, têm-se terços institucionais que, como tal, são pagos, respeitam uma hierarquização, assentam praça e adquirem cartas patentes.

Assim, a visão do bandeirante determinado e determinante para o movimento de expansão, perde-se no ar. As conquistas realizadas dentro do território do Rio Grande não parecem imprimir a concepção de que os homens do Terço dos Paulistas seriam os mesmos bandeirantes intrépidos que apareceriam na história oficial. A guerra contra os indígenas da capitania do Rio Grande contou com homens contratados, mantidos pelo pagamento de um soldo estabelecido pelo posto ocupado. São homens comuns em uma guerra.

¹⁵⁴ DOCUMENTOS avulsos sobre a Companhia de Francisco Ribeiro Garcia.IHGRN.

Buscamos ainda ressaltar o problema dos pedidos de baixa. O único meio legal de sair do serviço militar era conseguir a permissão para a baixa dos quadros das forças armadas. Mas, era bastante difícil consegui-la, visto que a Coroa dificultava ao máximo a concessão de baixas, a fim de manter estáveis os seus efetivos militares na colônia.¹⁵⁵ Como exemplo podemos usar o caso do soldado paulista Antônio de Carvalhais de Oliveira que em virtude de seu estado de saúde apresentou a seguinte carta ao governador:

Diz Antonio de Carvalhais de Oliveira soldado da comp.^a do mestre de campo M.^{el} Álvares de Moraes Navarro do terso paulista, que elle sup.^{te} passa de oitenta annos de idade e pellos tais o escuza a ley do real cerviso e demais por cauza de velhice e padecer grandes achaques com he notório pellos documentos juntos e cazado com mulher e filhos em São Paulo e porq há annos vive auzente de sua caza por cuja auzencia experimentam grandes necessidades e lhe he preciso remediar estas portanto.¹⁵⁶

Apesar da idade avançada, e diante da condição debilitada em que se encontrava, Antônio de Carvalhais ainda precisou apresentar o aval do médico da tropa para que seu pedido de baixa fosse aceito. O cirurgião do terço, Bento da Fonseca, deu seu parecer da incapacidade do suplicante por velhice, e por não dispor mais de forças suficientes para continuar no serviço militar, autorizando a baixa do indivíduo.

O mesmo acontecia com as dispensas. Eram difíceis de serem conseguidas, e quando eram, funcionavam condicionalmente. Destacamos para isso, o pedido de licença do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro concedido pela rainha:

Eu a Rainha da Gram bertanha infanta de Portugal como Regente destes reinos na auzendia desta corte do senhor Rey, Dom Pedro meu irmão fasso saber aos que esta minha provisam virem que tendo respeito ao que sempre representou por parte do mestre de campo Manoel Alvez de Moraes Navarro em Rezam de se achar auzente de sua caza e familia há muitos annos e nececita de hir a Sam Paulo donde he natural e deixou sua molher e filhos a sispera e suas contas a pagar suas dívidas como para se refazer de alguns

¹⁵⁵ POSSAMAI, Paulo. **A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, p. 234.

¹⁵⁶ PEDIDO de baixa de Antônio de Carvalhais de Oliveira. Natal, 6/7/1706. Documentos avulsos do IHGRN.

cabedais e me dar sua caza e sitio em que me esta servindo pedindo me para o poder asim fazer licença e tendo a tudo consideração irley por bem conseder-lhe a sua pátria tratar do que nesesita.¹⁵⁷

Essa licença de um ano foi concedida como um caso particular, no qual o mestre-de-campo estava longe de casa por muito tempo, e já havia cumprido com seu dever militar. No entanto, da data da concessão da licença de 1704 até o registro autenticado em Natal, passaram-se seis anos, só sendo passada para Manuel Álvares em sete de janeiro de 1710.

Permanecendo na capitania até liberação de sua dispensa, Morais Navarro continuava a recorrer a Coroa sobre sua ida a São Paulo, enfatizando a importância de sua viagem não só para si próprio, mas preocupado com os interesses metropolitanos. Dessa forma, o requerente procurou ressaltar a intenção de trazer mais reforços para a conquista dos índios:

Porquanto esta o meu terço falta de infantaria e sua Magestade que Deos guarde me consedeu licença para hir a Vila de Sam Paulo, e como pellos certões que ei de pasar me consta estam exparçidos muitos paulistas pretendo presuadilos a que vinhão pêra o meu terço a fazer guerra ao tapuya a levantado e pêra os conduzir levo em minha companhia a Manoel de Aguiar cabo de esquadra da comp^a do capitão Salvador de Amorim e Oliveir^a e ao soldado Fran^{co} de Aguiar da companhia de Fernando de Souza arayal do Asú vinte e dois de março de mil e setesentos e nove.¹⁵⁸

Nessa fala de Morais Navarro, percebemos que na primeira década do século XVIII havia uma defasagem interna das companhias. As deserções, falecimentos e promoções para outros terços, acabaram contribuindo para a redução do Terço dos paulistas. Redução essa, não só imposta no final da guerra, mas, sobretudo conseqüente das variáveis de uma guerra sem precedente, resultando na necessidade de contratação de novos homens para o trabalho nas companhias. Tendo em vista a urgência no recrutamento para preencher as companhias, muitas vezes foram arregimentados homens de outros terços ao longo do conflito.

¹⁵⁷ REGISTO de hua provisão de licença de sua magestade por hum anno para o mestre de campo do terço paulista que Rezide no Assú Manoel Alves de Morais Navarro. Lisboa, 13 de outubro de 1704. **IHGRN** – Cx. Terço dos Paulistas.

¹⁵⁸ REGISTO de huma licença que deu o m^{te} de campo do terço Paulista que rezide no sertão do Asú Manoel Alvez de Morais Navarro a Manoel de Aguiar cabo de esquadra e ao soldado Fran^{co} de Aguiar. Açú, 22 de março de 1709. **IHGRN** – Cx. Terço dos Paulistas.

Após a redução do terço, uma das companhias continuava sobre o comando do sargento-mor, natural da vila de Santos, José de Moraes Navarro¹⁵⁹. Uma referência localizada nos documentos avulsos do IHGRN apresenta a seguinte composição de sua companhia:

Aos dez dias do mês de Dezembro de mil e setecentos e dezoito annos neste citio do Ferreyro Torto, termo da cidade do Natal Capitania do Rio Grande onde estão cituadas as Companhias a que ficou reduzido o terço Paulista da guarnição da Campanha desta dita Capitania de que he Sargento mor Regente Jozeph de Moraes Navarro [...] passou o dito vedor geral mostra e achou trinta e nove praças, o saber, o dito Sargto mor, dois Ajudantes Capellão, e Sirurgião, officiaes da primeira plaina e os mais officiaes e soldados da dita Companhia que todas as sobreditas fazem o dito numero de trinta e nove, que pellas verbas, somão hum conto, ceiscentos, e trez mil ceiscentos e quarenta e nove reis.¹⁶⁰

Como podemos perceber, a própria formação da tropa sofreu uma redução significativa, mantendo-se apenas para uma situação de emergência. E também a companhia passou a ser liderada por um sargento-mor, não mais por um capitão de infantaria.

Além disso, utilizamos os registros de assentamento de praça do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte para visualizar a importância da relação homem-espço na contratação do terço. Escolhemos assim o documento de Antônio Ribeiro Garcia, paulista, filho homônimo do sargento-mor que faleceu devido a um surto de bexigas ocorrido na viagem do Terço dos Paulistas até a capitania do Rio Grande:

Antonio Ribeiro Garcia natural da vila de Sam Paulo filho do Sargento mayor Antonio Ribeiro Gracia de estatura hordinaria cara redonda alvarinho olhos pardos cabello castanho de idade de quatorze annos, Sargento do n° que athé agora foi da companhia do mestre de campo, a senta praça nesta companhia do capitão Antonio Gago de Oliveira de alferes por numeram.¹⁶⁰ do seu capitão,

¹⁵⁹ INFORMAÇÃO do escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almorixarifado e Vedoria e Matrícula da Gente de Guerra do Rio Grande do Norte, Estevão Velho de Melo, sobre os serviços do sargento-mor do Terço dos Paulistas José de Moraes Navarro, filho de Manuel Álvares Murzelo e natural da Vila de Santos, que serviu por 24 anos no Terço dos Paulistas, no Rio Grande do Norte. Natal, 10 Julho de 1723. **AHU – RIO GRANDE DO NORTE**, Cx. 1, D. 61; Cx. 2, D. 10 e Cx. 3, D. 43

¹⁶⁰ DOCUMENTOS AVULSOS. IHGRN.

confirmado pello senhor governador de Pernambuco e aprovado pello seu mestre de campo.¹⁶¹

Percebemos aqui que, os assentamentos dos militares geralmente traziam informações sobre o corpo, ou sobre a naturalidade, apesar de não ser regra. Muitos documentos, em péssimo estado de conservação, encontram-se bastante corroídos, ocultando os nomes, o posto, o soldo, e até a data em que foram registrados. Dessa forma, podemos dizer que o trabalho do historiador se dá a partir dos fragmentos, e da junção dos mesmos, da costura, do cruzamento entre diferentes fontes que possam erguer uma armação. Seria um crime omitir os problemas da pesquisa, e os imprevistos que as fontes no revelam. No entanto, podemos extrair coisas muito mais interessantes do que os objetivos traçados em um projeto inicial, as surpresas que recompensam o esforço.

Observamos assim o contínuo realce dado aos homens que saíram de São Paulo. Esse motivo, por si só, aparece por vezes como um algo valoroso. Tomamos como exemplo Francisco Ribeiro Garcia, irmão do sargento-mor falecido durante um surto de bexigas, Antônio Ribeiro Garcia, e tio do alferes da citação anterior. Na carta patente passada de capitão de Infantaria no lugar de Fernando de Souza Falcão, o governador de Pernambuco escreve:

Tendo eu respeito a que todos estes requizitos concorrem na de Francisco Ribeiro Garcia por haver servido a sua Mag.^{de} que Deus guarde por espaço de doze annos e sinco mezes e vinte e oito dias deixando voluntariam.^{te} a sua pátria São Paulo e a sua custa convocar gente de que formou huma companhia e a comduzio por terra ao Rio de Janeiro de donde se embarcou [...].¹⁶²

Podemos perceber nesse fragmento da carta patente que o espaço de onde era proveniente Francisco Ribeiro Garcia foi enfatizado como forma de enaltecer seus méritos, especialmente por ter deixado “voluntariamente sua pátria”. Nesse sentido, ao relatar junto a seus feitos dentro do terço sua origem, estaria o merecimento do cargo justificado para o exercício da atividade militar.

¹⁶¹ Documentos avulsos sobre o Terço dos Paulistas encontrados no IHGRN (01/05/1708). Tais documentos estão sendo organizados em caixa por assuntos, onde provavelmente teremos uma caixa específica para o Terço.

¹⁶² REGISTO de hua patente de capp.^{am} de infantaria pasada na pessoa de Franc.^{oo} Ribeiro Garcia pello Bispo e G.^{of} de Pern.^{oo} - 4/8/1711. IHGRN. Doc. Avulsos. Cx Terço dos Paulistas.

Em outro caso de preenchimento do cargo de ajudante de número da companhia do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, em virtude do falecimento de Diogo Barboza Rego, foi o governador de Pernambuco quem apresentou o seu candidato:

Tendo eu respeito a q estes requezittos concorrem na de Fran^{co} Antunes Meria por haver servido a Sua Magestade naquelle terço por espaço de treze annos e ser hum dos primeiros que viera de São Paulo a situallo naquella Ribeira e haver ocupado os postos de sargento supra do N^o Alferes e ajudante supra que atualmente estava exercendo tudo com honrrada satisfação, e zello do Real serviço, em tudo o de que foi encarregado, e haver feito varias marchas a campanha contra o gentio rebelde em que procedeo com vallor e estar ocupado a dois annos na regência do Prezidio do Assú Sendo cabo de vinte e sinco homens que tudo largam^{te} consta das suas certidões e por esperar delle que daqui em diante se haverá da mesma maneira e muito como deve, a confiança que faço de seu procedim^{to}.¹⁶³

Novamente, aliada à atuação militar aparece a procedência como algo relevante. Além do fato da naturalidade ressaltar a questão de serem homens de São Paulo, considerados os mais aptos às guerras do mato, se destacava a distância que os mesmos tiveram que percorrer com o objetivo de encerrar a guerra contra o gentio.

Nos primeiros anos do século XVIII, quando a guerra com os índios já não se mostrava tão ameaçadora, as referências aos militares de outras capitânicas só serviam para destacar o fato de terem abandonado suas casas em prol do serviço militar prestado à Coroa. Agora não se falava nos “paulistas” como os desbravadores por excelência, apenas como homens de outra capitania distante que compunham o terço.

Em verdade, no que se refere à naturalidade dos indivíduos, o próprio Terço dos Paulistas terminou sofrendo mutações em sua formação. Entre os anos de 1698 e 1710, os capitães e oficiais do terço eram basicamente colonos de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e pelos índios trazidos por eles. Passados dez anos, sua composição encontrava-se inteirada por homens do Rio Grande e capitânicas vizinhas, arregimentando inclusive os reforços enviados de Pernambuco.

¹⁶³ REGISTO de hua Patente do posto ajudante do numero passado na pessoa de Fran^{co} Antunes Meira pello Senhor G^o de Pern^o. 04/01/1712. IHGRN. Doc. Avulsos. Cx Terço dos Paulistas.

O que nos leva a crer que, “[...] a diversidade na composição social das tropas em atuação no Açú é uma constante seja do lado das tropas institucionais das vilas açucareiras, seja do lado dos contingentes paulistas.”¹⁶⁴

Organizamos esses quadros a partir do levantamento dos assentamentos de praça colhidos nos documentos avulsos do IHGRN, objetivando perceber a composição de algumas companhias do Terço. Desta forma, podemos visualizar, a partir de alguns exemplos nos quadros seguintes, as companhias de Manuel de Siqueira Rondon (1699) e de Francisco Ribeiro Garcia (1727).

QUADRO 01

Companhia de Manuel de Siqueira Rondon (1699)	
Nome	Naturalidade
Manoel de Siqueira Rondon	Rio de Janeiro
Domingos Morais de Bitancor	São Paulo
Francisco Martins Pereira	São Paulo
Manuel de Góis	São Paulo
Antônio Gonçalves Pereira	Espírito Santo
Pedro da Silveira	Espírito Santo
Domingos da Maia	Rio de Janeiro
Manoel Paes	São Paulo
João Pereira	Espírito Santo
Domingos de Araújo	Rio de Janeiro
Sebastião Correia	Rio de Janeiro

Fonte: IHGRN – Documentos avulsos sobre o Terço dos Paulistas

¹⁶⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas**. Op. Cit. p. 273-4.

QUADRO 02

Companhia de Francisco Ribeiro Garcia (1727)	
Nome	Naturalidade
Luciano Dornelles Pimentel	Rio Grande
Miguel Ferreira	Paraíba do norte
Manoel Cabral de Marins	Rio Grande
Cosme Ferreira	Rio Grande
Valentim Tavares de Mello	Rio Grande
João Roiz de Freitas	Pernambuco
Dionizio da Costa Soares	Lisboa

Fonte: IHGRN – Documentos avulsos sobre o Terço dos Paulistas

Como podemos notar, na formação inicial a origem dos homens era basicamente do que hoje seria a região sudeste. Já no século XVIII, a naturalidade dos homens do Terço, ainda denominado de paulista, se deve a presença majoritária de indivíduos das capitanias do Norte. Isso significa que, apesar do nome e a referência feita aos “paulistas”, a tropa apresentava-se praticamente composta por elementos “não-paulistas”.

Vale lembrar, que nosso intuito no decorrer desse capítulo foi visualizar corpos, condições pessoais dentro das tropas. Porém, não seria qualquer tropa. Os homens em questão são os mesmos tratados genericamente pela historiografia como bandeirantes. Assim, atentamos para a participação do Terço dos “paulistas” na “Guerra dos bárbaros” envolvido em conflitos internos, e o tipo de relação que eles teriam com as terras conquistadas.

3.2. NOS BASTIDORES DA GUERRA

O desenrolar da Guerra do Açu teve uma visibilidade maior que os conflitos do Recôncavo baiano, fato atribuído pelo espaço onde se deu, uma região subordinada a duas jurisdições por vezes divergentes: governo geral e governo de Pernambuco. A pressão das forças desses dois governos atuando sobre um mesmo espaço contribuiu para que a guerra adquirisse um outro sentido. Nesse caso, não

interessava o projeto de conquista, mas sim a quem esse projeto estava vinculado. Um exemplo disso, é que o Terço dos Paulistas permanecia ligado ao governo geral, que se opunha aos colonos do Rio Grande e ao governo pernambucano.¹⁶⁵

Em fins do século XVII, após a saída das tropas do mestre-de-campo Mathias Cardoso de Almeida, chega à capitania do Rio Grande o reforço dos homens de São Paulo, convocados pelo governador-geral Dom João de Lencastro, tendo à frente Manuel Álvares de Moraes Navarro. A entrada do Terço dos Paulistas, ou mesmo Terço de Lencastro, representou uma nova fase da guerra, caracterizada agora não só pelas rivalidades com os índios revoltados, mas, sobretudo entre as próprias facções internas.

A ordem de que se formasse um Terço de Paulistas dada pelo governador-geral foi passada em 1695, evidenciando-se nas cartas patentes dos capitães de infantaria a urgência de mão-de-obra bélica para o conflito. Vale salientar que até o final da guerra, constantemente fez-se menção às referências dadas pela câmara de São Paulo a respeito dos militares então contratados, bastante significativas para o recrutamento e promoção dos mesmos. Essa seria uma maneira de enfatizar o valor militar dos homens a serem contratados.

A credibilidade no trabalho dos paulistas, juntamente com a chegada do terço à capitania do Rio Grande, aguçava por si própria a certeza de que seria um empreendimento ganho. Destarte, saído da Bahia, Manuel Álvares de Moraes Navarro seguiu por mar até a capitania da Paraíba, onde sofreu um naufrágio. Inviabilizado de dar continuidade a sua viagem por rota marítima, Navarro teve que prosseguir até a capitania do Rio Grande por terra. Dentre os muitos problemas que abalaram a viagem dos “paulistas”, salientamos o surto de bexigas de que padeceu a tropa, além da própria duração da jornada que acarretou na falta de mantimentos, como nos conta o governador-geral Dom João de Lencastro:

Asseguro a Vossa Mercê que li com particular sentimento a de 24 de Outubro, por ver os descômodos, que na viagem padeceram os enfermos, e a falta de mantimentos com que se acharam nessa Capitania os que escaparam: e as mortes dos soldados de tanto préstimo, e valor, e principalmente as do Sargento-mor Antonio Ribeiro Garcia, e do Capitão Antonio Raposo Barreto, por serem os

¹⁶⁵ Sobre os confrontos entre os Governos da Bahia e Pernambuco, ver SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas...** p. 265-6

dois sujeitos, que Vossa Mercê me disse, eram os de maior suposição, que trazia no seu Terço,[...]. Não tenho que encomendar a Vossa Mercê, que a gente, que assentar praça no seu Terço seja capaz para essa guerra, e que metido Vossa Mercê nela faça toda a diligência por se destruir aqueles bárbaros deixando essa Capitania livre das violências com que a têm oprimido; e ficarão os Paulistas com a glória que os pernambucanos não puderam conseguir.¹⁶⁶

Lamentando a morte de alguns homens do terço, Lencastro deixa escapar em seu discurso o lembrete do real motivo pelo qual estão sendo enviados: a guerra. E espera que os lastimáveis incidentes não desviem a atenção do conflito. Por último, utiliza como forma de persuasão a descrença no trabalho das tropas pernambucanas, que ainda continuavam sendo empregadas, buscando com isso enaltecer o trabalho dos “paulistas”.

No entanto, mesmo com todos os problemas na sua trajetória inicial, a tropa recém-chegada acabou não recebendo socorro por parte do capitão-mor da capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, o que deu início às discórdias entre eles. Em carta ao rei, Manuel Álvares demonstra um pouco do seu desapontamento com a indiferença de Bernardo Vieira:

Na frota de anno paçado dey conta a V. Magestade da minha chegada a esta capitania, e do mas sucesso, que se me seguio, não só pello dilatado da viagem, que foi por mar, sendo ainda a respeito do rior do contagio das exigas, e morte de muitos officiais, e soldados do meu terso como juntamente a dey de minha entrada nesta campanha, e enquanto me achava dês detituido de socorros, quando esperava me os mandassem os capitains mayores destas capitancias, obrigados das ordens, que a esse respeito lisenciou o G.or G.I, a qm dey disso noticia para que novamente lhes ordenasse, me não faltassem com elles;¹⁶⁷

Como podemos notar, a carta se trata de uma denúncia da falta de socorros prestados pelo capitão-mor da capitania, apesar das recomendações dadas pelo governador-geral. Logo de início, a relação entre Bernardo Vieira e Morais Navarro acarretou problemas característicos de grupos distintos, inviabilizando um

¹⁶⁶ CARTA para o mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro sobre 60 mil réis para socorro do Terço provimento do Sargento-mor e outra Patente que se lhe envia. Bahia, 21/01/1699. **DH**. 39: 6-11.

¹⁶⁷ CARTA do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Morais Navarro, ao rei [D.Pedro II] sobre as vitórias que teve na Ribeira do Açú contra os índios tapuaias “Janipabussu, da nação Paiaçu”; e queixando-se do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, pela falta de apoio. Rio Grande, 6 de maio de 1700. **AHU_ACL_CU_018**, Cx. 1, D.50

trabalho em conjunto no projeto colonial. De um lado, o capitão-mor queria ter autonomia nas escolhas dos grupos envolvidos; do outro, os “paulistas” apropriavam-se de tudo, assegurados pelas decisões do governo geral.

Ao mesmo tempo, com a chegada dos “paulistas”, os indígenas rebelados mostraram-se descontentes, iniciando novas investidas contra os moradores. A primeira iniciativa do mestre-de-campo foi marchar com seus homens até o Açú, onde poderia construir um arraial, ou mesmo se estabelecer no presídio elevado por Bernardo Vieira:

Se o Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro, fizer o seu Arraial no Assú, o Presídio que nele está fique logo unido ao seu Terço, porque se poderá ajustar o número da lotação que há de ter, se há de sentar praça mais gente, nenhuma pode ser melhor que aquela, por ser guerreira, e prática no País.¹⁶⁸

Nesse caso, o Presídio do Açú tinha por obrigação abrigar e auxiliar o Terço dos Paulistas, se assim o desejasse o mestre-de-campo. Desde a sua contratação, o governador-geral havia dado autonomia a Manuel Álvares para que tomasse suas decisões, colocando a sua disposição os reforços das capitanias vizinhas, atitude que contrariava os governadores e capitães-mores.

Mas apesar da falta de apoio, Moraes Navarro conseguiu bons resultados em seu trabalho na conquista da região, usando a estratégia típica dos paulistas de designar o combate aos indígenas como “guerra justa”, legitimando a escravidão dos índios pertencentes às tribos rebeladas contra o avanço da colonização. A legislação indigenista por vezes pareceu oscilante, o que resultou em brechas, que foram aproveitadas pelas forças paulistas para conseguir a apropriação da mão-de-obra indígena.¹⁶⁹

A atuação do terço sempre dava notícias satisfatórias ao governo geral, relatando em números os índios mortos e escravizados que conseguiam com seu trabalho. No entanto, o direito de ficar com os índios aprisionados criava um outro inimigo para os “paulistas”: os missionários, que também estavam interessados na mão-de-obra dos cativos.

¹⁶⁸ CARTA para o Capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, sobre várias matérias, tocantes ao Terço dos Paulistas, e conserto da fortaleza. **DH.** 39: 31-40.

¹⁶⁹ Sobre a legislação indigenista ver LOPES, Fátima Martins.

Conforme o exposto pelas autoridades da capitania do Rio Grande, o mesmo Terço paulista, considerado o grande responsável pela derrota indígena, com passar dos anos tornou-se um problema. Pois, pesava sobre eles a acusação de incentivar guerras entre índios aldeados, além de causar indisposições com colonos já estabelecidos, com a perda de animais e mantimentos que eram desviados para sustentar a tropa.

Em 1699, ocorreu um evento que ficou conhecido como “Massacre do Jaguaribe”. Ao chegar às ribeiras do rio desse mesmo nome, nas proximidades da aldeia dos Paiacu, missionados por João da Costa, oratoriano de Pernambuco, Navarro foi recebido com festa. Mas em meio às festividades, o mestre-de-campo dos paulistas pôs fogo na aldeia, matando cerca de quatrocentos índios e aprisionando mais de duzentos e cinqüenta.¹⁷⁰

O padre João da Costa afirmou que o mestre-de-campo pretendia fazer guerra aos Paiacu que o mesmo missionava, e em verdade seria injusta, pois os índios de sua missão já estavam sendo catequizados. Esse conflito acarretou as maiores desavenças entre os “paulistas” e os missionários, somados aos já existentes com Bernardo Vieira de Melo e com os moradores da capitania.

Em sua justificativa, Morais Navarro alegava ter agido em legítima defesa. Pois, os Paiacu pretendiam atacar sua tropa com uma emboscada, denunciando ainda a ação de dois seus oficiais, os capitães Antônio da Rocha e Balthazar Gonçalves Ferreira aliados de Bernardo Vieira, e acusados de propagadores da discórdia, aliados do oratoriano João da Costa. Para Navarro, não havia uma separação definitiva dos tapuias, achando que a qualquer momento poderiam se agregar, e rebelarem-se novamente.¹⁷¹

Na apuração dos fatos, as denúncias do padre João da Costa ao rei sobre o comportamento dos “paulistas” pesaram sobremaneira na acusação contra Morais Navarro de matar os índios aldeados que estavam sob sua jurisdição. A brutalidade atribuída aos homens do Terço dos Paulistas colocava em risco não apenas as missões evangelizadoras, como também os moradores, os quais eles tinham como obrigação defender.

¹⁷⁰ TAUNAY, Affonso de E. Op. Cit. p. 230.

¹⁷¹ Idem. p. 234.

Como resposta, Morais Navarro acusava João da Costa de pactuar com a idéia de “guerra justa” e ter incentivado o ataque, já que também tinha interesse de escravizar alguns índios para si. Desde a chegada do terço de Morais Navarro à capitania do Rio Grande, os colonos, assim como o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, não os viam com bons olhos, adentrando no mato para não dar socorro aos doentes da tropa.¹⁷² Questão muito discutida, o motivo da rivalidade entre o mestre-de-campo e o capitão-mor do Rio Grande parece estar relacionada à relativa autonomia que dispunha Morais Navarro com relação a Bernardo Vieira, subordinando suas ações apenas ao governador-geral dom João de Lencastro.

Um dos homens mais poderosos da capitania de Pernambuco, Bernardo Vieira de Melo, senhor do Engenho Pindoba, em Ipojuca, foi capitão-mor da vila de Igarassú e sargento-mor da tropa de linha que lutou em Palmares¹⁷³. Possuidor de parte das terras do Açú, o capitão-mor não estava satisfeito com a presença do Terço paulista nessa área, onde pretendia estabelecer um presídio. O governador-geral, que tinha muito préstimo pelos “paulistas”, recomendava maior benevolência com relação ao mestre-de-campo, pois Bernardo Vieira parecia ter inveja dele.¹⁷⁴ No ano de 1700, o capitão-mor do Rio Grande escrevia o seguinte ao rei D. Pedro II de Portugal sobre a chegada do Terço à capitania:

Depois, q dey conta o anno paçado a V. Mag^{de} da chegada do terso chamado Paulista, a esta capitania chamado, q dava principio a obrar o seu M.^e de Campo Mel. Alz; de Morais Navarro. A dey ao gov.^{or} g.^l deste estado D. João de Lancastro, p ser obrigação minha informallo da verdade, ignorando q nisso fazia crime q prezumo, o fiz maior em dizer a havia dado a V.Mag.^{de}, e me respondeo em termos, q eu nunca prezumy, experimentar, q como declarey, o pouco q era conviniente o d.o 3º contas largas despezas da Real Faz.^{da} de V. Mag.^{de} [...] pois vejo, ser o meu maior crime o zelo de querer ver menos expediçada a R.^l Faz.^{da} de V. Mag.^{de}, em hua conquista, q se

¹⁷² PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 242.

¹⁷³ SIQUEIRA, Nelson Barbalho. **Cronologia Pernambucana**, subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982. v. 5. p. 160-2

¹⁷⁴ Para Taunay, o motivo da briga entre o Morais Navarro e Bernardo Vieira derivava da inveja que esse ultimo tinha das concessões feitas ao mestre-de-campo por Dom João de Lencastro. TAUNAY, Affonso de E. Op. Cit. p. 248.

obra nella de manr.^a, como supponho sera prezente V. Mag.^{de} dar devassas.¹⁷⁵

Em seu relato, Bernardo Vieira procura demonstrar os motivos que fizeram com que ele fosse mal interpretado, quando sua maior preocupação eram as grandes despesas que o terço representava para a Fazenda Real, julgando ser desnecessária a presença deste. Em sua fala, o capitão-mor julga desconhecer o motivo do crime que havia cometido, quando sua intenção era apenas mostrar o quanto era dispendioso manter uma tropa contratada.

O capitão-mor do Ceará, Pedro Lelou, mostrou-se a favor da postura do mestre-de-campo dos “paulistas”, acreditando que a intenção de Bernardo Vieira era de querer substituí-lo, tendo em vista Morais Navarro ser uma pessoa de consideração do governador-geral.¹⁷⁶

Mesmo assim, Manuel Álvares de Morais Navarro foi acusado de estar se apropriando das terras dos moradores, embasado no regimento do terço com relação ao direito da terra conquistada. Nesse momento da guerra, a capitania do Rio Grande encontrava-se praticamente livre dos ataques indígenas, quando a Coroa passou a ouvir as reclamações dos missionários. Com a atuação dos “paulistas” não sendo mais necessária, o interesse dos missionários, como também dos sesmeiros e moradores, voltou-se para a garantia das terras conquistadas. A questão da posse da terra tornou-se uma constante em fins do século XVII e início do seguinte no decorrer do processo de ocupação do sertão, resultando em vários conflitos em razão da delimitação e má distribuição das datas de terra.

As contínuas denúncias acerca do trabalho e da permanência do terço na capitania do Rio Grande levaram o rei, em 1702, a consultar o desembargador da demarcação das terras, Cristóvão Reymão, por ter dúvida se a assistência dos “paulistas” estava sendo útil ou danosa aos moradores:

Por vos ter encarregado a Capitania do Ciera, a devaças dos roubos, e excessos dos Tapuyaz da nação Piacus cituadoz na Ribeira de Jaguaribe, cometerão contra aquelles moradorez; e convir a meu

¹⁷⁵ CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre as exorbitantes despesas do Terço dos Paulistas comandado pelo mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro. Natal, 6 de Junho de 1700. **AHU_ACL_CU_018**, Cx. 1, D. 54.

¹⁷⁶ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 250.

serviço averiguar se convem, ou não que o 3º. Dos Paulistas se conserve naquellas Capitánias.¹⁷⁷

A dúvida quanto à atuação do Terço dos Paulistas originou reflexões por parte das autoridades sobre até que ponto estava sendo positiva a conservação dessa tropa nas capitánias atingidas pela guerra. Vale salientar que, nesse momento, a guerra já se encontrava quase finalizada, não sendo importante a presença efetiva dos “paulistas”. Mesmo porque, terminada a guerra, a permanência nos territórios conquistados implicava a apropriação das terras prometidas, disputadas entre os colonos.

Contudo, a crença na capacidade dos “paulistas” de acabar com a guerra permanecia mesmo quando as pressões das acusações despencaram sobre o mestre-de-campo Manuel Álvares. Uma mostra disso se deve ao fato da institucionalização do terço dos paulistas no final do conflito quando, teoricamente, não seria mais necessário. Assim, apesar dos esforços conjuntos das autoridades locais, missionários e colonos, o rei determinava em 1703, em carta a Morais Navarro, que povoassem as terras desocupadas:

Fui servido resolver que as sesmarias que estavam dadas e povoadas antes da invasão dos bárbaros, hão de ser restituídas a seos donos, que pella violência dos bárbaros as largarão porem as que não tinham sido dadas, e não estão povoadas pellos donatários se devem repartir pellos oficiais e soldados desse terço conquistadores dellas, para que as povoem e defendão e dellas se sustentem, como se fez ao terço de Domingos Jorge Velho nas terras de Palmares com declaração que contra os donatários que tiverão títulos, [...].¹⁷⁸

As terras concedidas antes da guerra deveriam ser restituídas aos seus antigos donos, cabendo aos homens do terço colonizar as terras conquistadas, então consideradas desocupadas. Caso não as ocupassem, as terras seriam tidas como devolutas, sendo doadas a quem as povoassem e produzissem de acordo com o regimento das sesmarias.

¹⁷⁷ SOBRE averiguar se a desistência do 3º. dos paulistas he útil ou danoza no Assú. **AHU**, Cód. 257, fl. 105.

¹⁷⁸ SOBRE o requerimento do Capitão José Porrate de Moraes Castro, sobre a cerca das terras prometidas ao Terço dos Paulistas etc. **AHU**, Cód. 257, fl. 136.

Os moradores acusavam o terço de se alojar e usar as suas terras por fazer parte de seu contrato, e essa seria uma das razões das querelas deles com os “paulistas”. O limite impreciso das terras e a desigualdade na distribuição das sesmarias eram a causa dos maiores conflitos na ocupação do sertão. Dessa forma, o empreendimento da dilatação da fronteira da região colonial teve no desenrolar da conquista atritos não só como produto das resistências apresentadas pelos índios e pelos negros, mas geradas, sobretudo, pela disputa da terra e da mão-de-obra entre os diversos grupos empregados na conquista.

Com o intuito de manter o sucesso da ocupação do sertão, a Coroa assumia a postura de mediadora entre os grupos envolvidos, entendendo as reclamações de ambos os lados. O desentendimento maior seria quanto à fixação do Terço dos Paulistas nos territórios conquistados. O único dever destinado a eles seria a “limpeza” da capitania das ameaças dos índios. Se, no início do conflito, a presença dos “paulistas” era requisitada como a única capaz de pôr fim à guerra, após a realização da tarefa, eles passavam a ser vistos como concorrentes da posse de terras.

Assim, após todas as denúncias contra as atitudes de Manuel Álvares de Moraes Navarro, o rei decide prendê-lo, deixando o terço sob as ordens do sargento-mor José de Moraes Navarro, orientado para seguir rumo ao Ceará e ao rio Parnaíba.¹⁷⁹ Contudo, Manuel Álvares buscou todas as formas de se defender das acusações, negando ter conhecimento de que os moradores não quisessem mais o trabalho do Terço dos Paulistas. Dizendo:

Ao mesmo tempo, que os bons sucessos, com que nesta campanha de principio a conquista destes bárbaros, e prometião dar lhe brevemente fim, para que estes vassallos de V. Mag^{de} me viessem livres do cruel jugo, a que os sogeitava tão prejudicial visinhansa, chegou noticia se dignava V. Mag^{de} ordenar se desvanessa a duração do meu terso nesta capitania, sem chegar a alcansar nella o ultimo fruto, que o catholico zello de V. Mag^{de}, dezeja conseguir.¹⁸⁰

¹⁷⁹ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 275.

¹⁸⁰ CARTA do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II] sobre a ordem para que o Terço dos Paulistas se retire da Campanha do Rio Grande e enviando pedido dos moradores apoiando a sua permanência na capitania. Rio Grande, 19 de maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 52.

Nesse trecho, Morais Navarro parece não acreditar que está sendo afastado do terço antes do fim da guerra, afirmando ao longo dessa carta ao rei que os moradores provavelmente não estariam de acordo com a possível saída dele, que até agora lhes tinha socorrido com tanto eficiência. E pede ao rei uma apuração dos fatos junto aos moradores.

Não obstante, com o término do governo de Bernardo Vieira de Melo, aos poucos os “paulistas” voltaram a tecer relações com as autoridades locais. Como afirmou Pedro Puntoni: “O mais provável é que, passados os momentos de maior animosidade, e muito em razão da maneira como o terço se acomodou na estrutura de poder da Colônia, tudo dar-se-ia por esquecido.”¹⁸¹

De certo modo, a calma de fins da guerra desembocava em um entrelaçamento cada vez maior dos homens do terço com as questões relativas aos moradores, na disputa por um espaço na sociedade local. Alguns “paulistas” acabaram assim, nessa nova relação, ficando bases na capitania. Referente ainda a Manuel Álvares e a José de Morais Navarro, Puntoni diz:

Em 1715, o Conselho Ultramarino chegou a recomendar novamente a sua prisão e a do sargento-mor. O que, porém, não ocorreu. Em 1732, em uma petição, Manuel Álvares de Morais Navarro pedia a desobriga da exigência da devolução das armas de fogo que lhe haviam sido passadas durante a atividade do terço.¹⁸²

Podemos notar que os esforços para afastar os “paulistas” da capitania continuaram, mas acabaram não resultando em nada. Nesse sentido, terminada a guerra, outros elementos referentes à atuação do terço precisam ser destrinchados, a fim de compreender as relações entre os cargos assumidos pelos militares e a participação dos homens do Terço na disputa pela terra.

3.3. OS HOMENS E A TERRA

Um dos objetivos do presente trabalho ao estudar o Terço dos Paulistas na capitania do Rio Grande está em perceber a relação homem-espaço, desde a sua naturalidade até o seu estabelecimento em terras distintas das de origem, seja

¹⁸¹ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p.277.

¹⁸² Idem. p. 280.

por concessão de terra, seja pela posse ilegal. Para tanto, como já dito antes, buscamos pensar um grupo social específico, os “paulistas” e o seu deslocamento para as guerras do Norte.

Os percursos dos paulistas, uma vez bandeirantes, se constituíram como um dos objetos de estudo, para o qual buscamos enxergar as leituras e imagens atribuídas a eles no envolvimento dos conflitos ocorridos nas capitânicas do Norte. Vimos que a configuração do mito contrastava com a do homem. Além disso, o destaque dos moradores de São Paulo devia-se puramente ao caráter militar que teriam desempenhado desbravando os sertões.

Intrigados com as atribuições de superioridade bélica conferida aos “paulistas” pelas vitórias sobre os negros e índios rebelados, buscamos entender a guerra a partir do ponto de vista político, o qual teria como consequência concessões e facilidades para os militares.¹⁸³ Assim, após vermos a composição das companhias, a trajetória e o contexto de atuação dos homens do terço, atentamos para a relação com a terra e as afirmativas de estabelecimento após o conflito com os índios na capitania do Rio Grande.

A historiografia do início do século XX já destacava a permanência dos “paulistas” nos locais da guerra, tendo em vista as impossibilidades de regresso para sua terra natal, e as concessões adquiridas com o trabalho realizado. Capistrano de Abreu defendia o seguinte:

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornavam mais a S. Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.¹⁸⁴

Essa permanência também foi referenciada na historiografia norte-riograndense, nos trabalhos de Luís da Câmara Cascudo e Olavo de Medeiros Filho. Nos seus estudos sobre a ocupação do Rio Grande do Norte, Câmara Cascudo, em

¹⁸³ Para a historiadora Kalina Vanderlei Silva, o termo Militarismo seria “a aplicação prática de doutrinas políticas de caráter militar ao governo de um Estado.”. **Dicionário de conceitos históricos**. Op. Cit. p. 286-90.

¹⁸⁴ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial 1500 –1800** - Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1988, p. 106.

1960, corroborava as hipóteses de Capistrano. Para ele, “muitos oficiais e certamente soldados paulistas ficaram, criando boi e plantando roças, onde haviam combatido em fogo e sangue.”¹⁸⁵

Em seu livro *Terra Natalense*, Olavo de Medeiros Filho destacava o caso de Ferreiro Torto, onde em 1732, José de Moraes Navarro se tornou proprietário do engenho de mesmo nome. Após sua morte, sua mulher, Dona Francisca Bezerra da Silva assumiu o comando do engenho em 1739¹⁸⁶.

A toponímia seria o estudo etimológico dos nomes de lugares. No Rio Grande do Norte, ela apresenta vários indicativos da presença dos “paulistas”, como serras e riachos. Em *Nomes da Terra*, Câmara Cascudo referencia a cidade de Pendências, hoje desmembrada da cidade de Açu, que possui esse nome por significar rixa, tumulto, briga. Segundo o autor, o nome se deve provavelmente por estar ligado aos embates entre os Janduís e o Terço dos Paulistas, sediado no Açu na segunda metade do século XVII¹⁸⁷. E ainda sobre a região, diz:

A mais antiga menção geográfica encontra-se numa sesmaria concedida ao Sargento-mor do terço dos Paulistas, José de Moraes Navarro, em 9 de outubro de 1712: do sitio Curralinho da praia da Ribeira do Açu, que pega da Lagoa chamada AS PENDÊNCIAS, para baixo. O sargento-mor devia requerer terreno conhecido nas andanças militares.¹⁸⁸

Apesar de mencionada pela historiografia, a carta de doação da data de terra de José de Moraes Navarro não consta nos livros das sesmarias do Rio Grande do Norte. Talvez tenha sido uma posse ilegal, ou seu registro consta em outro tipo de documentação. De qualquer maneira, consideramos que a historiografia local afirma a permanência de alguns homens do Terço nas terras conquistadas.

Essa questão da terra, provinha do direito dos conquistadores receberem sesmarias onde pudessem montar suas fazendas, enquanto os sesmeiros, que haviam adquirido terras antes da guerra, queriam a sua restituição. Ao aumentarem as disputas entre os “paulistas”, missionários, colonos e oficiais que combateram os

¹⁸⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra** – Geografia, História e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 49.

¹⁸⁶ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

¹⁸⁷ CASCUDO. Op. Cit. p. 233.

¹⁸⁸ CASCUDO. Idem.

índios, as doações de datas de terra sofreriam modificações, visando disciplinar os homens envolvidos e obrigar os sesmeiros a produzir. Assim, a Coroa determinou que todos os que haviam recebido sesmarias deveriam demarcar suas terras, povoá-las e fazê-las produzir no prazo de um ano, ou poderiam perdê-las, sendo então repartidas entre os moradores da capitania.¹⁸⁹

O tamanho padrão adotado, a partir de 1695, foi de três léguas de comprimento por uma de largura, deixando uma légua de terras devolutas para servir de divisa entre as fazendas¹⁹⁰. Porém, havia uma grande distância entre a teoria e a prática, pois a dificuldade em aplicar a legislação nos sertões, se dava pela falta de uma fiscalização diante da grande extensão de terras tomadas dos índios, fato que originou a criação de grandes latifúndios.

O problema gerado pela posse da terra foi uma constante ao longo do processo de expansão. Um exemplo disso pode ser notado no ano de 1704, quando a viúva de Domingos Jorge Velho, a senhora Jerônima Cardim Froes, e outros oficiais do terço do mestre-de-campo reivindicaram terras na capitania do Rio Grande concedidas em 1687, quando os mesmos foram combater os índios do Açu:

[...] pedem a V.S.^a lhes faça mercê mandar-lhes passar a dita carta de sesmaria desde as nascenças do dito rio Potingh, ou camarões athe onde se mette naquelle da Parnahiba, como trez legôas de largura de uma e outra banda d'elle, e da sua barra, que aquelle da Parnahiba abaixo na mesma largura da banda de cá declarando-se também na dita carta de lhe não poder prejudicar o ser ella passada agora e não no dito tempo pelas razões que aqui se allegão e p. r elles terem andado occupados no serviço de S.M., como este S^r o manda especificar na dita ordem, da qual a copia vai junta até que pela Parnahiba a baixo topem em terras despovidas.¹⁹¹

Sendo chamado para combater os negros fugidos e rebelados de Palmares, Domingos Jorge Velho deixou a capitania do Rio Grande antes do término do conflito, atitude que podia levá-lo a perder suas sesmarias, podendo ser

¹⁸⁹ MONTEIRO, Denise Mattos. "Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre – RN)". **História Econômica & História de Empresas**, v. IV, n. 2, p. 7-33, 2001. p. 10.

¹⁹⁰ Idem. p. 10-1.

¹⁹¹ SESMARIA que se passou a D. Jeronima Cardim Froes, viúva que ficou do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho e ao Sargento Mor Christovão de Mendonça Arraes, Capitães e mais Officiaes do 3º. da guarnição dos Palmares das terras do rio dos Camarões, e Parahiba e etc. **Documentação Histórica Pernambucana**. Sesmarias. v. 1. , Biblioteca Pública, Recife, 1954. p. 116-20.

repartidas ou doadas novamente. Lembrando que a colonização do sertão aconteceu principalmente a partir da iniciativa privada, já que a Coroa por muito tempo negligenciou essa área, por ela não possuir uma atividade econômica voltada para a exportação. Dessa forma, na intenção de produzir uma atividade complementar, foram os colonos que iniciaram o povoamento do interior, a partir das concessões de sesmarias. Junto com eles, alguns “paulistas” não que retornavam a vila de São Paulo, permaneceram nos sertões conquistados.

É como já vínhamos discutindo, os “paulistas” participaram da conquista do sertão, como empresa privada, contratados para dar um fim na guerra, desocupando o espaço e assegurando a penetração pecuarista na região. Preocupados em escravizar os índios aprisionados e na descoberta de possíveis minérios, os “paulistas” não demonstravam, inicialmente, interesse em se fixarem definitivamente no local.¹⁹² Mas, com o passar do tempo, pelos indícios historiográficos, a possibilidade em se estabelecer na região começou a ser mais aceita entre eles. Se não por todos, pelo menos por alguns.

Assim, no que se refere às concessões de terra durante a conquista do sertão, lembramos que dentre as famílias mais beneficiadas com as doações de sesmarias estava a chamada Casa da Torre, pertencente aos Garcia D’Ávila. Proprietária de grande parte das terras do rio São Francisco e seus afluentes, suas posses se estendiam pelas capitânicas do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí.¹⁹³

A dimensão das posses dos Garcia D’Ávila foi motivo para o descontentamento de muitos, inclusive dos “paulistas”. Em trecho de uma carta de 1705, enviada para o mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, o governador-geral Rodrigo da Costa pressionava para que ele e seus homens saíssem das terras de uma senhora pertencente à família dos Garcia D’Ávila. Vejamos o documento:

Leonor Pereira Marinho, e seu filho Garcia de Ávila Pereira, se me queixaram da sem razão, com que Vossa Mercê, os quer espoliar

¹⁹² BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999. p. 47

¹⁹³ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999. p. 147-8.

das suas terras de que está de posse, por si, e por seus antepassados, que são os distritos de Pinhancó, Piranhas, Assú, Jaguaribe, e mais sertões a eles pertencentes, que a sua custa descobriram, lançando deles o gentio bravo, com grande despesa de sua fazenda, e neles se sustentaram até o presente, sem contradição de pessoa alguma, tendo os mesmos sertões, que lhes pertencem sempre povoados, como me constou pelas certidões, que me ofereceu, por onde se verifica a sua queixa: e que para Vossa Mercê se introduzir na posse destes distritos toma o pretexto de lhe serem dadas, todas as que de novo conquistar, e tomar ao gentio bravo: e como estas o estão já há muitos anos, como se faz notório, não parece justo queira Vossa Mercê violentamente, e com o poder de seu cargo, privar aos direitos senhorios do que a Vossa Mercê, da parte de Sua Majestade, que Deus guarde, não dê ocasião a esta Senhora, e a seu filho a maiores queixas, e os deixe livremente usar de tudo o que lhes toca, na forma que até aqui o teem feito.¹⁹⁴

Essa carta refere-se tanto aos territórios gradativamente conquistados pelos Garcia D'Ávila, espalhando-se desde o São Francisco até os sertões da capitania do Rio Grande, quanto pela atitude de se apossar das terras alheias movida pelos "paulistas". Fica patente nesse fragmento que, muitas vezes os "paulistas" faziam uso do seu direito de determinar as terras conquistadas como desocupadas para tomar posse dos territórios já concedidos. Logo, a fim de evitar maiores problemas envolvendo os homens do terço de Manuel Álvares de Moraes Navarro, o governador procurou convencer que não seria viável usar de força nesse caso, uma vez que a senhora e seu filho haviam conseguido essas terras com um empreendimento particular.

Além disso, a relação com a terra influenciava o social, implicando poder. Nesse sentido, o historiador Pedro Puntoni referindo-se a Manuel Álvares de Moraes Navarro afirmava que: "pouco a pouco o paulista se integrara, paradoxalmente, na 'nobreza da terra', tendo até mesmo se casado com Teresa de Jesus Lins, descendente dos Wanderleys e dos Lins, famílias dos pró-homens de Pernambuco".¹⁹⁵

Nesse sentido, Olavo de Medeiros Filho com o intuito de mostrar a descendência dos "paulistas" no nordeste brasileiro, montou uma árvore genealógica que chegou até os tetranetos de Manuel Alves Murzelo e Ana Pedroso de Moraes, pais de Manuel Álvares de Moraes Navarro e José de Moraes Navarro. Assim, no

¹⁹⁴ CARTA para o Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro sobre as terras de Leonor Pereira Marinha nos sertões do Rio Grande. Bahia, 19 de março de 1705. **DH**.41:13-4.

¹⁹⁵ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 280.

tocante a união de Morais Navarro com Teresa de Jesus Lins, encontramos em seu livro uma referência extraída da obra *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco* escrita em 1757 que fala sobre uma de suas filhas, Anna Francisca Xavier Lins:

D. Anna Francisca Xavier Lins, filha do Mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro, e de sua mulher D. Thereza Lins, ambos de qualificada nobreza; e mulher do Doutor João Luis da Serra, falla com toda a elegância os idiomas Latino, e Castelhana, tem grande Lição da História, e he celebre na promptidão com que discorre sobre qualquer matéria. Tem composto muitos elogios latinos a diversos assumptos, dignos certamente da luz pública.¹⁹⁶

Nessa pequena passagem, a respeito dessa filha do mestre-de-campo, notamos a construção de uma imagem “civilizada” dos paulistas, por ora apresentado como uma “qualificada nobreza”. Pensamos assim no prestígio adquirido a partir da apropriação de terra, destacando para isso os mesmos dois exemplos utilizados para o caso de sucessão militar apontados no tópico sobre a composição das companhias, buscando pensar aqui no estabelecimento desses indivíduos através da posse legal da terra.

Começamos então por Antônio Gago de Oliveira, oriundo de Ilha Grande, e capitão de infantaria da primeira formação do Terço dos paulistas contratado pelo governador-geral Dom João de Lencastro. Destacamos em outro momento sua carta patente, e a de seu sucessor. Agora nos resta apresentar a carta de doação de sesmaria:

Ao cap^m mor a q^m dizem Fran^{co} Gomes e o cap^m Ant^o Gago de Oliv^a que elles tem descoberto nas cabeceiras do Rio Camoropim pela terra dentro hua lagoa que está a beira dela a qual o gentio chama arahi e tem hua pedra no meio e confronta com outra lagoa q com os cerca com capacidade de criar gado a elles sup.^{tes} tem seus gados vacuns e cavallares e não tem terra, onde os posa criar perto [...] seja servido conseder lhes em nome de sua Mag^{de} que D^s g^{de}.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Apud: Olavo de Medeiros Filho. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Dept^o. Estadual de Imprensa, 1997. p. 139.

¹⁹⁷ REGISTO de hua data de sesmaria dada a Fran^o Gomes e ao cap^m Ant. Gago em 14 de dezembro de 1709 anos. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2000. V. 1, p. 443-6.

Normalmente, as sesmarias eram concedidas quando o suplicante apresentava dificuldade por não ter onde estabelecer seus animais de criação, e afirmava ter encontrado terras devolutas. Nessas condições, os homens que lutaram no Terço dos Paulistas acabaram se fixando na região conquistada montando fazendas, e constituindo família.

Os argumentos dos suplicantes se eram considerados suficientes, a concessão das terras seria feita. Como podemos ver em mais um caso de doação de sesmaria a partir da descoberta e conquista de uma data tida como devoluta, onde os requerentes pudessem criar o seu gado, nessa sesmaria do sargento-mor Roque da Costa Gomes:

Diz o sarg^{to} mor Roque da Costa Gomes e Rosa Maria Josepha moradores nesta capitania que entre o rio Paneminha e as serras que correm vizinhas da lagoa Piató e acabão com os morros e praias da ponta do mar com estes meios de sua confrontação há hum riacho o coal desagoa na praia em salgados do d^{to} Paneminha e como elle supp^{te} possui quantidade de gado vacuum e cavallares e as terras que tem não são neessarias para os agasalhar e criar pedem [...]. Lhes passa mce conseder por doassam as sesmarias real em nome de sua magestade que Deos guarde tres legoas de terra de comprido e hua de largo p^a elles supptes no lugar em que se acabar no dito riacho ou lagoa agoas e pastos correndo o comprimento p^a o rumo que melhor lhes acomodar e sendo cazo que as ditas terras em algum tempo fossem dadas por devolutas e desaproveitadas para se e seus erdeiros tudo forra livre de pensão alguma salvo dizimo a Deos dos uzos e frutos que nelles ouvessem e receberão mercê.¹⁹⁸

O sargento-mor já era considerado morador da capitania, o que contribuía para que o mesmo tivesse o direito de se estabelecer nas terras requeridas. Esse tipo de doação não acontecia apenas com os soldados do Terço dos paulistas, mas com todos os requerentes envolvidos na conquista do sertão. Como foi dito anteriormente, as sesmarias eram usadas como atrativos para o dilatamento da fronteira colonial, abrigando os mais diversos grupos sociais,

Em meio a essa diversidade estavam os “paulistas”, ou homens que fizeram parte do Terço dos paulistas, se fixando nos lugares configurados

¹⁹⁸ REGISTO de hua data do sarg^{to} mor Roque da Costa Gomes e Rosa Maria Josepha de três legoas de terra de comprido e hua de largo entre o rio Paneminha e as serras vizinhas da lagoa Piató e acabão com os morros a praias da ponta do mar dada pello capp^m mor Sebastião Nunes Collares. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2000. V. 1, p. 405-9.

anteriormente apenas pela presença indígena. Conforme os espaços se tornavam heterogêneos pelos grupos que se instalavam, o corpo militar da tropa também passara por uma mudança. E mesmo composto por poucos nomes de paulistas, permaneciam as atribuições ao Terço. Um exemplo disso seria a sesmaria concedida ao alferes da companhia de Antônio Gago, Jozeph Monteiro, natural de Olinda:

Dizem o D^{or} Simão Róis de Sá e o alferes Jozeph Monteiro moradores nesta capitania que tem elles terra nella para criasam de seus gados pedirão no rio Carahú que se forma de serras negras ou vem dellas fazia Barra no Rio do Assú seis legoas de terra três para casa hum, pegando o passo do dito Rio ou Riacho como dizia requeira chamado Carahú com três legoas por elle abaixo e três por elle asima que lhe farão comodidas com uma de largo por banda¹⁹⁹

O alferes Jozeph Monteiro sentou praça no início do século XVIII, sua carta patente de sargento-supra na companhia de Antônio Gago data de 1708. E como morador da capitania do Rio Grande, tinha o direito de adquirir terra. Percebemos que os homens do Terço dos Paulistas começaram a requisitar e conseguir concessões de sesmaria na primeira década do século XVIII. Nesse momento, o lugar de onde provinha já não interessava; o possível estabelecimento sim.

Aqueles que desocuparam a região, encarregados da “limpeza”, acabaram ocupando com suas fazendas. O jogo de interesse que move o grupo desprende os mesmos da idéia do desbravador dos mais ínfimos sertões. As apropriações feitas pelos “paulistas” mostravam o caráter de meros conquistadores empenhados na disputa pela terra e pelos índios. Conflitos que sombrearam a figura do bandeirante.

¹⁹⁹ REGISTO de hua carta de data e sesmaria passada ao D^{or} Simão Róis de Sá ao alferes Jozeph Monteiro em três de julho de 1717. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2000. V. 2, p. 168-170.

Considerações Finais

Presentes na historiografia desde fins do século XIX, os “paulistas” foram enaltecidos como desbravadores dos mais ínfimos sertões e responsáveis pelo delineamento das fronteiras brasileiras. Oriundos da vila de São Paulo de Piratininga, na capitania de São Vicente, esses homens aparecem nos discursos historiográficos sempre destacados pelo desenvolvimento peculiar de sua sociedade, particularizada pelo meio.

No início da colonização da América portuguesa, a economia se encontrava pautada no comércio de produtos voltados para exportação, tendo predileção por aqueles mais próximos da costa. Logo, o abastecimento das embarcações não exigia uma penetração no interior e uma colonização efetiva desse espaço.

Espremidos na estreita faixa costeira de São Vicente considerada inaproveitável devido aos terrenos baixos, mangues e pântanos imprestáveis para a agricultura, os colonos subiram a serra.²⁰⁰ Na Serra do Mar, lugar mais plano e de clima ameno, os colonos encontraram uma paisagem propícia ao estabelecimento. Diante das exigências dos ideais lusos de colonização, a vila de São Paulo não preenchia os requisitos necessários por não possuir condições geográficas propícias à cultura de nenhum produto importante para o mercado externo, sendo considerada zona marginal do sistema Atlântico.²⁰¹

Essa condição de relativa pobreza e o isolamento com relação às demais capitanias contribuiu para que os colonos de São Paulo desenvolvessem uma economia baseada nos produtos de subsistência, no intercâmbio com a população indígena local e nas expedições periódicas para o interior em busca de índios e metais preciosos.²⁰² A saída para essa dificuldade econômica seria o sertão, promessa de uma nova condição de vida. A carência econômica era o que alimentava essa expansão, sendo a razão movente desses homens a adentrar o interior.

Dessa forma, percebemos que a ordem disposta pelo espaço da vila de São Paulo colaborou substancialmente para a configuração de suas tropas, diante

²⁰⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 98.

²⁰¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.194.

²⁰² ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998. p. 54.

da maneira peculiar de sobrevivência no abrir caminhos, adaptando-se ao meio ambiente e suas formas. As dificuldades apresentadas pelo planalto vicentino serviram como um elemento a mais para a ênfase dos estudos historiográficos, no intuito de compensar essa falta pela coragem e audácia em penetrar o interior do continente.

Os “paulistas” teriam assim, se especializado na tática de emboscada, característica da guerrilha, conhecida como “guerra brasílica”. Esse seria um dos motivos alegados para sua contratação nos conflitos das capitanias do Norte, destacando-se perante o modo “convencional” das tropas regulares. O exercício da “guerra brasílica” só era possibilitado através do conhecimento do espaço, utilizado como sua arma principal na defesa. Nesse sentido, os homens de São Paulo, habituados às trilhas pelos matos, teriam empregado esse tipo de guerra em seus ataques às tribos indígenas. De acordo com Pedro Puntoni, com a saída dos holandeses em 1654, esse tipo de guerra passaria a ser realizada apenas em áreas consideradas como “arcaicas”, ou seja, todo território fora do espaço colonial, o que incluía a vila de São Paulo de Piratininga.²⁰³

Nos primeiros anos do século XX, a historiografia não se deteve nas razões do emprego das tropas “paulistas” nas guerras do Nordeste. Até porque, esse momento histórico não seria dedicado às explicações de determinados fatos, mas sim ao convencimento pleno de que ele houvesse acontecido. Os bandeirantes paulistas estiveram no Quilombo dos Palmares e na “Guerra dos bárbaros”. Motivo: eles seriam os mais indicados para tal serviço.

No decorrer dos anos, a perspectiva a respeito do trabalho realizado pelas bandeiras paulistas perdeu, de certo, o caráter admirável dos desbravadores. A preocupação da historiografia agora seria com os milhões de vidas tiradas por eles, ressaltando a história indígena. Mas apesar da base documental utilizada por essa produção historiográfica do fim do século XX para análise do período colonial, o motivo da mobilização dos “paulistas” para as capitanias do Norte continuou sendo a condição de mais aptos à guerra contra índios e negros.

²⁰³ PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América portuguesa, 1550-1700”. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 53, março 1999, p. 189-204.

Contudo, o que nos intrigou foi a aparente conservação do perfil dos bandeirantes paulistas a partir da problemática do meio ao qual eles se originaram. Mesmo que a idéia do mito do desbravador tenha sido abandonada, a montagem desses personagens na história oficial ainda permanece. Os bandeirantes receberam um formato, criado em um determinado contexto histórico, sendo reflexo desse momento, e que tem se mantido até os dias atuais.

Procuramos ao longo do trabalho, perceber os “paulistas” enquanto objeto de estudo, como homens empregados em uma guerra relacionada ao projeto de expansão da região colonial. Longe das expectativas da edificação do espírito nacional que os movia, ou mesmo da mera intenção em se fazer uma expansão como benefício a Coroa, visualizamos os homens do Terço dos paulistas contratados enquanto mão-de-obra bélica.

Em nosso recorte temporal, dedicamos o nosso estudo à conquista do sertão. Em dimensões diferentes, vimos o sertão tanto do dilatamento da zona açucareira quanto do planalto paulista, espaços similares dentro da lógica colonial. A abordagem da segunda metade do século XVII não só apontou para o contexto da guerra, mas também para as visões diversas sobre os “paulistas” durante e após o conflito. A guerra mostrada aqui foi palco; em cena, os homens que nela lutaram.

A disputa interna entre os colonizadores colaborou substancialmente para o prolongamento da guerra, marcada pela questão da posse da terra e da mão-de-obra indígena entre os colonos, missionários e “paulistas”. O término da guerra representava para os colonos a ameaça do estabelecimento dos homens do Terço nas terras conquistadas. Um exemplo disso, seria a família Morais Navarro que permaneceu no que hoje seria o Nordeste, tornando-se grande proprietária de terras. Da mesma forma, alguns militares de seu terço que não retornaram para São Paulo constituíram famílias com nobres da região.

Estabelecimento discutido e muitas vezes ilegal, baseado na apropriação de terra, essa configuração acaba, não propositalmente, desembocando em outra questão que poderia ser levada a cabo pela historiografia: os homens de São Paulo também compuseram a população do Nordeste. Os bandeirantes saídos em busca de uma forma alternativa de sobrevivência percorreram boa parte da América portuguesa, contudo, sua marca talvez não seja só a mobilidade, mas também a fixação, integrando outras regiões.

Na montagem de uma estrutura colonial, baseada na instalação de instituições de poder, o sertão das capitanias do Norte, e especialmente o povoamento do Rio Grande iniciado na metade do XVII, reluz a dessemelhança que compõe o espaço. Espaço este, nascido pela costura dessa ocupação esparsa de onde brotaram as vilas e cidades.

Mas além de um espaço sedutor, e das múltiplas perspectivas atribuídas a ele, vimos a heterogeneidade na própria composição do Terço dos Paulistas. Na primeira fase, com os terços dos mestres-de-campo Domingos Jorge Velho e Mathias Cardoso Almeida, o trabalho dos “paulistas” se apresentou como “sertanismo de contrato”. Já com a institucionalização do terço de Manuel Álvares de Moraes Navarro, a imagem dos bandeirantes quebra quando eles se fixam. Conhecidos como exímios combatentes nos matos, os “paulistas” exaltados pela historiografia e pelos discursos coloniais mostraram-se apenas como um título, uma referência a um agrupamento em si.

Referências

FONTES

1. FONTES IMPRESSAS:

CARTA de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694 em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p.197-199.

CARTA autografa de Domingos Jorge Velloso escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de Julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras dos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 204-207.

CONSULTA da Junta das Missões de 29 de outubro de 1697 sobre as cartas do Bispo e Gov.^{or} de Pernambuco em q.^e representão a falta de igrejas e párocos nos Presídios dos palmares, e Certão de Rodellas delictos q.^e se commettem neste certão; e dissolução com q.^e vie o m.^e de campo do presídio das alagoas. Apud ENNES, Ernesto. **As Guerras dos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 204-207.

CARTA de Theodoro Sampaio a Benedito Calixto. São Paulo, 27/11/1892. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtnm.htm>> Acesso em: 12 de Julho de 2006.

CARTA de Washington Luís a Benedito Calixto. São Paulo, 03/1903. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtnm.htm>> Acesso em: 12 de Julho de 2006.

1.1. COLEÇÃO DOCUMENTOS HISTÓRICOS, BIBLIOTECA NACIONAL:

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1928-1955, 110 vols. Volumes consultados: X, XI, XXXIV, XXXVIII, XXXIX, XLI, LVIII.

CARTA para o capitão-mor Domingos Jorge Velho sobre partir com a gente que ti(ve)r sobre os Bárbaros do Rio Grande. **DH.** 10: 262-3.

CARTA que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Sottomaior sobre a guerra do gentio bárbaro do Rio Grande. Bahia, 14 de março de 1688. **DH.** 10: 263-7.

CARTA que se escreveu à Câmara de São Paulo: sobre darem todo o favor pólvora e munição ás pessoas que hão de ir ao Rio de São Francisco á conquista dos Ayayos. Bahia, 20 de fevereiro de 1677. **DH.** 11: 73-5.

CARTA que se escreveu ao Capitão Hieronymo Bueno ao Capitão Fernão de Camargo, Joseph de Camargo, ao Capitão Balthazar da Veiga Antonio de Sequeira,

Francisco Bueno ausente a Bartholomeu Bueno e ao Padre Matheus Nunes de Sequeira para irem à conquista dos Ayayos. Bahia, 20 de fevereiro de 1677. **DH.** 11: 75-6.

CARTA que se escreveu aos officiaes da Câmara de São Paulo persuadirem a vir os Paulistas á guerra dos Bárbaros da Capitania do Rio Grande. Bahia, 10 de março de 1688. **DH.** 11: 139-40.

CARTA para os officiaes da Câmara da Villa de São Paulo sobre virem os Paulistas á guerra dos Bárbaros do Rio Grande. Bahia, 30/11/1688. **DH.** 11:142-5.

CARTA para a Câmara da Villa de São Paulo sobre o terço que vae levantar o Mestre de campo Manuel Alvres de Moraes Navarro. Bahia, 19/10/1697. **DH.**11: 254-7.

Carta para o Mestre de Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro sobre 60 mil réis para socorro do Terço provimento do Sargento-mor e outra Patente que se lhe envia. Bahia, 21/01/1699. **DH.** 39: 6-11.

CARTA para o Capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, sobre várias matérias, tocantes ao Terço dos Paulistas, e conserto da fortaleza. **DH.** 39: 31-40.

CARTA para o Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro sobre as terras de Leonor Pereira Marinha nos sertões do Rio Grande. Bahia, 19 de março de 1705. **DH.** 41:13-4.

REGISTO da patente por que foi provido Antônio Gago de Oliveira no posto de Capitão de infantaria paga do terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro. Bahia, 07/10/1697. **DH.** 58:178-90.

REGISTO de hua patente de capp.^m de infantaria paga passada na pessoa de Salvador de Amorim e Oliveira pello governador g.^l deste Estado do Brasil. Bahia, 8 de outubro de 1698. **DH.** 58: 188-190.

1.2. DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA, BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL:

Sesmaria que se passou a D. Jeronima Cardim Froes, viúva que ficou do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho e ao Sargento Mor Christovão de Mendonça Arraes, Capitães e mais Officiaes do 3º. da guarnição dos Palmares das terras do rio dos Camarões, e Parahiba e etc. **Documentação Histórica Pernambucana.** Sesmarias. v. 1. , Biblioteca Pública, Recife, 1954. p. 116-20.

1.3. SESMARIAS DO RIO GRANDE DO NORTE, IHGRN:

REGISTO de hua data de sesmaria dada a Franº Gomes e ao cap^m Ant. Gago em 14 de dezembro de 1709 anos. **Sesmarias do Rio Grande do Norte.** Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2000. V. 1, p. 443-6.

REGISTO de hua data do sarg^{to} mor Roque da Costa Gomes e Rosa Maria Josepha de três legoas de terra de comprido e hua de largo entre o rio Paneminha e as serras vizinhas da lagoa Piató e acabão com os morros a praias da ponta do mar dada pello capp^m mor Sebastião Nunes Collares. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2000. V. 1, p. 405-9.

REGISTO de hua carta de data e sesmaria passada ao D^{or} Simão Róis de Sá ao alferes Jozeph Monteiro em três de julho de 1717. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2000. V. 2, p. 168-170.

2. FONTES MANUSCRITAS:

2.1. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CD Projeto Resgate de Documentação Barão do Rio Branco (digital)

INFORMAÇÃO do escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almorixarifado e Vedoria e Matrícula da Gente de Guerra do Rio Grande do Norte, Estevão Velho de Melo, sobre os serviços do sargento-mor do Terço dos Paulistas José de Moraes Navarro, filho de Manuel Álvares Murzelo e natural da Vila de Santos, que serviu por 24 anos no Terço dos Paulistas, no Rio Grande do Norte. Natal, 10 Julho de 1723. **AHU – RIO GRANDE DO NORTE**, Cx. 1, D. 61; Cx. 2, D. 10 e Cx. 3, D. 43

CARTA do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II] sobre as vitórias que teve na Ribeira do Açú contra os índios tapuaias “Janipabussu, da nação Paiacu”; e queixando-se do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, pela falta de apoio. Rio Grande, 6 de maio de 1700. **AHU_ACL_CU_018**, Cx. 1, D.50

CARTA do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II] sobre a ordem para que o Terço dos Paulistas se retire da Campanha do Rio Grande e enviando pedido dos moradores apoiando a sua permanência na capitania. Rio Grande, 19 de maio de 1700. **AHU_ACL_CU_018**, Cx. 1, D. 52.

CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre as exorbitantes despesas do Terço dos Paulistas comandado pelo mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro. Natal, 6 de Junho de 1700. **AHU_ACL_CU_018**, Cx. 1, D. 54.

Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH (UFPE)

SOBRE averiguar se a desistência do 3º. dos paulistas he útil ou danoza no Assú. **AHU**, Cód. 257, fl. 105.

SOBRE o requerimento do Capitão José Porrante de Moraes Castro, sobre a cerca das terras prometidas ao Terço dos Paulistas etc. **AHU**, Cód. 257, fl. 136.

2.2. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

REGISTO de huma licença que deu o m^{te} de campo do terço Paulista que reside no sertão do Asú Manoel Alvez de Moraes Navarro a Manoel de Aguiar cabo de esquadra e ao soldado Fran^{co} de Aguiar. Açú, 22 de março de 1709. (Caixa Terço dos Paulistas).

REGISTO de hua provisão de licença de sua magestade por hum anno para o mestre de campo do terço paulista que Rezide no Assú Manoel Alves de Moraes Navarro. Lisboa, 13 de outubro de 1704. (Caixa Terço dos Paulistas).

REGISTO de hua Patente do posto ajudante do numero passado na pessoa de Fran^{co} Antunes Meira pello Senhor G^{or} de Pern^{co}. 04/01/1712. IHGRN. (Documentos Avulsos).

REGISTO de hua patente de capp.^{am} de infantaria pasada na pessoa de Franc.^{co} Ribeiro Garcia pello Bispo e G.^{or} de Pern.^{co} - 4/8/1711. IHGRN. (Documentos Avulsos).

REGISTO de hua Carta patente de capitão de infantaria paga pasada na pesoa de Franc^o Tavares Guerreiro pello senhor Governador de Pernambuco; cuja comp^a he do 3^o Paullista. Natal, 12/07/1713. (Caixa Terço dos Paulistas).

3. FONTES CARTOGRÁFICAS

NOVA ET ACCURATA BRASILIAE, de Joan Blaeu (séc. XVII). Acervo da Biblioteca Nacional – Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <<http://www.bn.br>> . Acesso em: 23 mar 2007.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960.

_____. **Capítulos de História Colonial 1500-1800** – Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1. Brasília: INL, 1977.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999.

ARAÚJO, Emmanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. IN: PRIORE, Mary Del (Org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BELAÚNDE, Victor Andrés. “The frontier in Hispanic America”. **The Rice Institute Pamphlet**, v.10, n.4, p. 202-213.oct. 1923.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra – Geografia, História e toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. As Artes do Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

DUBY, Georges. “História social e ideologias das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Sérgio Buarque de Holanda viajante: o lugar da cultura em caminhos e fronteiras”. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla

Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume; PPGH/UFMG, 2002.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t. I: A época colonial, v. 1.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história) 1º v. Domingos Jorge Velho e a 'Tróia Negra'. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção história (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

_____. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy. (Org.). **Escrita, Linguagem, objetos**: Leituras de História Cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004,

FREITAS, Décio. **A Guerra dos Palmares**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

GRUZISNKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HEMMING, John. "Os índios e a Fronteira no Brasil Colonial". In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. v. 2. São Paulo: EDUSP/Brasília: FUNAG, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Monções**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1989.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.

LEMOS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1701-1822)**. v. 2. Natal: Tip. CERN:IHGRN, 1980.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 editores, 1995.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1997.

_____. **Notas para a História do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001.

_____. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: A vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da Vida privada no Brasil**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDURFN – Editora da UFRN, 2000.

_____. “Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre – RN)”. **História Econômica & História de Empresas**, v. IV, n. 2, p. 7-33, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra** – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros**: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2002.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

POSSAMAI, Paulo. **A vida cotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil, e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Edusp, 2002.

_____. “A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América portuguesa, 1550-1700”. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 53, março 1999, p. 189-204.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste** – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **"Os guardiões da nossa História Oficial"**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP - Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, 1989. (Série História das Ciências Sociais).

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **"Nas Solidões Vastas e Assustadoras"** – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, 2003. (Tese de Doutorado)

_____. **O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SIQUEIRA, Nelson Barbalho. **Cronologia Pernambucana**, subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982. v. 5.

TAUNAY, Affonso de E. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1995.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American history**. New York: Dover Publications, 1996.

VANGELISTA, Chiara. "Sua vocação estaria no caminho – espaço, território e fronteira". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG/Humanitas, 2005.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. v.1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987. Niterói: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste - A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2000.